



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

VERA LÚCIA MENDES VIEIRA FURTADO

MEMÓRIAS DE EGRESSAS DO ORFANATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DE
LAGES (1955 A 1990): UM OLHAR GENEALÓGICO

LAGES (SC)
2014

VERA LÚCIA MENDES VIEIRA FURTADO

MEMÓRIAS DE EGRESSAS DO ORFANATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DE
LAGES (1955 A 1990): UM OLHAR GENEALÓGICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, *Stricto Sensu*, Mestrado Acadêmico em Educação, da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, correspondente à Linha de Pesquisa I: Políticas e Processos Formativos em Educação.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Carmem Lúcia Fornari Diez

LAGES (SC)

2014

Ficha Catalográfica

F992m Furtado, Vera Lúcia Mendes Vieira.
Memórias de egressas do orfanato Nossa Senhora das Graças de Lages (1955 a 1990) : um olhar genealógico / Vera Lúcia Mendes Vieira Furtado.--Lages (SC), 2014.
135f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense.
Orientadora: Carmem Lúcia Fornari Diez.

1. Orfãos - entrevistas. 2. Asilo de orfãos - história.
3. Genealogia. 4. Orfanato Nossa Senhora das Graças (Lages-SC).
I. Diez, Carmem Lúcia Fornari. II. Título.

CDD 362.70981

(Elaborada pelo Bibliotecário José Francisco da Silva - CRB-14/570)



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO**

**“MEMÓRIAS DE EGRESSAS DO ORFANATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DE
LAGES (1955 A 1990): UM OLHAR GENEALÓGICO”**

Dissertação submetida ao colegiado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado Acadêmico em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas e Processos Formativos em Educação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 19/03/14.

Profª. Dra. Carmen Lúcia Fornari Diez (Orientadora)

Profª. Dra. Nádia Gaiofatto Gonçalves (Examinadora Externa – UFPR)

Prof. Dr. Geraldo Antonio da Rosa (Examinador PPGE/UNIPLAC)

Profª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida (Examinadora PPGE/UNIPLAC-Suplente)


Profª. Dra. Marina Patrício de Arruda
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Mestrado em Educação
UNIPLAC


Vera Lúcia Vieira Mendes Furtado
Lages, Santa Catarina, março de 2014.

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta dissertação, foi essencial a colaboração de diversas pessoas que, cada uma à sua maneira, participaram na construção deste trabalho, às quais quero declarar os meus mais sinceros agradecimentos.

Inicialmente agradeço a Deus que está presente em minha vida em todos os momentos, direciona meus caminhos e me abençoou com a oportunidade de fazer o mestrado, tornando possível a concretização de um sonho.

À minha querida orientadora, professora Doutora Carmen Lúcia Fornari Diez, pela oportunidade de conhecê-la e ser sua orientanda. Meus mais sinceros agradecimentos, pelo conhecimento e vivências compartilhadas, pelo carinho, respeito, companheirismo, compreensão, dedicação. Com suas preciosas contribuições, sabiamente ensinou-me a fazer pesquisa, proporcionando-me um crescimento intelectual e humano ao partilhar seus saberes. Com o grupo de estudos Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Ensino de Filosofia e Educação Filosófica e as orientações, possibilitou-me compreender a teoria e o pensamento de Foucault e, indicando leituras, guiou-me tornando possível este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação por terem dividido seus saberes, proporcionando a multiplicação de conhecimentos a cada mestrando.

Aos professores (as) Doutores (as) da banca examinadora Prof^{ra}. Dra. Nádia Gaiofatto Gonçalves, Prof. Dr. Geraldo Rosa e Prof^{ra}. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida. Agradeço pela competência, atenção, dedicação e pela valorosa contribuição, que visaram a qualidade desta produção científica.

A meus pais que sempre me incentivaram a estudar e com amor me ensinam a trilhar o caminho da fé.

À minha família amada, meu esposo Mário e meus filhos Jamile e Leandro, pela paciência e compreensão que tiveram nessa fase da vida acadêmica.

Destaco meu carinho e agradecimento à amiga Mestre Samara Abreu Arruda Loregian, da turma de 2011, grande incentivadora do meu ingresso ao Mestrado.

À amiga Siomaraci, que se fez presente em minha vida, companheira de estudos e de trabalhos do mestrado, com quem compartilhei minhas dúvidas, alegrias, aprendizados e descobertas relacionadas à pesquisa e à produção.

À turma de mestrado do ano 2012 pelo companheirismo, amizade, partilha de vivências e de conhecimentos. Agradeço meus colegas arguidores da produção, Rosiane e Deivid, que se dedicaram realizando a leitura, análise com suas ricas contribuições.

A Paula Clarice pela dedicação, profissionalismo e competência ao realizar o trabalho de revisão textual desta dissertação.

À Secretaria Municipal de Educação e à Prefeitura Municipal de Lages, pela dispensa remunerada para cursar o mestrado e o fornecimento de 50% de bolsa de estudos.

Meu agradecimento especial a todas as egressas do Orfanato que participaram desta pesquisa, pela confiança ao abrirem a porta de suas casas e conseqüentemente de suas vidas para que esse trabalho fosse realizado, bem como aos funcionários da Irmandade Nossa Senhora das Graças pela acolhida, hospitalidade e empréstimo de materiais para a pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa de Mestrado tem como tema um olhar genealógico sobre as memórias das egressas do Orfanato Nossa Senhora das Graças de Lages-SC, no período de 1955 a 1990. Pretendeu-se investigar, refletir e compreender qual a percepção das egressas sobre o cenário institucional vivenciado, com um recorte temporal desde a fundação até o fechamento do regime de internato, ou seja, de uma trajetória de 35 anos de assistência à infância, promovida pelo Orfanato de Lages, no mesmo contexto do percurso histórico das práticas sociais à assistência à infância no Brasil. Para tanto, foram abordadas as temáticas pertinentes às instituições austeras e as práticas de disciplinamento, mostrando o entendimento de Foucault sobre as relações de poder nelas existentes. Na pesquisa almejou-se desenvolver um ensaio de história do Orfanato a partir de memória de egressas. Para isso, realizamos entrevistas com onze egressas que foram institucionalizadas por caracterizarem-se como pertencentes à infância lageana desamparada e abandonada, e por isto tiveram suas vidas marcadas pelo Orfanato. Também entrevistamos três pessoas que desenvolveram trabalhos junto à instituição, como meio de trazer mais dados históricos sobre a criança abandonada e a forma como a comunidade as percebia. O registro neste trabalho das vivências trazidas em memórias, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, possibilitou conhecer a história da infância chamada órfã, em Lages, tornando-se relevante para o conhecimento e valorização do percurso histórico institucional de assistência à infância. O respaldo teórico fundamentou-se em autores que abordam temáticas sobre Infância desvalida, Orfanato, Assistência à infância, memória e Genealogia, sendo estas as categorias norteadoras desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Orfanato. Egressas. Memória. Genealogia. Assistência à infância.

ABSTRACT

This Master research has as a main subject a genealogical view of reminiscences from the Orphanage Nossa Senhora das Graças de Lages – SC, between 1955 to 1990. The major intention was to explore, reflect and understand what conceptions people who lived there had from the institutional scenario, adding since its foundation until the end of the boarding school functions. The orphanage of Lages assisted children for 35 years and during all these years it had followed the same history context as the Brazilian social practices. Therefore, we have addressed relevant thematic using strictly institutions and disciplining practices by Foucault's knowledge which depict the existent power relation. The purpose of this project was to interview people who lived in the orphanage to then gather its history, based on these people's memory. Consequently, we have interviewed eleven residents which were at the time children which had a really difficult infancy and needed to be sent to an orphanage, so, they became part of the Lages orphanage history. In addition, we have questioned three other people that have worked at the institution. These three people helped to add even more details about the orphanage especially regarding how the children were abandoned and how the community used to perceive them as people. The memory details registered in this study were based on bibliographic and documental research. Thus, it brought to the project the possibility of knowing infancy, called orphan in Lages. This study became very relevant to enhance familiarity and valorisation of how the history of the institutional childhood care occurred in this particular city. The theoretical grade was centred on authors that talk about underprivileged infancy, orphanage, childhood care and genealogical memory which were the main categories of this research.

Key words: Orphanage, Orphans, Memory, Genealogical and Childhood Care.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ARCABOUÇO TEÓRICO.....	16
1.1 A GENEALOGIA FOUCAULTIANA.....	16
1.2 REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA.....	22
1.3 SUJEITOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	26
1.4 ESTADO DA ARTE.....	29
2 DAS PRÁTICAS SOCIAIS À ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL.....	37
2.1 A CRIANÇA ENTRE AS PRÁTICAS SOCIAIS E À ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL.....	40
2.2 DAS INSTITUIÇÕES AUSTERAS ÀS PRÁTICAS DE DISCIPLINAMENTO.....	50
3 ENSAIO DE HISTÓRIA DO ORFANATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS A PARTIR DE MEMÓRIA DE EGRESSAS.....	59
3.1 AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE LEVARAM AS MENINAS AO ORFANATO.....	70
3.2 A ROTINA NO ORFANATO.....	76
3.3 O QUE MAIS MARCOU AS VIDAS DAS INTERNAS.....	90
3.4 EXPECTATIVAS PARA O FUTURO.....	96
3.4.1 EXPECTATIVA PARA O FUTURO DO ORFANATO.....	98
3.5 RESIDÊNCIA APÓS O ORFANATO.....	105
3.6 DOS SABERES, O QUE PREVALECEU NAS VIDAS.....	108
3.7 ESCOLHAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO RECEBIDA.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	123
REFERÊNCIAS WEB	127
Apêndices.....	129
Anexo.....	133

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

QUADRO 1: PERFIL DE PESSOAS ENTREVISTADAS QUE REALIZARAM UM TRABALHO NO ORFANATO.....	60
QUADRO 2 PERFIL DE EGRESSAS ENTREVISTADAS.....	60
FIGURA 1 FOTOS ANTIGAS DO ORFANATO.....	64
QUADRO 3 MOVIMENTO DE ENTRADA E SAÍDA DE INTERNAS (1955-1964).....	65
FIGURA 2 FOTO DE INTERNAS DESENVOLVENDO TRABALHOS MANUAIS	79
FIGURA 3 GRUPO DE INTERNAS COSTURANDO.....	83
FIGURA 4 INTERNAS NO DORMITÓRIO	84
FIGURA 5 INTERNAS TRABALHANDO NA HORTA.....	88
FIGURA 6 IRMÃ E INTERNAS NO JARDIM	96

INTRODUÇÃO

Quando direcionamos nossa atenção para diferentes épocas e contextos, acompanhamos os diversos acontecimentos da história da humanidade. Nesta trajetória, a infância foi alvo de muitas discussões, gerando encaminhamentos marcantes na vida das pessoas e, no caso desta pesquisa, de crianças e adolescentes que foram internas em uma determinada instituição.

Foi pensando em seus olhares sobre a situação de abandono que me senti motivada a conhecer e compreender, no contexto histórico de assistência à infância, a origem dos orfanatos e desenvolver este estudo sobre as vivências das internas do Orfanato Nossa Senhora das Graças¹ em Lages. Dessa forma adotei como referencial teórico a genealogia de Michel Foucault, que apresenta a preocupação com as ações desenvolvidas nas instituições, no que se refere à forma de tornar o sujeito dócil e útil.

Foucault foi um filósofo neonietzscheano questionador da própria esquerda na qual chegou a militar. Isso fez com que se tornasse muito inquietante. Procurava fazer uma leitura de como a sociedade se organizava no sentido de disciplinarizar os corpos e gerir as populações. De acordo com Araújo (2000, p.70), ele foi “[...] um filósofo preocupado com o problema da individualização, da normalização, da disciplinarização e da formação simultânea de saberes e poderes controladores [...]”.

Buscamos no pensamento e reflexões de Foucault presentes em suas obras o aprofundamento deste estudo, e na genealogia enquanto metodologia, a sustentação teórica e instrumental para análise dos dados coletados em depoimentos e documentos.

Meu interesse por esse tema teve início no ano de 1995, quando comecei a trabalhar na Irmandade Nossa Senhora das Graças², antigo Orfanato³ de Lages, onde atuei por doze anos na função de educadora de crianças e adolescentes. Saí no ano de 2007 quando, através de um concurso público, tornei-me professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Lages (SC). Nesse percurso, tem sido constante minha procura por novas aprendizagens,

¹ Orfanato Nossa Senhora das Graças será aqui referido por ONSG.

² A Irmandade Nossa Senhora das Graças será aqui referida como INSG.

³ O Orfanato (ONSG) passou a ser chamada Irmandade (INSG) após o término do sistema de internato, havendo em 1991 alterações no Estatuto.

devido à necessidade de aprimorar conhecimentos que contribuam com minha prática educativa.

Enquanto fui funcionária na instituição, almejava saber como era a vivência das internas, sua rotina, seus sentimentos, sonhos, ou seja, a realidade do internato. Encontrei no Programa de Pós-Graduação, *Stricto Sensu*, a oportunidade de aprofundar o estudo diretamente com egressas, e através de seus relatos, registrar esta história.

Sendo assim, ao ingressar no Programa de Mestrado, já havia vivenciado certa aproximação com o tema desta pesquisa, faltando buscar na teoria o entendimento de como a prática e o discurso se estabelecem nas relações existentes no ato de educar e ensinar. Esta aproximação a que me refiro consistia no fato de ter conhecimento apenas da história oficial da Instituição: no entanto tinha pouca informação sobre o trabalho desenvolvido com as internas.

Nesta perspectiva, almejamos compreender através dos relatos de vida de egressas, o impacto da vivência institucional para conhecer o contexto histórico da infância lageana desamparada, ao abordarmos como temática as “Memórias de Egressas do Orfanato Nossa Senhora das Graças de Lages (1955 a 1990): Um olhar genealógico”. Trazemos o recorte temporal do período em que a entidade atendia meninas em regime de internato, sendo 1955 o ano da fundação.

[...] no dia 13 de maio de 1955 as Irmãs Salvatorianas vieram para a cidade de Lages/SC a pedido de Dom Daniel Hostin, com o objetivo de amparar e orientar crianças órfãs ou abandonadas e proporcionar uma educação evangelizadora que integre a criança no processo social, tornando-a sujeito do próprio desenvolvimento e o da comunidade. Assim foi aberta a primeira comunidade Salvatoriana, o Orfanato Nossa Senhora das Graças, no Bairro Popular [...] ⁴.

O trabalho em regime de internato encerrou no ano de 1990 e a partir daí, a educação prestada passou a ser desenvolvida com meninos e meninas através do programa de Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto. Nesta forma de atendimento, as crianças passaram a ficar na instituição em um período do dia, no outro período na escola, retornando para suas famílias no final do dia.

⁴ Disponível em: <http://www.diocesedelages.org.br/religiosos9.htm> Acesso em 29.09.2012.

Dentro do recorte temporal demarcado, ou seja, o período de existência do regime de Internato buscou-se analisar a trajetória de 35 anos de assistência à infância, promovido pelo Orfanato de Lages, tendo como fundamento a perspectiva genealógica de Michel Foucault. Considerando o atendimento prestado às meninas internas no referido período, problematiza-se: qual o olhar de egressa sobre o cenário institucional vivenciado?

Para tanto, fez-se necessário conhecer um pouco do contexto histórico, com embasamento teórico, sobre as práticas sociais de assistência à infância no Brasil, para que, através da genealogia de Foucault, nos instrumentalizássemos para análise das entrevistas. Por meio da história de infância de internas do Orfanato, tal como, presente em suas memórias, buscamos conhecer as práticas discursivas que se fizeram presente em suas vidas.

Investigar sobre a história de vida de egressas, deixando registradas informações de suas vivências na instituição, tornou-se relevante para o conhecimento e valorização do percurso histórico de assistência à infância na cidade de Lages. Dessa forma, sendo esse estudo direcionado na perspectiva Foucaultiana, “na história, [...] não importa distinguir verdade e erro, e sim descrever as práticas discursivas, solo onde germinam e se desenvolvem os diversos discursos” (DIEZ, 1993, p.22).

Del Priore (2000) nos faz perceber a importância de trazer a história do passado mesmo na simplicidade das palavras, quando diz:

Resgatar esse passado significa, primeiramente, dar voz aos documentos históricos, perquirindo-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações mais concretas ou mais modestas, iluminando as lembranças apagadas (DEL PRIORE, 2000, p.15).

Entendemos que os documentos e dados históricos, vêm enriquecidos com vozes de experiências que apresentam o contexto da família lageana a partir da década de 50 do século XX. Dessa forma podemos compreender a situação que levou um grupo de meninas a viver no Orfanato a partir de sua fundação até os anos 90 do século XX. Almejamos a junção de fragmentos da história da instituição, ainda não registrados e sistematizados, que ficaram na memória de egressas e que, ao ser narrados por elas, possibilitam nosso conhecimento sobre o contexto social, econômico, familiar e cultural em que estavam inseridas.

Toda vez que reportamo-nos ao passado encontramos nas memórias situações vivenciadas que foram tristes ou alegres, positivas ou negativas, contudo, “[...] O saudável

exercício de ‘olhar para trás’ irá ajudar a iluminar os caminhos que agora percorremos, entendendo melhor o porquê de certas escolhas feitas por nossa sociedade” (DEL PRIORE, 2000, p. 8).

Contamos com a participação de egressas que através de entrevistas, apresentam seu olhar e sua vivência sobre o Orfanato, sendo que a parte da história envolvendo as internas apresenta-se fragmentada, com registros dispersos, não sistematizados. Para Foucault, a história pode ser vista transversalmente, ou de acontecimentos eventuais, pois a linearidade não dá conta de relatar as práticas sociais, precisando ser encontrados, organizados, registrados e expostos.

Muitas vezes a história é contada com o foco voltado para o discurso pregado em determinado momento histórico, ou seja, visou a interesses que em determinados aspectos foram ressaltados. Nos escritos de Foucault em *A vida dos Homens Infames* (2006, p. 203-222) o autor fala de pessoas que viveram no anonimato. Ele escolhe falar daqueles que não tiveram reconhecimento na sociedade, ao dizer “[...] todas essas vidas, destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas, só puderam deixar rastros breves, incisivos [...]” (FOUCAULT, 2006, p.207). Para o referido autor, sabe-se de suas existências devido poucas frases mencionadas, “[...] do que eles foram ou do que fizeram nada subsiste, exceto em poucas frases” (Idem, 2006, p.209). Ao escrever sobre homens infames, Foucault, apresenta uma análise que realiza partindo de fragmentos de notícias e de seleção de documentos registrados de internamento do início do século XVIII, que deveriam ser histórias reais, de pessoas simples e esquecidas. No texto o autor mostra que tais pessoas não representam nenhum discurso, deixavam somente rastro de uma existência.

Foucault nos mostra que tudo que permeia a sociedade tem relação de saber e poder. Segundo ele (2012, p.230), “[...] exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações e as utiliza”. Podemos entender que o exercício do poder ao atuar sobre o corpo do sujeito através do dispositivo do panóptico ou práticas de disciplinamento constitui-se a sociedade disciplinar. Torna-se possível o acesso ao saber, pois se acompanha todas as particularidades desse indivíduo de modo a conhecê-lo e adestrá-lo.

O saber e o poder se articulam e agem sobre o sujeito, dando origem às “práticas normalizadoras”. De acordo com Araújo (2000, p. 72), “há todo um poder que investe sobre o corpo para produzir a ‘alma’ moderna na qual o saber e o poder se articulam resultando num

sujeito objetivado por práticas normalizadoras, corretivas, punitivas [...]”. Por “sujeito objetivado” entendemos ser aquele que passa por esse processo de disciplinarização, sujeito ao meio e às práticas normalizadoras, tornando-se dócil e útil.

A obra de Foucault prioriza o questionamento das verdades constituídas, ‘seguras’, e de seus pressupostos, denunciando sua proveniência. Na medida em que concordamos com tais dogmas, estamos aceitando limitações ao raciocínio, aprisionando nossa atividade cognoscente a sistemas e métodos padronizados, que só podem nos remeter a lugares comuns, às totalidades herdadas e petrificadas (DIEZ, 1993, p.23).

Michel Foucault nos apresenta um olhar diferenciado do que estamos habituados a ver quanto às instituições, pois, enquanto genericamente se diz que elas foram benéficas para a sociedade em geral, o autor nos faz repensar tal perspectiva. Leva-nos a refletir que, em nome da ordem e da disciplina, ocorriam e ocorrem práticas repressoras através do binômio saber-poder. Nas características e práticas da sociedade disciplinar, e nos objetivos iniciais que deram origem às instituições, Foucault levanta a questão do poder que permeia a sociedade, atuando na vida das pessoas. Nesse sentido, esta investigação possibilita alcançar, pela genealogia Foucaultiana, o contexto em que as egressas estiveram inseridas.

Na intenção de “[...] ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, [...]” (FOUCAULT, 2012, p.268), encontramos na genealogia a importância da preservação, registro e sistematização de documentos e informações para o conhecimento do percurso da assistência à infância. É uma forma de ampliar os conhecimentos acadêmicos e proporcionar o entendimento do processo histórico da educação em Lages, relacionando à questão da infância desvalida no país.

Para expor os resultados deste trabalho cujas origens e objetivos expusemos, estruturamos esta dissertação em três capítulos. Inicialmente descrevemos os encaminhamentos metodológicos com os sujeitos e procedimentos, com o embasamento teórico sobre a metodologia deste trabalho. Expomos a importância da memória para ciência, visto pela ótica de alguns autores que abordam essa temática. O estado da arte possibilitou-nos um olhar abrangente através dos vários trabalhos científicos que passamos a ter acesso através das leituras realizadas.

No segundo capítulo, a partir do aprofundamento teórico, descrevemos um pouco da história das práticas sociais à assistência à infância no Brasil e da situação da criança nesse

contexto. Abordamos também as instituições austeras e as práticas de disciplinamento, mostrando o entendimento de Foucault sobre as relações de poder nelas existentes.

No terceiro capítulo desenvolvemos um ensaio de história do ONSG a partir de memória de egressas. Ilustramos este capítulo com a fala das mesmas, coletadas em depoimentos registrados por meio de entrevistas, sendo subsidiados pela teoria Foucaultiana. Um dos elementos que compõem essa história é a memória e é através dela que trazemos fatos e vivências das internas.

Após esse momento introdutório da dissertação, apresentamos no próximo capítulo o arcabouço teórico da pesquisa, explorando as categorias que permeiam este estudo: infância desvalida, orfanato, assistência à infância e memória. Trazemos explicações referentes à genealogia e a forma como os dados coletados foram analisados, tendo como base esta metodologia Foucaultiana. De acordo com Diez e Horn, (2011, p.49) “[...] a opção metodológica decorre do prisma sob o qual se observa o objeto e respalda a pesquisa”, é esse embasamento teórico metodológico que torna possível o acesso aos resultados das questões que são levantadas no estudo da problemática da pesquisa. Os autores ainda salientam que:

Do mesmo modo que o resultado de toda a pesquisa depende de um método, cada método implica em uma perspectiva específica, vinculada a uma concepção filosófica e que definirá tanto a forma de olhar o objeto, como de interpretá-lo. Daí que a mesma realidade pode resultar em diferentes leituras, conforme o paradigma que pauta cada pesquisador (DIEZ; HORN, 2011, p.29).

Sendo através de uma fundamentação teórico-metodológica que se delimita o caminho que será percorrido, portanto, o processo metodológico à luz dos teóricos com ampla experiência na pesquisa é que sustenta o trabalho transformando-o em produção científica.

1 ARCABOUÇO TEÓRICO

Neste capítulo descrevemos os encaminhamentos metodológicos, apresentando os sujeitos e os procedimentos para coleta e análise de dados. Ao nos apropriarmos da fundamentação teórica que direciona esse trabalho, percebemos a importância das produções científicas sobre a temática, encontradas nos bancos de dados disponíveis na internet. Com as buscas realizadas, tornou-se possível chegar a diversos estudos concluídos, o que ampliou nosso olhar sobre as categorias desta pesquisa e outras semelhantes a elas, proporcionando também um direcionamento e delimitação do nosso objeto de investigação.

Completamos a fundamentação com os seguintes autores: Diez e Horn (2011), Diez (1993, 2001), Foucault (1984; 2012; 1986; 2001), Araújo (2000), Faé (2004), Ariès (1981), Fischer (2003), Candioto (2007), Brasil (2004), Haddad (2009), Teixeira (2006), Romanowski e Ens (2006), Soares (1987), Vieira (2006, 2012), Negrão (2002), Lima (2008), Tourinho (2009), Santana (2011), Bispo (2007), Oriente e Souza (2005), Veiga e Gouvea (2000).

Encontramos na Genealogia a forma como pretendemos nos aproximar de nosso objeto, para respondermos à problemática que questionamos, pois, segundo Foucault (2012, p.43), tal perspectiva possibilita “[...] chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica”. Para melhor entendimento, trazemos na sequência a abordagem de alguns autores acerca da Genealogia de Foucault.

1.1 A GENEALOGIA FOUCAULTIANA

Com esta concepção metodológica, encontramos na interpretação de fatos e de depoimentos um diferencial para análise. A Genealogia possibilita estudar os vestígios

históricos apresentados através de relatos de vida, valorizando a origem dos saberes, pois ela é definida por Foucault (2012, p. 267-268) sendo o

[...] acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais. [...] Não se trata de opor a unidade abstrata da teoria à multiplicidade concreta dos fatos e de classificar o especulativo para lhe opor, em forma de cientificismo o rigor de um conhecimento sistemático. [...] Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados [...].

Tais saberes estão presentes na história narrada pelas egressas do ONSG. Consideramos importantes seus relatos de vivência para o conhecimento da infância lageana a partir da década de 50 do século XX e no que se refere às práticas de disciplinamento que eram exercidas naquele tempo na sociedade, como forma de educação. Sendo assim, através da genealogia, torna-se possível entender como os dispositivos de poder fabricam sujeitos domesticados. É importante ressaltar o significado do termo dispositivo, que Foucault (2012, p.364) definiu em sua obra *Microfísica do Poder* como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...] entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

Com isso podemos adentrar um pouco mais nos escritos de Foucault, quando ele deslocava o foco do seu estudo para as minorias e os que estavam às margens – no caso os *bas-fonds*⁵. Referem-se às questões, às quais não olhamos e não focalizamos, ou seja, são casos que pertencem à existência comum, mas não estão em evidência.

As vidas das internas naquele momento histórico não estiveram em evidência. Sonhos de uma convivência familiar quase nunca realizados, por escolhas consideradas as melhores para suas vidas, devido ao contexto em que estavam inseridas. Ficaram “à margem”. Sendo assim, nossa pretensão é de colocar suas existências em evidência, e através de relatos, trazer à tona histórias de vida no Orfanato.

⁵ *Bas-fonds*, ou baixo-fundos, segundo Diez, (2001, p.3), “[...] aquilo que não é enfatizado: à margem ou central, não é olhado”.

No contexto deste estudo, podemos analisar a perspectiva Foucaultiana sobre a vida em uma instituição, em que, na condição de produto da idade moderna, em nome da qualidade de vida do indivíduo, acabam se retirando compulsoriamente os sujeitos do espaço familiar ou social mais amplo e os internam, durante um longo tempo, para moldar suas condutas, disciplinar seus comportamentos, na intenção de formatar aquilo que pensam daquele sujeito-indivíduo.

Considerando que, para Foucault, não há relação de poder que não seja acompanhada de criação de saber, e vice-versa, nos propusemos compreender a forma como esse binômio saber/poder se estabeleceu nas vivências de egressas. Por se tratar de histórias de vida, tornou-se necessária a coleta de dados por meio de entrevistas. Encontramos na genealogia a forma de interpretação dos acasos e das descontinuidades da história, que foi decifrada e desvendada, pois nesta metodologia se “[...] escuta a história, prestando atenção a seus acasos e suas descontinuidades [...]” (FAÉ, 2004, p.413). A genealogia possibilita recuperar dados históricos espalhados, materiais não sistematizados, quase perdidos, devido desgaste pelo tempo. Esse processo de preservação e de valorização de fragmentos da história requer por parte do pesquisador um compromisso de respeito quanto à coleta de informações e organização dos dados, sendo essa metodologia um amparo à ciência, no intuito de conservar o que existe da história.

Os primeiros passos na procura de material se deram diretamente na instituição, onde obtivemos artigos de alguns jornais antigos, atas de reuniões realizadas com a diretoria e documentos. Dos indicadores lá encontrados, realizamos outras buscas que possibilitaram o contato com egressas e o acesso ao *Livro das Crônicas do Orfanato de 1955-1964*, com informações sobre o trabalho desenvolvido Orfanato nos primeiros anos.

O Livro das Crônicas é um material manuscrito de autoria das Irmãs religiosas que comandavam o trabalho do Orfanato. Nele consta registros dos fatos marcantes do cotidiano vivenciado na instituição, do período de 1955 até 1964. Entendemos que tais registros tivessem como finalidade realizar uma prestação de contas com a Congregação sobre o trabalho que desenvolviam. As autoras do Livro, no caso as Irmãs, se revezavam no processo de escrever as crônicas, sendo possível perceber isso devido à mudança no formato da letra e por ser mencionado o seguinte: “No dia 2 de abril de 1959 fui escalada para escrever a dita crônica que se usa na congregação. Pois a boa Ir. Superiora escreveu-a até o mês de março”

(p.34). Na última página, (p. 106) do Livro das Crônicas encontramos o seguinte registro: “Lages, maio de 1965 – Entregaram-me o material da Crônica de nossa casa Orfanato em maio, portanto, só farei a Crônica deste mês em diante, é o que me cabe a fazer com responsabilidade. Faltam a crônica do mês de Janeiro, fevereiro, março e abril” (ONSG, 1955-1964, p. 106). Com esse registro encontrado na última página do livro, podemos entender que haveria uma sequência de crônicas em outro caderno, no entanto, localizamos apenas um livro de crônicas.

Não encontramos na instituição registros específicos sobre as internas como, por exemplo, fichas de matrícula de internamento, mas em compensação os dados presentes no Livro das Crônicas nos apresentam uma possibilidade de conhecermos de maneira mais detalhada o contexto que deu origem ao Orfanato em Lages e o cotidiano da instituição nos primeiros anos de trabalho desenvolvido com as meninas desamparadas.

Ao investigarmos os teóricos que abordam a temática sobre pesquisa em educação, optamos por trazer autores que comungam a mesma concepção apresentada por Foucault, tendo em vista que, para esse trabalho, estamos nos fundamentando em suas obras. Fischer (2003, p. 385) nos ajuda a compreender o pensamento de Foucault com relação às instituições quando diz que:

Tratar dos discursos e das relações de poder nas mínimas práticas cotidianas e institucionais, seguindo o que Foucault nos ensinou em suas pesquisas, é um modo de fazer história, história do nosso presente, lançando um olhar profundamente crítico a todas as formas de sujeição do homem, as quais são visíveis nos diferentes campos institucionais e nas inúmeras técnicas, procedimentos, estratégias, discursos e arquiteturas construídos historicamente.

Entendemos que tais relações e discursos apresentam-se de maneira explícita, não obstante muitas vezes pouco percebida, pois o pensamento foi tão domesticado às práticas exercidas que costuma sujeitar-se. Esse conjunto de “[...] técnicas, procedimentos, estratégias, discursos e arquiteturas [...]” (FISCHER, 2003, p.385), é o que Foucault considera a microfísica do poder, sendo o meio em que o sujeito se constitui.

O sentido que atribuímos ao termo “sujeito”, neste trabalho, está de acordo com a concepção de Foucault, ou seja, refere-se ao indivíduo que se constitui historicamente sujeito pelas práticas que são exercidas ao seu redor e sobre seu corpo, é sujeitoado pelas

práticas de poder e saber. E foi nesse sentido que Foucault analisou as instituições austeras, procurando conhecer a formação do sujeito diante das práticas disciplinadoras.

[...] Pesquisar nessa perspectiva é [...] dar conta de como nos tornamos sujeitos de certos discursos, de como certas verdades se tornam naturais, hegemônicas, especialmente de como certas verdades se transformam em verdades para cada sujeito, a partir de práticas mínimas, de ínfimos enunciados, de cotidianas e institucionalizadas regras, normas e exercícios (FISCHER, 2003, p.386).

Em conformidade com Foucault (1986, p. 146), que considera que “[...] o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história”, Araújo (2000, p.93), apresenta o seguinte conceito para o discurso:

[...] é um dispositivo do saber em meio a outros; não há império ou exclusividade do discurso, ele é, sim, veículo das relações entre saber e poder e ao mesmo tempo é alvo dessas relações, isto é, objeto de desejo do poder/saber. Esta dimensão interpretadora cabe ao genealogista que verá como esses discursos puderam formar-se historicamente e a partir de que realidades históricas o fizeram.

Quanto ao discurso que se formou dando origem ao Orfanato, buscamos compreender estudando dados históricos encontrados na revisão de literatura, em documentos e depoimentos. Almejamos, através das entrevistas, “[...] captar vestígios da existência, recolher os indícios das realidades propondo ligações, decifrar os testemunhos possíveis desses rastros [...]” (DIEZ; HORN, 2011, p.19). Fragmentos históricos da infância de internas tornam-se recuperáveis através de relatos sobre o que existe guardado na memória. Segundo os autores, a pesquisa possibilita o “[...] apropriar-se dessas manifestações de vivências, para experimentá-las, apreendê-las. [...]” (p.19). Nesse processo investigativo, “[...] a apreensão de vestígios” obtidos é o que direciona e focaliza, aumentou a possibilidade de conhecimento do objeto em estudo.

De acordo com os autores citados (p.37), “[...] a genealogia procura as continuidades possíveis das relações de poder e saber que se estabeleceram historicamente, para escrever a história do presente”. Sendo assim, entendemos que trazer os depoimentos de egressas significa “interrogar” e questionar “[...] o papel histórico e político desempenhado pelos saberes e poderes [...]” (DIEZ; HORN, 2011, p. 36). Afinal, quais os saberes do discurso daquele contexto desencadeou a experiência do internato para as meninas? E, na instituição, como a história foi se constituindo com base no saber/poder considerado naquele momento?

Diante do fato de que muitos documentos e dados já se perderam e com a precariedade de material, consideramos relevante a coleta de dados através relatos de vivência na instituição, sendo subsídios para sistematizarmos a história do internato, no olhar de egressas. Para Foucault (1984, p.14), “[...] existem momentos da vida nos quais a questão de saber se podemos pensar diferentemente do que pensamos, e perceber diferentemente do que vemos, é indispensável para continuar olhando ou refletindo”. O que o autor cita nos faz entender o pensamento dos familiares e responsáveis pelas meninas que foram internas, os quais tomaram essa atitude de acordo com o saber e o pensar que guiavam suas vidas naquele período. Nesse caso é importante ver tal situação com olhos daquele tempo, pois da década de 1950 para cá, diversas transformações e avanços ocorreram, sendo necessário compreender os acontecimentos contextualizados.

O acesso a informações sobre o processo histórico da assistência à infância possibilitou encontrar respostas às indagações referentes ao surgimento de instituições de atendimento à infância. Para compreender e interpretar a história, bem como identificar nos espaços como ocorreu a manifestação do saber/poder, buscamos respaldo na genealogia, que “[...] visa abordar na história e historicamente as forças, dispositivos, aparelhos, instituições que produzem efeitos, principalmente sobre os corpos [...]” (ARAÚJO, 2000, p. 95). Tal perspectiva metodológica direciona-nos para o entendimento quanto aos efeitos das práticas sobre os corpos, que se constituem sobre a vida dos indivíduos. Segundo a autora, através da interpretação genealógica, “as modificações e os investimentos de saber e poder [...]” que se estabelecem nos espaços institucionais de caráter pedagógico e disciplinar, “[...] permitem analisar o sujeito dividido e normalizado em que hoje nos tornamos na sociedade disciplinar” (ARAÚJO, 2000, p. 95).

Diez (1993, p.7), ao tratar sobre do pensamento de Foucault, expõe que “Seu questionar constante provoca o aparecimento contínuo de novos horizontes de busca”. Isso se pôde constatar, pois durante nosso processo investigativo sobre a história do Orfanato de Lages na concepção de egressas, surgiram informações relevantes⁶ além do que estava previsto no roteiro de entrevista, completando lacunas da história oficialmente conhecida da infância lageana.

⁶ Tais informações estão presentes no terceiro capítulo.

Entendemos que esse processo esteja relacionado ao que foi mencionado por Candiotto (2007, p.206), que “[...] a genealogia se atém à exterioridade dos acidentes, aos desvios e maus cálculos que deram origem ao que existe e que para nós tem valor”, ou seja, essa perspectiva metodológica nos possibilitou estudar sobre as memórias de egressas, trazendo partes da história consideradas “exterioridades” e “desvios”. Pudemos conhecer partes da história da infância de egressas que em algum momento não estiveram em evidência, ou seja, as situações difíceis vivenciadas nas famílias impossibilitou a egressa de participar desse convívio, tornando-a desamparada.

Por focalizarmos dados presentes nas memórias, a seguir trazemos uma reflexão sobre a importância da memória na manutenção e preservação da história, como forma de registrar o passado por meio de histórias de vida.

1.2 REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA

Reconhecemos a relevância que tem a memória para a realização deste trabalho sendo fundamental apresentarmos alguns resultados de leituras e estudos direcionados a esta categoria que será aprofundada ao apresentarmos os dados coletados. Sendo assim, nesta parte da dissertação, refletimos sobre a importância das informações presentes nas memórias das egressas, possibilitando-nos esboçar uma história, pois “Retomar consciência de si, descobrir as fontes do saber e da memória significa denunciar todas as mistificações da história” (FOUCAULT, 2005, p. 185).

As memórias de tempos que já se foram trazidas por egressas, permitem a valorização de suas histórias de vida, traduzindo o significado das vivências, pois, “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1990, p.477). Sendo assim, esse recurso que optamos para coleta de dados traz algumas possibilidades que Ribeiro destaca:

A memória como recurso metodológico nos possibilita a organização da experiência vivida e o conhecimento adquirido [...]. Ela permite, ainda, desvendar as ocorrências sociais vividas pelos grupos, os conflitos, o preconceito, a discriminação, e outros enfrentamentos relativos ao espaço social [...] (RIBEIRO, 2001, p.24).

Encontramos na memória a possibilidade de sistematizarmos o que existe sobre a vida no Orfanato, devido aos poucos documentos existentes. De acordo com Le Goff (p. 109), “Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos”.

Para Bosi (1994, p.68), “a narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É sua memória.” Em sua obra, portanto, podemos acompanhar o sentido atribuído à memória e lembrança, “[...] dando existência escritural à fala” (p.14). Através da memória é possível trazer à tona histórias de vida, no estilo de narração, sendo esta “[...] uma forma artesanal de comunicação [...] investe sobre o objeto e o transforma.” (BOSI, 1994, p.88). A história é fruto de experiência de vida do narrador, que precisa “[...] reproduzir-se de geração em geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos.” (BOSI, 1994, p.90).

Quando optamos por buscar conhecimentos por meio de relatos de egressas sobre o período de suas vivências no Orfanato de Lages, percebemos a oportunidade de mostrar o contexto em que as internas estavam inseridas. A história narrada apresenta informações importantes com um recorte temporal passado, mas trazem na sua essência, resquícios de um momento histórico vivido pelos sujeitos mencionados nesse trabalho.

Tais relatos de vida se tornam possíveis porque “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações [...] misturando-se com as percepções imediatas [...]” (BOSI, 1994, p.46). Nos relatos de vida, ouvinte e narrador trazem o passado ao presente firmando a história que existe na memória. De acordo com a autora: “[...] nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. A memória é a faculdade épica por excelência” (p.90).

Quando Bosi usa a expressão “conservar o narrado”, significa valorizar as experiências do passado em forma de registro para que a história não se perca no esquecimento e no tempo. Segundo Scholze (2005, p.41), “Para sabermos o que é importante na vivência do indivíduo, é importante que ele registre sua história, faça sua autobiografia”.

Esse registro da história se sistematizou através de entrevistas. Os relatos que as egressas fizeram de suas vivências na instituição, oportunizaram o registro de histórias de vida. As lembranças trazidas, com a fundamentação recebida através dos autores presentes

neste trabalho, refletem o que encontramos na obra de Bosi (1994, p.21). “Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito.”

Para compreendermos o que significa essa expressão citada, “[...] lapidado pelo espírito”, podemos nos remeter a Abbagnano (2007, p. 354) que atribui o significado à palavra espírito, como sendo “sopro animador” e “aquilo que vivifica”. Nesse sentido, podemos entender que a lembrança pode ser considerada como a matéria-prima da história, que se vivifica através do sopro animador, estabelecido através de teóricos que fundamentam a análise do que vem em forma de memória.

Nas histórias de vida relatadas, percebemos a situação de meninas que precisavam ser amparadas no período da infância e adolescência, quando encontraram na instituição, um atendimento voltado para suprir suas necessidades naquele período de suas vidas. E a pesquisa tem essa importante função de buscar compreender na história os fatos e acontecimentos.

Para isso, contamos com elementos marcantes presente na memória os quais nos proporcionam conhecimentos de outros tempos. É a história que se vivifica, sendo lapidada à medida que é contada, reconhecida teoricamente e registrada. Segundo Bosi, a memória possibilita conhecer o passado de maneira que se torna organizado em relação ao tempo e localizado cronologicamente (1994, p.89). Sendo assim, ao ser exteriorizada a vivência nos relatos do que está guardada na memória, a lembrança - enquanto diamante bruto - começa a ser lapidada, pois à medida que se fundamenta com a teoria, a memória exerce a função mencionada pela autora.

As memórias das histórias de vidas também podem ser comparadas a um vaso antigo:

Imagine-se um arqueólogo querendo reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos; é preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar nas noções que as orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral (BOSI, 1994, p. 414).

Neste exemplo dos cacos do vaso, os fragmentos são estáticos, diferentemente do que os relatos apresentam através dos fragmentos do passado, pois são relatos do passado realizados no presente. Trazer as memórias, partindo de relatos de vida de egressas, necessita

desse cuidado e atenção que a autora destaca para que haja a preservação de dados históricos. É preciso compreender que através do histórico familiar, social e institucional, é que se constituiu a história de vida da interna do Orfanato. Dependendo do que foi mais significativo na vivência da egressa, serão formadas as memórias para recompor a história. Certas situações são mais marcantes para umas do que para outra, pois, dependendo de como suas necessidades foram sendo supridas ou não durante o convívio no internato, foram se registrando na memória fatos diferentes de um mesmo passado.

Bosi diz: “[...] ouvir o que já não é audível.” Essa expressão, se comparada às vivências das egressas, pode ter várias formas de interpretações, pois se trata de um momento histórico. O narrador - nesse caso, participante da pesquisa - conta sua história mostrando suas percepções, sentimentos e pensamentos sobre um momento de sua vida em que era ainda uma criança ou adolescente. Há quem continue com o pensamento daquele tempo como também há os que conseguem separar um momento histórico de outro, mudando a forma de pensar e ver aquela realidade.

Retomar a história de vida através da memória não significa parar no tempo, mas perceber as mudanças ocorridas e se identificar enquanto sujeito de uma história que em determinado período de sua trajetória viver no Orfanato foi o melhor que a sociedade e a família podiam oferecer para aquele grupo de meninas que foram internas.

A memória é fonte da história, mas também instrumento de resistência. Pois, diante de tantos discursos, oficiais, os grupos sociais guardam em silêncio suas lembranças, numa espera que se nutre de memórias. No momento oportuno, as memórias emergem e ocupam o campo social (COSTA, 1997, p.131).

O internato teve sua função naquele momento. Portanto, quando Bosi diz: “Então recomporemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral” na citação acima, podemos entender que é possível fazer da história de vida. “Recompor o vaso”, como diz a autora, e reconhecer suas características significa não permitir que acontecimentos negativos marcados na memória impeçam de valorizar a própria história.

Por desenvolvermos essa investigação envolvendo seres humanos na coleta de dados, houve a necessidade de encaminharmos o projeto ao Comitê de Ética Pesquisa da UNIPLAC para ser analisado. A seguir apresentamos os procedimentos estabelecidos e as informações relacionados às pessoas participantes.

1.3 SUJEITOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A primeira ação desenvolvida após a elaboração do projeto consistiu em seu encaminhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, de Lages-SC, com parecer de nº 006-13 aprovado. Tal procedimento de submeter esse trabalho para análise metodológica ao comitê visou desenvolver uma pesquisa “[...] ética e cientificamente correta [...]” (BRASIL, 2004, p.15).

O procedimento ético e operacional que esta forma de investigação requer tem como objetivo “[...] salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos [...]”, ao mesmo tempo em que “[...] contribui para a qualidade das pesquisas e para a discussão do papel da pesquisa no desenvolvimento institucional e no desenvolvimento social da comunidade”. (BRASIL, 2004, p.11).

A submissão do projeto ao Comitê de Ética se fez necessário porque para desenvolver os estudos contamos com informações que foram adquiridas por intermédio de entrevistas. Por este estudo corresponder ao que é especificado na definição da Resolução CNS 196/96 item II. 2, caracteriza-se por ser uma “[...] Pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais” (BRASIL, 2004, p.84).

Em termos de procedimentos metodológicos, portanto, esse estudo teve como percurso a busca por embasamento teórico e, paralelamente, nos aproximamos de nosso objeto de estudo, buscamos localizar as egressas do Orfanato por meio de contato telefônico e endereços, e após nossa apresentação, foi marcada uma data em que pudesse ser realizada a entrevista através de roteiro de questões. Participaram com depoimentos mulheres que residem no Município de Lages-SC e que, no período da infância ou adolescência, que viveram no Orfanato de Lages no período de 1955 a 1990. Encontramos doze egressas sendo que onze foram as que autorizaram o uso de suas informações assinando o TCLE. Tivemos como infraestrutura suas próprias residências, não dependendo, portanto, da utilização do espaço institucional.

Elas foram informadas de que faríamos uso de gravador para obtenção das informações. E, para que se efetivasse sua participação, após a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), cada participante assinou duas vias do documento,

ficando com uma cópia para si. Foi explicado que também estariam livres para desistir a qualquer momento se assim desejassem.

Ao mesmo tempo, também falamos sobre a importância de seus relatos para o desenvolvimento da investigação, esclarecemos que, estaremos preservando a identidade das participantes, utilizando um codinome como: E1, E2, E3 e assim sucessivamente até E12, proporcionando-lhes segurança e confiança através do anonimato, para que não haja nenhum risco à sua integridade moral. Os benefícios estão relacionados ao conhecimento da infância lageana vivenciado pelas participantes.

As entrevistas foram realizadas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2012, e maio de 2013, gravadas e transcritas logo em seguida. No dia 4 de outubro, mediante um telefonema ocorreu o primeiro contato com a egressa E1, com a qual daríamos início às entrevistas que ocorreu no dia 22 de outubro de 2012. Foram realizadas 12 entrevistas. Apenas uma das entrevistadas não se dispôs a assinar o termo de consentimento, o que foi lamentável, pois contribuiu com um importante relato. Há, portanto, neste trabalho, dados de 11 depoimentos. Mas como todas têm livre arbítrio com relação à pesquisa, foi respeitada sua vontade em não declarar neste trabalho suas informações por não ter sido autorizado. Mesmo não podendo compartilhar com os leitores da dissertação, para mim ficou o aprendizado, pois seu relato me fez entender um pouco mais sobre a história da infância empobrecida.

Para que pudéssemos conhecer um pouco mais a história da infância lageana bem como o olhar da comunidade sobre a situação das meninas internas, optamos por realizar mais três entrevistas com pessoas que trabalharam no Orfanato ou em benefício ao Orfanato. A essas trabalhadoras, denominamos T1, T2 e T3 cujas informações fornecidas aparecem no capítulo das análises juntamente com os dados de egressas.

O início da coleta de materiais ocorreu no dia 12 de setembro de 2012, data em que fizemos um levantamento de informações em uma visita realizada à Biblioteca Pública Municipal, onde procuramos nos jornais antigos do Correio Lageano, notícias sobre o Orfanato de Lages, sendo localizadas somente duas notícias sobre o assunto, em jornais dos anos 1970 a 1978. Inicialmente a intenção era procurar notícias a partir do ano de 1955, mas percebemos que o fato de se aproximar da data da fundação não facilitou acesso à notícia, ou seja, não havia reportagem publicada sobre a instituição. Esse material ao qual tivemos acesso trouxe poucas informações.

Os jornais anteriores à década de 70 do século XX, só poderiam ser encontrados no jornal local, mediante ofício com solicitação, com pesquisa somente no local, sem opção de retirar material para tirar cópia, somente com uso de máquina fotográfica para registro e cópia manual. E, para realização da busca nesses jornais, conforme informação obtida em visita realizada no local, o acesso seria restrito: poderíamos pesquisar jornal de um determinado mês e ano, mas não vários referentes ao período de nosso recorte temporal. Como nossa intenção era ter acesso a todos os materiais e ir procurando todas as notícias da instituição presente nos jornais. Tais exigência no jornal local dificultou o acesso à uma pesquisa livre na busca por notícias sobre o Orfanato, de modo que optamos por começar com a coleta de informações através das entrevistas e posteriormente com a pesquisa nos poucos jornais existentes no Orfanato.

Conforme informações de uma funcionária que trabalhou no Orfanato no ano de 1987, naquele momento ainda se encontravam 22 meninas internas, que estavam em processo de desligamento da instituição, momento em que a instituição buscava localizar os possíveis familiares para assumirem as meninas como membro da família. Com relação a esta informação, apresentamos no terceiro capítulo os dados bibliográficos e documentais encontrados.

Esta funcionária contou também que muitos materiais históricos que poderiam ser utilizados se perderam, pois numa arrumação realizada tempo atrás se percebeu que as fichas de registros das internas, bem como outros materiais que estavam juntos, haviam se destruído pelas traças, sendo, portanto descartados, tendo em vista a impossibilidade do uso.

Ao ouvir isso, lembrei-me das leituras acerca da genealogia de Foucault, onde ele a caracteriza como “empoeirada”, “quase imperceptível”. Para um pesquisador, aquilo que muitas vezes é desprezado, pois se considera estragado pelo tempo, é rico em informações e em história, pois ali está um fragmento de uma história que precisa estar registrada e valorizada. Quando muitos dados históricos se perdem, o trabalho torna-se mais árduo, e, no entanto prazeroso, pois passamos a ter o compromisso de buscar todas as formas de informações e dados históricos. E quando se fica cinco horas numa biblioteca para encontrar duas notícias históricas, guardamo-las, considerando-as valiosas.

A seguir, trazemos o levantamento que foi realizado dos trabalhos já desenvolvidos, que serviram de base para o entendimento e direcionamento deste estudo. Ao utilizarmos

determinadas categorias relacionadas ao tema, fomos filtrando os diversos resultados que os canais de comunicação de trabalhos científicos nos apresentam, conforme os dados são apresentados no próximo passo deste trabalho.

1.4 ESTADO DA ARTE

Entendemos que, a partir da revisão de literatura, houve um aprimoramento de conhecimentos, essenciais para investigarmos sobre a temática, “[...] explicitando a sustentação teórica da investigação proposta” (DIEZ; HORN, 2011, p.45). Esse ponto de partida estudando obras e trabalhos científicos publicados foram extremamente necessários para a compreensão e análise dos dados levantados, pois “[...] permitem num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento [...]” (HADDAD, 2009, p.1).

Este levantamento visa o reconhecimento dos avanços e limites encontrados na produção acadêmica referente à temática em questão, o que significa “[...] reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura.” (HADDAD, 2009, p.1). Esse conhecimento assimilado possibilitou a ampliação do entendimento da problemática, tornando-a mais nítida e específica ao próprio objeto de estudo. Nesse sentido, a seleção realizada nos trabalhos existentes, usando as categorias relacionadas a este estudo, tem como objetivo proporcionar maiores informações que venham contribuir com a problemática.

Mas, como cada produção científica tem suas especificidades, torna-se relevante perceber o que podemos analisar nos resultados que foram alcançados com relação ao mesmo tema, para que possamos apresentar um diferencial, como forma de dar continuidade à ciência.

[...] o movimento ininterrupto da ciência, que vai se construindo ao longo do tempo, privilegiando ora um aspecto, ora outro, em constante movimento. E, nesse interlúdio, os conceitos sofrem mutações, devido às intervenções

decorrentes do próprio conceito de campo e, conseqüentemente dos atores inseridos nele (TEIXEIRA, 2006, p.83).

Conforme Romanowski e Ens (2006, p.39), os objetivos do estado da arte “[...] favorecem compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento”. Realizar essa revisão de literatura é preciso para que possamos acompanhar o processo de evolução da ciência, “[...] a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas” (SOARES, 1987, p.3). Dessa forma podemos direcionar nosso estudo a uma abordagem cujos resultados obtidos ainda não respondem ao problema que estamos investigando.

Desenvolvemos o processo de revisão de literatura que segundo Diez e Horn, (2011, p.19), é o “[...] pré-requisito para o êxito da proposta, pois esta embasará um olhar fundamentado que realiza uma interpretação superadora do senso comum e da visão singela restrita à empiria”. Para isso, recorrendo aos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*; Universidade de São Paulo (USP). Realizarmos uma busca direcionada em banco de dados de universidades conceituadas de “fontes de informações acadêmicas”, delimitando o recorte temporal e temas através das palavras-chaves: infância desvalida, assistência à infância e orfanato.

Em levantamento feito no banco de dados da Universidade de São Paulo (USP) publicados entre os anos 1996 até 2012, encontramos um resultado relacionado ao nosso tema com a palavra-chave “infância desvalida”. Refere-se à uma tese de 2012 de Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira, com o título: “Asilo de órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908—1931)”. Trazemos também as contribuições da mesma autora através de sua dissertação desenvolvida em 2006 com o tema: Asilo de órfãos de Santos: assistência à infância desvalida (1889-1914).

Em sua dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Católica de Santos em 2006, Vieira destaca que, para chegar ao entendimento da concepção de infância, é “[...] através do estudo de instituições singulares, datadas e localizadas. Através do tratamento dispensado às crianças, pode-se concluir sobre a concepção vigente” (VIEIRA, 2006, p.10). Para a autora, as práticas assistenciais ocorrem conforme a concepção de infância que as

peças têm, ou seja, “[...] implica, estudar a relação estabelecida entre adultos e crianças, vinculando-a a determinada época e lugar, como forma de entender a sociedade [...]” (p.23), cuja forma de entendimento atribuído à infância, segundo a autora, “[...] nos possibilita conhecer melhor a cultura vigente” (p.23). Cada prática assistencial teve seu significado na trajetória histórica. Acompanhar as mudanças que foram ocorrendo consiste em valorizar cada passo dado na intenção de buscar a melhor alternativa para o momento.

O trabalho desenvolvido por Vieira (2006) apresenta o contexto histórico que deu origem ao Asilo de Santos no ano de 1889, ocorrendo em virtude da epidemia da febre amarela e outras moléstias que ao atingirem um grande número da população ocasionou a orfandade de diversas crianças. A autora apresenta conceitos como filantropia e assistência científica, ao explicar que, no início do século XIX, “[...] as instituições para abrigo de menores desvalidos eram consideradas uma expressão da modernidade”, período este em que, segundo Vieira, (2006, p. 26) “[...] almejava atingir o nível dos países modelos”, buscando superar as ocorrências com relação ao império e à escravidão.

Veiga e Gouvêa (2000) explicam o período histórico:

Entre o século XIX e início do século XX, diferentes saberes se estabeleceram para produzir a identidade do brasileiro, oriundos dos campos antropológicos, médico, jurídico, pedagógico e psicológico. Neste esforço de compreender a nação, destacou-se a importância da infância como componente do ideal de nação civilizada, ao mesmo tempo em que, a partir dos diferentes campos científicos, buscou-se constituir também uma identidade para a criança brasileira. (VEIGA; GOUVÊA, 2000, p.137).

No *Scielo* encontramos dois resultados sobre “assistência à infância”, dando destaque para o artigo científico intitulado “O significado do abandono para crianças institucionalizadas” de autoria de Ivana Oriente e Sonia Margarida Gomes Souza (2005).

As pesquisadoras constataram “[...] que a ‘voz’ das crianças é marcada pela invisibilidade e que raramente alcança os dirigentes das instituições” (ORIONTE; SOUZA, 2005). No intuito de compreender o significado de “abandono” para as crianças, as autoras realizaram entrevistas e observação participante numa instituição de abrigo na cidade de Goiânia (GO), baseando-se nas categorias: a invisibilidade, a transgressão e os vínculos afetivos.

O significado do abandono nessas três dimensões denuncia o quanto as crianças sentem-se desprotegidas, representação que se destaca pelo desejo de ter uma família, a ponto de criar um pai ou uma mãe imaginários. A invisibilidade é a categoria que mais se evidencia e se concretiza em diversos contextos para todas as crianças. (ORIONTE; SOUZA, 2005).

O estudo desenvolvido pelas autoras mostra que tais categorias se evidenciam com frequência na fala das crianças analisadas, diante da situação de abandono que se manifestadas em distintas dimensões.

Na busca de informações sobre a criança na história, encontramos algumas teses e dissertações que auxiliam no entendimento da história da assistência à infância. Na tentativa de compreender a realidade de outras instituições que desenvolveram trabalhos de atendimento à órfãos similares ao nosso tema, aprofundamos a leitura em alguns trabalhos como a tese de Ana Maria Melo Negrão, apresentada em 2002 na Universidade de Educação de Campinas, UNICAMP, intitulada: “Infância, Educação e Direitos Sociais: Asilo de Órfãos (1870 – 1960)”. Em sua tese a autora reconstrói a história do Asilo de Órfãos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas com relatos da vivência de internas na instituição.

A leitura desta tese possibilita um aprimoramento na pesquisa visto que a autora aborda a mesma temática que estamos desenvolvendo. A autora estudou a reconstituição dos fatos sociais que culminou com a criação do asilo de órfãos no ano de 1890, num trabalho que acolhia as órfãos provenientes da epidemia de febre amarela ocorrida em 1889. Negrão aborda temas como “as práticas educativo-institucionais, as regras disciplinares, as mutações dos vínculos familiares e afetivos, a internalização, os direitos sociais da órfã e seu percurso pós-instituição” (NEGRÃO 2002).

Com a temática: “Discussões e práticas de proteção à infância e adolescência: abrigo em questão”, Isabel Costa Lima, que defendeu sua dissertação em 2008, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, dá “ênfase ao processo de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil e aos discursos e práticas sobre a infância e a família pobres”. Ela apresenta e problematiza as ações desenvolvidas na esfera da assistência e proteção às crianças e adolescentes como forma de garantir as condições de cidadania.

Chamou-nos a atenção na dissertação de Lima (2008), o conteúdo desenvolvido no segundo capítulo ao ser abordado o assunto sobre “Proteção e assistência à infância: elementos para pensar o processo de institucionalização de crianças e adolescentes”. Neste

capítulo, a autora (2008, p.52) faz uma abordagem à história da institucionalização, ao “[...] remontar um pouco da história da assistência e proteção à infância [...]”. Para tal percurso, Lima explica que buscou uma perspectiva histórico-genealógica, ou seja, não é traçada “[...] uma linha evolutiva das práticas com relação à infância, buscando origens [...]”, mas nessa reconstrução buscou “[...] conhecer as condições de possibilidades de emergência de práticas e discursos sobre a infância [...]” (LIMA, 2008 p.53).

A autora ressalta ainda a importância de se trabalhar com análises genealógicas, sendo “[...] ferramentas metodológicas importantes na medida em que possibilitam ver como certas formas de saber, poder e subjetivação, são instituídas, configurando regimes que delimitam certos presentes”. (LIMA, 2008, p.13). A explicação para esta afirmação é fundamentada em Foucault que nos faz entender “[...] que a realidade, ou seja, os sujeitos, os objetos, as verdades e os saberes que nela existem são produzidos por práticas sociais datadas historicamente” (LIMA, 2008, p.13).

Em sua dissertação, Lima aborda assuntos sobre a formação histórica relacionada aos estudos de Foucault na temática de “poder disciplinar”, que, conforme a autora explica, “[...] é composto por procedimentos através dos quais se assegura a distribuição espacial dos corpos individuais e a organização, em torno deles, de todo um campo de visibilidade que permite um controle sobre os sujeitos” (LIMA, 2008, p.57). Esse poder disciplinar é mencionado por Foucault em suas análises e teve origem através do capitalismo quando se buscou “[...] produzir novos controles sociais [...]” (LIMA, p.57), no intuito de comandar a economia e a política da sociedade diante do processo de industrialização e do aumento da população. A autora afirma também que “um dos pontos de sustentação do controle social é a vigilância” (2008, p.58). Através da vigilância ocorre a domesticação e o adestramento dos corpos: ao serem separados passam por esse mecanismo de poder que se exerce no ato de disciplinar e de controlar dentro de um determinado espaço.

Na dissertação: “A Assistência à Infância Desvalida no Espírito Santo – O Orfanato Cristo Rei (1957-1990)”, apresentada na Universidade Federal do Espírito Santo, Márcia Selvátice Tourinho (2009) realiza um estudo que contribui “para o entendimento da política do Estado para a infância desvalida”. A autora também “busca evidenciar a construção histórica e social da criança e as transformações da assistência à criança ao longo da história”

(TOURINHO, 2009) e aponta que as análises que foram realizadas a partir dos documentos do Orfanato Cristo Rei do período de 1957 até 1990.

Alessandra Barbosa Bispo também aborda a questão da infância desvalida em sua dissertação de mestrado que foi apresentada em 2007 na Universidade Federal de Sergipe. O trabalho tem como título: “A educação da infância pobre em Sergipe: A Cidade de Menores ‘Getúlio Vargas’ (1942-1974)” – e se refere a um lugar onde se atendiam menores abandonados e delinquentes com idade entre sete e dezoito anos em regime de internato. A autora explica que a instituição fazia parte das “[...] iniciativas legislativas e jurídico-sociais para resolverem o problema da infância abandonada [...]” (p.22), nas primeiras décadas do século XX.

Foi um período em que a infância pobre e desvalida tornou-se “[...] objeto de intervenção higiênica e disciplinar pelo Estado”. Sendo assim, segundo Bispo, (2007, p. 23), “[...] o Estado interferia no âmbito doméstico, na educação das famílias e na vigilância dos seus filhos estabelecendo se os responsáveis pelas famílias eram considerados capazes e dignos de criá-la.” Portanto a instituição pesquisada por Alessandra Barbosa Bispo, “[...] estava inserida no projeto nacional de assistência ao menor e recebeu influências do discurso higienista que via nessas crianças uma ameaça, consoante com o projeto civilizatório do país e com as teorias de criminalidade defensoras da intervenção do Estado” (BISPO, 2007, p. 6).

Para a autora, a preocupação apresentada no discurso higienista estava relacionada à questão da ociosidade que “[...] representava para o Estado um vício perigoso devido ao fato de os prazeres da vida ociosa desvirtuarem o homem do trabalho, uma vez em que enquanto este trabalhava estaria ‘docilizado’ e não representaria perigo à sociedade” (BISPO, 2007, p.23).

O estudo que direcionamos a dissertação da referida autora proporcionou mais esclarecimentos sobre as medidas de proteção tomadas com relação à criança e à sociedade através da legislação que começou a ser produzida no início do século XX, que diante da preocupação com a criminalidade infantil. Para tal situação, o objetivo consistia em “[...] deter os que ameaçavam a ordem através da ação policial e do encaminhamento desses menores de idade a instituições de assistência, legitimadas com a criação do Juízo de Menores e do Código de Menores” (BISPO, 2007, p.24).

Destacamos também o estudo desenvolvido por Josineide Siqueira de Santana, defendida e aprovada em 2011 na Universidade Federal de Sergipe que tem como título: “Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na escola da Imaculada Conceição (1922-1969)”. Investigou como eram desenvolvidas as práticas educativas, pois, em seu estudo, “[...] pretendeu-se analisar a educação feminina no âmbito da orfandade, observando, sobretudo, a educação transmitida às meninas no Orfanato de São Cristóvão em Sergipe e o que essa educação significou para aquelas órfãs” (SANTANA, 2011, p. 1).

O conteúdo desenvolvido por Josineide Santana, no terceiro capítulo, é enfatizado a vida de internato na instituição e através de entrevistas com as ex-internas, ela trouxe para seu trabalho as práticas educativas, a rotina diária e as representações da vivência – informações diversas, adquiridas pelos relatos coletados nas entrevistas. Constatamos que alguns dados, quanto à questão de viverem num Orfanato apresentam-se semelhantes ao que pretendemos conhecer a partir das entrevistas com as egressas, chamando-nos a atenção o que a autora registrou: “[...] o que marcava a chegada das meninas ao Orfanato é a ausência, o abandono e a falta de recursos” (SANTANA, 2011, p.97).

Além de teses, dissertações e artigos em periódicos, buscamos também os documentos do histórico da instituição, em visita realizada nesta intenção, cujos resultados estão registrados no terceiro capítulo. Nele, estão incluídas as entrevistas de egressas com análise e interpretação, partindo das informações obtidas aliadas ao entendimento adquirido através dos estudos nas obras utilizadas neste trabalho. Na biblioteca da UNIPLAC e em bibliotecas virtuais, procurando obras, que abordam assunto referente ao nosso tema, no intuito de aprimorar o conhecimento através de uma fundamentação teórica consistente.

E como estamos nos baseando na concepção de Foucault, estudamos algumas de suas obras cujo conteúdo, relacionamos ao objeto de estudo as quais estão desenvolvidos nos capítulos deste trabalho.

A seguir, traremos nossa compreensão sobre os estudos realizados na história das práticas sociais à assistência à infância no Brasil. Acompanhamos nesse contexto a situação da criança diante das transformações ocorridas na legislação e na sociedade. Como nesse percurso histórico de assistência à infância, muitas passaram por instituições,

desenvolveremos o assunto sobre as instituições austeras e as práticas de disciplinamento, buscando também em Foucault esse entendimento.

2 DAS PRÁTICAS SOCIAIS À ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL

Nesta parte do trabalho, descrevemos o percurso histórico das práticas sociais à assistência à infância no Brasil e a situação da criança no contexto da pesquisa, na intenção de conhecer as situações que desencadearam a criação de orfanatos. Abordamos também a percepção que Foucault mostra em suas obras sobre as instituições austeras e as práticas de disciplinamento. Nossa função nesse trabalho de pesquisa é apontar os fatos, tendo como base as leituras realizadas nas obras de Foucault acerca da sociedade disciplinar, uma vez que estamos abordando nessa parte do trabalho a temática das instituições austeras.

Entendemos que a fundação de um Orfanato na cidade de Lages, sendo esse o olhar que focalizamos nesse estudo, não foi uma ação isolada, mas estava inserida num contexto social, econômico, cultural. Para o desenvolvimento deste capítulo, contamos com os seguintes autores: Rizzini (1995), Ariès (1981), Pilotti (1995), Diez (1993 e 2001), Araújo (2000), Freitas (2003) Marcílio (2003), Amin (2010), Passetti (2000), Bordallo (2010), Gubert (1999), Raitz e Ferreirinha (2010), Aranha (2009), Moreira (2006) e Foucault (2001; 2004; 2006; 2012).

As práticas sociais que deram origem ao ONSG de Lages em 1955 e ao seu fechamento em 1990 vincularam-se à trajetória da infância no Brasil com as políticas voltadas à sua assistência. Uma vez que utilizamos a genealogia de Foucault, a história que apresentamos para contextualizar não é linear, mas ancorada em acontecimentos que possibilitam a reflexão e o entendimento sobre a criança no contexto social.

Para Foucault, a história é feita de descontinuidades e rupturas, ao invés de evolutiva e linear. Ou seja, enquanto a história, entendida como tradicional, caracteriza-se pela pluralidade dos acontecimentos visando à continuidade, a genealogia foucaultiana se constitui através de singularidade e diversidade, sem que haja necessariamente uma sequência temporal. A história apresentada de maneira global, com sequência de fatos que se desencadeiam progressivamente não seria para Foucault tão significativa como aquela que focaliza acontecimentos, fragmentos de eventos que não foram evidenciados, enfatizados.

Com esse entendimento é que relatamos alguns fatos ocorridos sobre a assistência à infância no Brasil: sem uma preocupação linear, mas buscando relacionar as informações

encontradas com o contexto de nosso objeto de estudo. Os dados que trazemos referentes às práticas sociais têm objetivo de compreendermos o olhar social sobre a situação da criança.

Trazemos também a interpretação de Ariès, pioneiro em reflexões e pesquisas sobre infância. Apesar de tratar objetivamente de documentos da Idade Média, sua obra pode ser transposta para várias realidades e, no caso do Brasil, na fase do desenvolvimento da vida da criança. De acordo com o autor, no século XIII teve início à descoberta da infância, “[...] mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim século XVI e durante o século XVII” (ARIÈS, 1981, p.65). O autor aponta que foi no início do século XVII [...] que se começou realmente a falar na fragilidade e na debilidade da infância. Antes, a infância era mais ignorada, considerada um período de transição rapidamente superado e sem importância (ARIÈS, 1981, p.138).

A visão do adulto sobre a infância, na sociedade medieval, era de que “[...] o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas” (ARIÈS, 1981, p.156). O autor nos mostra, que “A criança muito pequenina, demasiado frágil ainda pra se misturar à vida dos adultos, ‘não contava’ [...]” (ARIÈS, 1981, p. 157). No entanto, a partir do momento “[...] que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe, ou de sua ama, ela integrava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes. [...]” (p. 156). O fato de não ser contada era devido à fragilidade que se apresenta por ser pequena, pois passava por uma fase de instabilidade e “[...] assim que a criança superava esse período de alto nível de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela se confundia com os adultos” (ARIÈS, 1981, p. 157).

Isso explica o fato das crianças usarem roupas de adultos, sendo consideradas adultas em miniatura, conforme podemos acompanhar na colocação de Ariès (1981, p. 81): “Partindo do século XVI, em que a criança se vestia como os adultos, chegamos ao traje especializado da infância, que hoje nos é familiar”. As brincadeiras de infância existentes no ano de 1600 do século XVII eram realizadas somente na primeira infância sendo que “[...] depois dos três ou quatro anos, ela se atenuava e desaparecia. A partir dessa idade, a criança jogava os mesmos jogos e participava das mesmas brincadeiras dos adultos, quer entre criança, quer misturadas aos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 93).

Naquele contexto do século XVII esse sentimento de infância “[...] e que inspirou toda a educação até o século XX, tanto na cidade como no campo, na burguesia como no povo.” (ARIÈS, 1981, p. 162) tal sentimento formou-se entre os moralistas e os educadores, sendo que para eles “[...] não convinha ao adulto se acomodar à leviandade da infância [...] era preciso antes conhecê-la melhor para corrigi-la [...]” (ARIÈS, 1981, p. 163). Esse modo de pensar foi transmitido às famílias e desenvolvido na vida familiar tendo como foco a preservação da disciplina. O autor mostra que foi se desenvolvendo uma educação que

Tentava-se penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar a seu nível os métodos de educação. Pois as pessoas se preocupavam muito com as crianças, consideradas testemunhos da inocência batismal. [...] Mas esse interesse impunha que se desenvolvesse nas crianças uma razão ainda mais frágil e que se fizesse delas homens racionais e cristãos (ARIÈS, 1981, p.163).

Outros aspectos da história da educação são apresentados pelo autor (p.164). No século XVIII, volta-se à “[...] preocupação com a higiene e saúde física. [...] tudo o que se referia às crianças e à família, tornara-se um assunto sério e digno de atenção [...] a criança havia assumido um lugar central dentro da família”. Para Ariès (1981, p. 270) a criança,

[...] deu à família do século XVII sua principal característica, que a distinguiu das famílias medievais. A criança tornou-se um elemento indispensável da vida cotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro. Ela não era ainda o pivô de todo o sistema, mas tornara-se uma personagem muito mais consistente.

Esse contexto que Ariès nos apresenta, de como a infância era vista e tratada no Período Medieval, foi tão marcante que tais práticas estiveram presentes durante muito tempo na educação, existindo ainda resquícios delas muito tempo depois, conforme o autor coloca: “ainda no início do século XIX, uma grande parte da população, a mais pobre e mais numerosa, vivia como as famílias medievais, com as crianças afastadas da casa dos pais” (ARIÈS, 1981, p. 271).

A partir de Ariès entendemos que a raiz do processo de institucionalização de crianças está na sociedade medieval e, conforme a concepção que se tinha da infância, a história da criança e da educação foi se construindo com base naquele pensamento arcaico que se tinha com relação à infância.

O conhecimento sobre o significado da palavra “infância” nos leva a entender a forma como a criança nessa fase era tratada. Está ligada à ideia de ausência da fala, “esta noção de infância como qualidade ou estado de infante, isto é daquele que não fala, esse silêncio que se infiltra na noção de infância continua marcando-a quando ela se transforma em matéria de estudo e legislação” (LAJOLO, 2003, p. 229).

Por não se expressar por palavras, devido sua idade, o infante é sempre definido de fora sendo que outros assumem por ele e falam por ele. A infância no século XIX “além de não ser ainda um foco de atenção especial, as crianças eram duplamente mudas [...] não eram percebidas nem ouvidas, nem falavam, nem delas se falava” (LEITE, 2003. p.21). Nesse contexto, segundo a autora, os meninos de idade dos oito aos doze anos já estavam na condição de adultos-aprendizes, vestindo-se de acordo com a camada social a que pertenciam.

Foi necessário nos reportarmos ao período da Idade Média, por considerarmos a importância do desenvolvimento integral da criança, bem como a forma que foi vista naquele tempo. Em outro momento histórico, a criança recebeu outra forma de tratamento, conforme apresentamos no contexto das práticas sociais, no que se refere à assistência à infância no Brasil. Poderemos acompanhar também o percurso de regulamentação dessa assistência, cujas informações propiciam o entendimento da criação e fechamento do Orfanato de Lages.

2.1 A CRIANÇA ENTRE AS PRÁTICAS SOCIAIS E À ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL

Durante muito tempo a assistência à infância se estabeleceu através da Roda dos Expostos. No Brasil, conforme Diez (1993, p.164), “Antes das rodas, os desvalidos e deserdados eram assistidos pelos jesuítas. Estes fundaram colégios e seminários a partir de 1549”, sendo que essa educação assumida por eles teve duração de dois séculos. O sistema da Roda dos Expostos teve origem na Idade Média nos mosteiros da Itália e nesse período o objetivo que os pais tinham ao depositarem os filhos na roda dos Mosteiros era para servirem a Deus, pois “[...] esperavam eles que o pequeno não só teria os cuidados dos monges, como seria batizado e poderia receber uma educação apropriada” (MARCÍLIO, 2003, p. 57).

Com o tempo o objetivo do sistema da roda passou a ser outro, ou seja, ao “[...] garantir o anonimato do expositor, [...] a roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento” (MARCÍLIO, 2003, p 74). Sendo assim, evitou-se que muitas crianças fossem mortas, pois eram deixadas em qualquer lugar, “[...] onde eram comidas por cães, mortas de frio, fome e sede” (p.61). Devido sua implantação, as crianças passaram a ser deixadas em lugar apropriado. Nesta situação, havia casos de mães que deixavam o filho na roda, e se ofereciam em seguida para cuidá-lo, sendo ama-de-leite, pois assim, por não se identificar sendo a mãe da criança, receberia pelo trabalho e porque “dentro da tradição do Direito Romano, toda criança escrava depositada na Roda tornava-se livre” (MARCÍLIO, 2003, p. 75).

De acordo com Marcílio (2003), na época do Período Colonial, no Brasil, foram implantadas três rodas dos expostos. Sendo uma no ano de 1726, em Salvador; a segunda no Rio de Janeiro, em 1738; e a terceira em Recife, no ano de 1789, sendo que posteriormente surgiram outras rodas. A do Rio de Janeiro teve várias mudanças de endereço. Para Diez (1993, 168), tais mudanças ocorreram devido ao aumento da quantidade de crianças abandonadas na roda, sendo necessária a busca de instalações mais amplas. Outro motivo foi por causa do alto índice de mortalidade infantil que era entre 71% e 89%. Segundo a autora, “[...] acreditava-se, à época, que as doenças penetravam nas edificações e voltavam às pessoas, sendo necessário sair dessas casas, para permitir que os focos de morbidade se libertassem” (DIEZ, 1993, p.168).

[...] a quase totalidade dos pequenos expostos nem chegavam à idade adulta. A mortalidade dos expostos, assistidos pelas rodas, pela Câmara ou criados em famílias substitutas, sempre foi a mais elevada de todos os segmentos sociais do Brasil, em todos os tempos (MARCÍLIO, 2003, p.55).

Alguns motivos que ocasionavam a morte das crianças expostas nas rodas estavam relacionados ao fato de que crianças já eram deixadas mortas nas rodas, gravemente enfermas, ou subnutridas. Segundo Diez (1993, p.169), “[...] a história anterior da subnutrição, muitas vezes continuada nas instituições pela escassez de recursos [...]”, agravava a situação de crianças deixadas na roda.

E para que não agravasse ainda mais situação das crianças recém-nascidas, estas eram encaminhadas a amas de leite, que recebiam pagamento para cuidarem delas em suas casas até

completarem três anos. Após esse período eles retornavam para a instituição (MARCÍLIO, 2003). Essa forma de pagamento às nutrizes “[...] gerou o aleitamento mercenário: as Câmaras municipais e Santas Casas pagavam às nutrizes (no Brasil houve inúmeros casos de falta de pagamento) e estas amamentavam seus filhos e os filhos dos outros, sendo os expostos alimentados com deficiência” (DIEZ, 1993, p. 169). Ocorriam situações em que a criança morria antes desse período e a ama de leite ocultava o fato para continuar recebendo. E, para que houvesse uma solução para o problema do aleitamento mercenário, segundo a autora (1993), o caminho foi a “disciplina e a higienização”. Tal situação promoveu mudanças de práticas, desencadeando um controle acirrado, mas também a “[...] elaboração de saberes importantes à área da saúde”, conforme a autora descreve.

As nutrizes passaram a amamentar os expostos sob a administração vigilante, observadora e documental da Puericultura, continuando a receber pagamento pela prestação de serviços. Essas nutrizes, no início da reorganização, compareciam aos asilos nos horários marcados para amamentar as crianças. Eram higienizadas, para depois alimentar os bebês. Estes eram observados quanto ao desenvolvimento físico e mental, em analogia com as características de sua nutriz, da forma de amamentar, etc. (DIEZ, 1993, p.170).

Através da Puericultura sendo esta uma especialidade da medicina que surgiu na metade do século XIX, os cuidados com a infância passaram a ser mais adequados e formalizados, pois segundo Rizzini e Pilotti (2011, p.21), “Estabeleceu-se, no meio médico, um debate sobre a melhor forma de se cuidar dos expostos, o que efetivamente determinou uma melhoria nas condições de higiene na Casa dos Expostos”.

Outra preocupação estava relacionada à falta de espaço para abrigar as crianças. Nesse caso, eram poucas as que, após o período de amamentação, voltavam para a Santa Casa.

Buscava a rodeira colocar logo o bebê recém-chegado em casa de uma ama-de-leite, onde ficaria, em princípio, até a idade de três anos. Mas procurava-se estimular a ama a manter para sempre a criança sob sua guarda. Nesse caso, e até a idade de sete anos, em alguns casos, e de 12 anos, em outros, a santa Casa pagava-lhes um estipêndio pequeno. A partir daí, poder-se ia explorar o trabalho da criança de forma remunerada, ou apenas em troca de casa e comida, como foi o caso mais comum (MARCÍLIO, 2003, p.74).

Na realidade ficava uma minoria de crianças com as amas de leite por elas se afeiçoarem. Sendo assim, “[...] passado o período em que recebiam salários grande parte das

crianças ficava sem ter para onde ir. Acabavam perambulando pelas ruas, prostituindo-se ou vivendo de esmolas ou de pequenos furtos” (MARCÍLIO, 2003, p. 75). Diante dessa situação questionava-se: “O que fazer então, com as crianças vítimas de pais esquecidos de seus deveres, crianças sem provisão de suas necessidades, desamparadas, criminosas, inferiores física e mentalmente?” (ARANTES, 2011, p.188). Com essa preocupação voltada para a situação da criança, Marcílio (2003, p.76) explica que “[...] a roda buscava casas de famílias que pudessem receber as crianças como aprendizes – no caso de meninos – de algum ofício ou ocupação (ferreiro, sapateiro, caixeiro, balconista etc) e, no caso de meninas, como empregadas domésticas”.

De acordo com Marcílio, as rodas dos expostos exerceram sua função por séculos no Brasil e no século XIX começou o movimento de extinção. A roda do Rio de Janeiro foi fechada em 1938, a de Porto Alegre em 1940 e a de Salvador em 1950. A autora afirma que “Os esforços para extinguir as rodas no país tiveram adesão dos juristas, que começaram a pensar em novas leis para proteger a criança abandonada e para corrigir a questão social que começava a perturbar a sociedade [...]” (MARCÍLIO, 2003, p.68).

No ano de 1875, o Poder Público criou as Casas de Correção, atendendo meninos pobres e abandonados. No período Republicano, devido a alguns fatores históricos, como Abolição da Escravatura e Proclamação da República, desencadearam-se situações como a crescente migração da população, que saiu do campo para viver na cidade, bem como o aumento de pessoas livres. Com a falta de infraestrutura, muitas pessoas caíram na delinquência, pois viviam situação de miséria.

Este quadro também aumentou o índice de epidemias e de criminalidade nas cidades. Criou-se nessa época a demanda para o trabalho de assistência à criança e adolescência sendo necessário pensar em soluções urgentes visando uma boa imagem à nova República. “O pensamento social oscilava entre assegurar direitos ou se defender dos menores” (AMIN, 2010, p.6). Segundo a autora, foram inauguradas, para tentar equilibrar esta situação, em 1906, as casas de recolhimento, que eram “[...] escolas de prevenção destinadas a educar menores em abandono, escolas de reforma e colônias correlacionais, cujo objetivo era regenerar menores em conflito com a lei” (p.6).

Percebe-se que, no Brasil, o século XX tem início com o reforço de uma

[...] cultura institucional profundamente enraizada nas formas de ‘assistência ao menor’ propostas no Brasil, perdurando até a atualidade. O recolhimento, ou a institucionalização, pressupõe, em primeiro lugar, a segregação do meio social a que pertence o menor; o confinamento e a contenção espacial; o controle do tempo; a submissão à autoridade – formas de disciplinamento do interno, sob o manto da prevenção de desvios ou da reeducação dos degenerados (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p.20).

Esta cultura apresenta características muito questionadas por Foucault ao referir-se às instituições austeras. Na abordagem feita por Rizzini e Pilotti, vemos a explicação de que houve o aperfeiçoamento dos métodos de atendimento e as instituições passaram a substituir o termo de asilo por “[...] escola de preservação, premonitória, industrial ou de reforma, educandário, instituto...” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p.20).

Em 1926 houve a publicação do Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro, sendo o primeiro Código de Menores do Brasil, com o seguinte objetivo: “O Governo consolidará as leis de assistência e proteção aos menores, adicionando-lhes os dispositivos constantes desta lei, adaptando as demais medidas necessárias à guarda, tutela, vigilância, educação, preservação e reforma dos abandonados ou delinquentes [...]” (BRASIL, 1926).

Segundo Amin (2010, p.6), este Código foi substituído em 12 de outubro de 1927 pelo Código Mello Mattos, segundo o qual cabia ao juiz decidir qual seria o destino do menor infrator ou abandonado. Para evitar tal situação, “a família, independente da situação econômica, tinha o dever de suprir adequadamente as necessidades básicas das crianças e jovens, de acordo com o modelo idealizado pelo estado” (AMIN, 2010, p.6). Com o surgimento desse Código, foram criados diversos internatos, pois a tutela da infância em muitos casos deixou de ser da família passando às instituições com o intuito de recuperar o menor, conforme afirma Amin (2010, p.7). A tutela da infância, nesse momento histórico, caracterizava-se pelo regime de internações com quebra dos vínculos familiares, substituídos por vínculos institucionais. O objetivo era recuperar o menor, adequando-o ao comportamento ditado pelo Estado, mesmo que o afastasse por completo da família. A preocupação era correcional e não afetiva.

Ao mencionar o Código de Menores de 1927, Passeti (2000, p.354) explica que foi um momento em que o Estado passou a se responsabilizar “[...] pela situação de abandono e propondo-se a aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinquencial.

Os abandonados, agora estavam na mira do Estado”. O autor complementa, relatando sobre as ações que foram desenvolvidas nos primeiros trinta anos da República, sendo

[...] um investimento na criança pobre vista como potencialmente abandonada e perigosa, a ser atendida pelo Estado. Integrá-la ao mercado de trabalho significava tirá-la da vida delinquencial, ainda associada aos efeitos da politização anarquista e educá-la com o intuito de inculcar-lhe a obediência (PASSETTI, 2000, p. 355).

Acompanhar esse contexto possibilita maior entendimento nas reflexões e questionamento que Foucault apresenta em sua obra *Vigiar e Punir* (2004), quando aborda a questão da disciplinarização dos corpos, assunto este que aprofundaremos no item referente às instituições austeras e no terceiro capítulo.

De acordo com Passetti, o que se almejava nas primeiras décadas do período republicano era “[...] um investimento na criança pobre”, no sentido de

[...] domesticar as individualidades e garantindo com isso os preceitos de uma prevenção geral, os governos passaram a investir em educação, sob o controle do Estado, para criar cidadãos a reivindicar disciplinadamente segundo as expectativas de uma direção política cada vez mais centralizadora. Para tal, escola e internato passam a ser fundamental (PASSETTI, 2000, p.355).

Entendemos que a intenção de internamento de menores consistia no processo de disciplinarização. No ato de domesticar, ocorre a fabricação de indivíduos dóceis e úteis. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis” (FOUCAULT, 2004, p.119). As ações desenvolvidas com relação ao menor no contexto mencionado por Passetti era em virtude da Lei que vigorava, ou seja, o Código de Menores, cabendo ao Estado a tarefa de corrigir quem transgredia o que estava previsto no Código.

Bordallo (2010, p.415) explica que “o Código de Menores refletia o autoritarismo vivido pelo Brasil na década de 1970 e centralizava todas as decisões na pessoa do juiz, que não necessitava consultar a ninguém, fazendo o que achava melhor”. Nesse sentido, o autor faz um paralelo entre o Código e os encaminhamentos realizados com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, “[...] que demonstra a necessidade de uma visão de fora do mundo jurídico, para a solução dos problemas das crianças, adolescentes e seus responsáveis [...]” (BORDALLO, 2010, p.415).

Para Amin (2010), os acontecimentos como a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, através da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como a publicação da Declaração dos Direitos da Criança em 20 de novembro de 1959, fizeram surgir reflexões acerca da proteção e direitos da criança. Para Amin (2010, p.7), “a década de 60 foi marcada por severas críticas ao SAM, [...] Desvio de verbas, superlotação, ensino precário, incapacidade de recuperação dos internos [...]”.

Rizzini e Pilotti (2011, p. 26) referem-se ao Serviço de Assistência ao Menor (SAM), apresentando os mesmos motivos citados por Amin e acrescentam que “[...] verbas foram desviadas através de obras sociais fantasmas, nunca chegando a beneficiar as crianças”. Tais problemas ocasionaram sua extinção “[...] em novembro de 1964, pela Lei nº 4.513, que criou a – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor” (AMIN, 2010, p.7). Para a referida autora, a FUNABEM na prática, era “[...] um instrumento de controle do regime político autoritário exercido pelos militares”.

Conforme Rizzini e Pilotti (2011, p. 26), a missão da FUNABEM estava em “[...] velar para que a massa crescente de ‘menores abandonados’ não viesse a transformar-se em presa fácil do comunismo e das drogas, associados no empreendimento de desmoralização e submissão nacional”. Diante disso, segundo os autores, “a política adotada privilegiou o controle autoritário e centralizado” (p.27). De acordo com Diez (1993, p. 206), a referida Fundação “Até 1990, atuou no nível nacional, realizando convênios de cooperação⁷ técnica e financeira com instituições de assistência ao menor [...]”.

Os debates ocorridos em final da década de 1960 e início da década de 1970, segundo Amin, visavam a “[...] reforma ou criação de uma nova legislação menorista” havendo a publicação em 10 de outubro de 1979, da Lei nº 6.697, ou seja, o novo Código de Menores. Nesse período a ideia principal consistia na “cultura da internação [...] vista, na maioria dos casos, como única solução” (AMIN, 2010, p.7). A prática de internação para crianças e jovens, Passetti (2000, p.358) explica, ocorreu por mais de sessenta anos, contando “[...] desde o Código de Menores de 1927 até a Política nacional do Bem-Estar do Menor que ficou consagrada no Código de Menores de 1979 (lei federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979)”.

Com relação à prática de internamento, segundo Rizzini e Pilotti (2011, p. 21),

⁷ “Sendo cooperação, não significava uma cobertura completa, mas um auxílio, um prêmio do governo à iniciativa particular e confessional.” (DIEZ, 1993, p.206).

[...] somente a partir dos anos 80, o sistema de internato destinado à infância pobre foi efetivamente questionado, por comprometer o desenvolvimento da criança e do adolescente, e por constituir-se enquanto prática dispendiosa, ineficaz e injusta, produzindo o chamado ‘menor institucionalizado – jovens estigmatizados, que apresentam grande dificuldade de inserção social após anos de condicionamento à vida institucional.

Conhecer o histórico da assistência à infância nos faz compreender os motivos que levaram à criação e ao fechamento do Orfanato em Lages. Se a questão do internamento foi vista em um período como sendo a única alternativa de assistência à infância, houve o momento, a partir dos anos 1980, conforme Rizzini e Pilotti afirmam cujos questionamentos desencadearam mudanças de posicionamentos e de ações priorizando na vida de criança e adolescentes o desenvolvimento integral na convivência familiar.

As medidas de proteção à infância foram sendo repensadas, visando sanar os problemas sociais que geravam tanta desigualdade e exclusão, situação que estava atingindo direta ou indiretamente crianças e adolescentes. A Convenção sobre os Direitos da Criança ocorreu em 1989, com intensas discussões sobre a temática da infância.

Os debates, sobretudo com relação à controvertida questão do menor infrator, oscilam entre posições comprometidas com os direitos humanos das crianças e aquelas que optam por dissimular o tema das desigualdades socioeconômicas que se encontram na origem da problemática, para encará-la a partir de uma ótica fundamentalmente repressiva, apelando para a necessidade de preservar a todo o custo a ordem pública (PILOTTI, 1995, p.17).

A Declaração de Genebra se deu após a Primeira Guerra Mundial quando a sociedade se deparou com o abandono de crianças que haviam perdido seus pais na guerra.

O primeiro documento internacional que expõe a preocupação em reconhecer direitos à crianças e adolescentes foi a Declaração dos Direitos da Criança de Genebra, em 1924, promovida pela Liga das Nações. Contudo, foi a Declaração Universal dos Direitos da Criança, adotada pela ONU, em 1959, o grande marco do reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, carecedoras de proteção e cuidados especiais (AMIN, 2010, p. 11).

Após a Segunda Guerra mundial a ONU, no ano de 1948 aprovou a Declaração dos Direitos Humanos no qual a criança deixou de ser objeto de proteção para ser considerada sujeito de direitos. Na convenção da ONU (1989), foram incluídos mais de 40 direitos

específicos de proteção dos direitos previstos e os anseios sociais de cada nação. Nesta mesma convenção na década de 90, os países participantes assumiram compromisso de melhorias de saúde de criança e de mães e de combater a desnutrição e analfabetismo.

No Brasil, esse processo em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes se desenvolveu a partir da Constituição de 1988 através do artigo 227, regulamentado também no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Esta lei promulgada foi fruto de uma intensa mobilização social de organizações populares voltadas para os direitos da infância e adolescência e que, segundo Bordallo (2010, p.415), “[...] demonstra a necessidade de uma visão de fora do mundo jurídico para a solução dos problemas das crianças, adolescentes e seus responsáveis [...]”. Através do ECA, as decisões em relação aos problemas que envolvem a vida de crianças e adolescentes passam a ser analisadas por uma equipe de profissionais e cada um com sua especialidade, pois, “[...] trata-se de um verdadeiro microssistema que cuida de todo o arcabouço necessário para se efetivar o ditame constitucional de ampla tutelado público infanto-juvenil” (AMIN, 2010, p.9).

Com esse aparato legal em defesa da infância e adolescência, o Brasil e também outros países tiveram que se adequar às normas dos direitos da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi fruto de articulações de movimentos sociais, das políticas públicas e também de agentes da área jurídica. Esta norma visa assegurar a cidadania, tornando-os sujeitos de direitos, sendo que tal cidadania se faz presente quando direitos e deveres caminham juntos. Foi nessa perspectiva que no ano de 1983 começaram a ocorrer mudanças significativas no ONSG, ou seja,

Os primeiros passos para o reordenamento foram trilhados em 1983, quando o sistema de internato de meninas começou a ser repensado. Enfrentar uma comunidade dividida entre os que consideravam o novo modelo proposto correto e os que o rechaçavam, conscientizar as famílias de que era dever assumir a responsabilidade para com seus filhos fez parte dessa reflexão que culminou com o fechamento do internato, em 90. “Havia vários questionamentos por parte da comunidade e também por parte das famílias. Por fim, entenderam que a criança, por mais pobre que seja, é um sujeito de direito. Ela tem direito à família, à escola de qualidade”, explica a diretora (JORNAL DO AMENCAR, 1997, p.4).

A instituição passou a encaminhar as internas para suas famílias e a desenvolver um trabalho no programa sócio educativo em meio aberto, atendendo meninos e meninas somente em um período do dia. Implicava “[...] reordenar também o orçamento público, assegurando

recursos para a infância e adolescência, para o cumprimento efetivo do ECA” (GUBERT, 1999). Esse reordenamento não foi um fato isolado, mas de diversas instituições, que tiveram que se adequar ao ECA.

Ao mesmo tempo, diversas ações com relação à criança e ao adolescente passaram a mudar para o seu cumprimento e medidas foram tomadas nas instituições de assistência à infância, como o caso o reordenamento nos Orfanatos, por determinação do ECA - Lei 8.069/1990, como se vê no Artigo 86: “A Política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios” (BRASIL, 2005, p. 25).

Nesse sentido, entendemos que não basta apenas ter a lei e esperar que somente por existir, haja a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Entendemos que, para que os direitos se estabeleçam, é fundamental o constante comprometimento da sociedade civil e poder público, com ações voltadas para a segurança e a dignidade, fazendo-se cumprir o que é previsto na lei de amparo à infância e adolescência. Pois, conforme Amin (2010, p.25), “Não adianta só resolvermos os problemas apagando os incêndios. A prevenção através das políticas públicas é essencial para o resguardo dos direitos fundamentais de crianças e jovens”.

Em conformidade com o posicionamento de Amin, se faz necessário um trabalho efetivo de caráter preventivo para que através de ações de políticas públicas seja garantida a proteção integral à crianças e adolescentes, pois sem que isso aconteça a lei passa a não ter o seu devido valor e todos os esforços na busca da garantia dos direitos tornam-se em vão.

Foi nesse contexto que o ONSG, que atuou na comunidade lageana por 35 anos, atendendo as meninas internas e passando a encaminhá-las às suas famílias ou para adoção.

Centenas de meninas viveram a experiência do internato, na maioria das vezes por estarem em situação de risco social e pessoal, pelo estado de pobreza de suas famílias. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o novo programa passa a ser denominado de Apoio Sócio –Educativo em Meio Aberto, conforme preconiza o art. 90º do ECA. A busca de alternativas para o trabalho educativo encontrou sua ressignificação nesta proposta (GUBERT, 1999, p. 23).

Como podemos perceber, até o presente momento não ocorreu a extinção da instituição, mas há uma reestruturação no atendimento através do Programa de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto, que “entende-se como um programa comunitário onde desenvolve ações de assistência social, recreação, cultura, lazer, formação humana e cristã, iniciação ao mundo do trabalho” (GUBERT, 1999, p.30).

Conforme consta no artigo 90 do ECA:

As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados à crianças e adolescentes em regime de: orientação e apoio sociofamiliar; Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto; colocação familiar; abrigo; liberdade assistida, semiliberdade e internação (BRASIL, 2005, p.26).

Nessa política de proteção integral à infância, a família da interna passou a ser a responsável legal, e coube à entidade o complemento da educação integral no período do dia em que realiza o atendimento. Diante desse entendimento referente às práticas sociais de assistência à infância e adolescência, direcionamos nossa reflexão a um tema foucaultiano, para compreendermos as práticas desenvolvidas dentro das instituições consideradas pelo autor como austeras.

2.2 DAS INSTITUIÇÕES AUSTRAS ÀS PRÁTICAS DE DISCIPLINAMENTO

As obras de Foucault relativas à genealogia possibilitam o entendimento acerca das instituições, bem como a abordagem teórica apresentada pelo autor, ao mencionar o termo “instituições austeras”. Adentraremos nesta temática para mostrar como Foucault percebia a constituição dos saberes e as relações de poder existentes nas práticas cotidianas institucionais, em decorrência do discurso que se fazia presente na sociedade, em determinado momento histórico.

O início dos estudos de Foucault no que se refere à Genealogia é marcado pela obra *Vigiar e Punir* (1975), na qual o filósofo faz uma análise às práticas de disciplinamento das instituições austeras.

O enfoque genealógico de *Vigiar e Punir* [...] permite que Foucault ensaie uma crítica política da sociedade moderna, aquela que se inicia

aproximadamente na segunda metade do século XVIII e vem até nossos dias. Analisa o que chamou de sociedade disciplinar, que fabricou indivíduos dóceis e úteis (ARAÚJO, 2000, p.70).

De acordo com Araújo (2000, p.73), tal análise consiste em questionar, “[...] quem pune como o faz e a quem interessa a forma de punir com a prisão.” Avalia o sistema carcerário, vendo como uma sociedade disciplinar que isola o indivíduo para domesticá-lo, tornando-o dócil e útil para a sociedade que visa à produtividade da mão de obra. Nesse sentido, “[...] a genealogia faz a crítica do uso pelas ‘disciplinas’ do saber normalizador, que produz poder” (ARAÚJO, 2000, p.110). Desta disciplinarização dos corpos, do controle e da vigilância resultava um indivíduo que a sociedade almejava naquele período em que se implantava o capitalismo, ou seja, um indivíduo dócil. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2004, p.118).

As instituições como quartéis, fábricas, prisões, hospitais psiquiátricos e escolas são exemplos de uma sociedade disciplinar onde existem elementos de dispositivos conforme explicação que Foucault (2012, p.364) deixa na obra *Microfísica do Poder*.

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Encontra-se no panóptico uma forma de dispositivo de poder. Devido a seu modelo arquitetônico, tem como artifício ser um espaço fechado com divisões em celas tendo no centro uma torre conforme podemos acompanhar na descrição.

O *Panopticon* era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc. Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela [...] (FOUCAULT, 2001, p.87).

Foucault (2001) explica que, através deste dispositivo, toda ação desenvolvida pelas pessoas era observada pelo vigilante, sendo que este não era percebido por ninguém. Podemos perceber esse tipo de poder presente nas estruturas físicas institucionais que continuam sendo pensadas e planejadas de modo que facilite a visibilidade e a vigilância.

O sistema garante o funcionamento automático do poder, pois o encarcerado encontra-se numa situação consciente de visibilidade, submetido a um poder portado por ele mesmo. A importância do esquema centra-se na despersonalização do poder, que leva a uma submissão sem o uso da força, por uma relação fictícia que gera ordem, distribuição do espaço dos corpos, do treino à disciplina (DIEZ, 1993, p.64)

Podemos também perceber em situações simples do dia a dia a existência do poder que condiciona e domestica. E, quando alguém se rebela, agindo diferente da maioria das pessoas da sociedade, passa a ser excluído dos padrões de normalidade. Foucault (2004, p.169,) explica que “O panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens [...]”. Este mecanismo é uma forma útil de vigilância dos indivíduos, pois atinge seus objetivos, promovendo a disciplinarização.

Analisando a genealogia foucaultiana, percebe-se que o fio que conduz o pensamento do autor foi sempre a questão do poder. O poder, segundo Diez (1993, p.17),

É uma prática que se exerce nas relações sociais diversificadas e em movimento ininterrupto, em inúmeros âmbitos. Forma-se numa estratégia como efeitos de disposições, manobras, táticas, técnicas e funcionamentos em relação de conjunto, aos quais também constitui, como efeito.

A ideia de poder que Foucault nos apresenta demonstra que esse se estabelece por meio de um conjunto de dispositivos de produção, por meio dos quais os indivíduos são fabricados pelo poder. Este se manifesta como forma de controle e de domesticação dos corpos, sendo que em todos os espaços que o indivíduo ocupa há uma forma de dispositivo de poder.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos

de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede (FOUCAULT, 2012, p.284).

O poder mencionado por Foucault não se refere a um “objeto natural”, “uma coisa” “uma propriedade ou que está localizado em algum governo”, em “alguma instituição” ou “até mesmo no indivíduo”, mas “é algo que permeia a sociedade por estar presente em todos os lugares”. Ele circula nas relações que ocorrem entre as pessoas, pois se manifesta como se fosse uma rede de práticas exercidas e de saberes que se constituem e que influenciam a vida do indivíduo, fazendo parte de sua realidade de maneira que onde existe um saber constituído há um poder em movimento.

O poder disciplinar é exercido não como forma violenta que mutila, apossa-se, reduz forças ou atua ostensivamente e repressivamente com as massas. A sua função é adestrar, mediante procedimentos modestos, multiplicando as forças e atuando sutilmente pela decomposição até as menores e mais minuciosas instâncias. A disciplina é uma técnica de poder que cria o indivíduo e o utiliza como objeto e instrumento de seu exercício (DIEZ, 1993, p.108).

Foucault nos mostra que o poder disciplinar é antes de tudo uma forma de organizar o espaço físico e que através de determinados procedimentos busca separar, dividir para melhor controlar. Devido à separação, o alinhamento torna possível vigiar, punir e controlar, tendo em vista as práticas do processo de disciplinamento. Para Foucault, o surgimento das instituições pedagógica e psiquiátricas ocorreu para exercer a função de controle do indivíduo, corrigindo-o e enquadrando-o na sociedade. Seu olhar ao analisar as práticas exercidas nas instituições, conforme Raitz e Ferreirinha (2010, p.380): “[...] não são uma crítica pura, mas trazem reflexões aos sistemas instituídos no interior delas, à medida que ocorre sua progressão histórica”.

A expansão do que podemos chamar de processo disciplinar de dominação nas instituições ocorreu nos séculos XVII e XVIII, conforme aponta Aranha, (2009, p.201). Foi através das investigações iniciais de Foucault sobre o nascimento da psiquiatria que ele chegou à descoberta sobre o saber psiquiátrico, constatando que tal saber não constituía o entendimento sobre a loucura. Através dos confinamentos dos doentes, o poder era exercido sobre seus corpos nas instituições de atendimento.

A disciplina por muito tempo foi uma forma de executar o poder, ocorrendo de maneira discreta ou não. Sendo ela discreta, estabelecia-se da seguinte forma: “O controle do espaço, do tempo, dos movimentos foi submetido aos olhos vigilantes, que por sua vez, introjetou-se no próprio indivíduo” (ARANHA, 2009, p.202). Como podemos perceber pelo que a autora coloca, essa forma de poder que se apresentava na disciplina não se exercia por uma aparente violência, mas devido ao adestramento do corpo, bem como do comportamento.

Para Foucault, na história da repressão houve um momento “[...] no século XVIII e no início do século XIX [em que] se percebeu, segundo a economia do poder, ser mais eficaz e mais rentável vigiar do que punir”. O poder disciplinar passou a agir sobre cada um dos corpos confinados como forma de adestrar. Ao analisar as instituições austeras que visavam esse objetivo, Foucault (2006, p.161) ponderou: “Quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o próprio grânulo dos indivíduos, atinge seus corpos, vem inserir-se em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana.” Esse mecanismo de poder exercido sobre o corpo do indivíduo fabricava um indivíduo domesticado. Significa que os corpos dos seres humanos precisam ser preparados para se submeterem ao mercado de trabalho de uma sociedade industrial capitalista.

A disciplina é uma tecnologia de poder, portanto vem de fora, mas se internaliza no indivíduo, induzindo-o à sujeição às normas estabelecidas, ocorrendo assim o exercício do poder sobre sua vida. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’” (FOUCAULT, 2004, p.118).

Foucault aborda a sociedade disciplinar, na qual várias situações se desencadeiam. Primeiramente com a distribuição dos indivíduos no espaço, como em hospitais, quartéis, fábrica-prisão, casa de recuperação e escolas, como foi visto anteriormente, como forma de controlar e separar da sociedade o que para ela pode ser considerado um incômodo na visão de alguns. Portanto as instituições austeras na linguagem de Foucault são as que compõem a sociedade disciplinar. Segundo Aranha (2009, p.71), “Nos séculos XVII e XVIII, formou-se a sociedade disciplinar, com a criação de instituições fechadas, voltadas para o controle social, tais como prisões, orfanatos, reformatórios, asilos de miseráveis e vagabundos, hospícios,

quartéis e escolas”. Neste modelo de sociedade, estão atreladas diversas estratégias e dispositivos como forma de adestrar o corpo, tornando o indivíduo útil e produtivo.

Michel Foucault, através de sua obra *Vigiar e Punir* (2004), nos apresenta a forma de funcionamento das práticas e dos saberes que ocorreram através do adestramento em diferenciados modelos de instituições. Podemos considerar que muitos modelos disciplinares descritos por Foucault retratam práticas desenvolvidas na contemporaneidade em instituições e na sociedade de modo geral, conforme explica Diez:

[...] instituições, como escolas, hospitais, fábricas, reformatórios ou prisões, visam incluir o indivíduo num grupo, fixando-os, ligando-os aos aparelhos de ensino, cura, produção e correção. [...] Hoje, estas instituições funcionam como liames entre os indivíduos e os objetivos institucionais. A fábrica liga os trabalhadores ao complexo produtivo, a escola fixa os alunos a uma estrutura de transmissão de saber. O hospício e a prisão ligam seus loucos e delinquentes a um aparelho corretivo e normalizador. Estas estruturas de sequestro, retiram os indivíduos de seus meios, para ligá-los, fixá-los aos aparelhos diversos, para moldá-los e remontá-los, ou seja, realizam a inclusão por exclusão, inclusão por normalização (DIEZ, 1993, p.68).

Podemos compreender as instituições austeras e as instituições de sequestros, observemos o texto de Passetti, (2000, p.347) intitulado ‘*Crianças carentes e políticas públicas*’. A Proclamação da República ocorrida em 15 de Novembro de 1889, no contexto brasileiro era a esperança para a sociedade, pois conforme o autor relata, o momento era “[...] desenhado com frescor nacionalista e esperanças incontáveis, o novo século anunciava uma nação nova que se propunha rivalizar com as grandes potências internacionais, assumindo um papel diretivo na América do Sul” (p.347).

Era necessária esta nova forma de governo para que as questões de ordem econômica política e social pudessem avançar, o que não estava ocorrendo no regime monárquico. No entanto, a realidade que se passou a vivenciar não condizia com o que se almejava. Naquele momento disseminou-se a ideia de que a criminalidade estava sendo gerada devido a desestrutura familiar. Nesse contexto,

A dureza da vida levou os pais a abandonarem cada vez mais os filhos e com isso surge uma nova ordem de prioridades no atendimento social que ultrapassou o nível da filantropia privada e seus orfanatos, para elevá-la às dimensões de problema de Estado com políticas sociais e legislação específica (PASSETTI, 2000, p.347).

Diante dessas circunstâncias, o Estado assumiu “[...] as tarefas da educação, saúde e punição para crianças e adolescentes” (PASSETTI, 2000, p.348). As ações do Estado se voltam para as crianças e jovens abandonados e infratores num processo de internação sendo justificado através do diagnóstico médico-jurídico cuja pretensão era “[...] combater o indivíduo perigoso, com tratamento médico acompanhado de medidas jurídicas”. Segundo o que consta no Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, artigo 24:

Se o menor for abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser, a autoridade competente promoverá a sua colocação em asilo, casa de educação, escola de preservação, ou o confiará a pessoa idônea, por todo o tempo necessário à sua educação, contanto que não ultrapasse a idade de 21 anos (BRASIL, 1923).

O investimento prestado à criança empobrecida e abandonada, conforme ideia disseminada na sociedade naquele momento, por meio do atendimento prestado pelo Estado referia-se a “[...] integrá-la ao mercado de trabalho significava tirá-la da vida delinqüencial, ainda associada aos efeitos da politização anarquista e educá-la com o intuito de incutir-lhes a obediência” (PASSETTI, 2000, p.355). O autor nos faz entender que naquele momento histórico buscou-se desenvolver ações de domesticação principalmente pela educação que era oferecida à crianças e adolescentes, pois a intenção era internar.

Desde o Código de Menores de 1927 até a Política Nacional do Bem-Estar do Menor que ficou consagrada no Código de Menores de 1979 (lei federal n. 6.697, de 10 de outubro de 1979), foram mais de sessenta anos usando da prática de internação para crianças e jovens [...] Em certos momentos, a ênfase esteve na correção de comportamentos, noutros, na educação para a integração social (PASSETTI, 2000, p.358).

Dessa forma, faz-se necessário retomar o que Foucault apresenta sobre as instituições de sequestro, onde as pessoas são separadas e domesticadas num espaço confinado. Vários mecanismos de poder são exercidos como forma de vigiar e punir, moldando assim o caráter, de acordo com o que se idealiza para a formação do ser humano – no caso da criança e do adolescente, um ser em processo de construção da personalidade.

Com a revisão do Código de Menores e a Constituição de 1988, buscou-se banir a expressão que estigmatizava a pobreza e delinquência, dando abertura ao novo olhar para crianças e adolescentes. Surgiu assim em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com ele caiu o termo “menor”, que tinha como significado aqueles que eram “[...] provenientes das

periferias das grandes cidades, filhos de famílias desestruturadas, de pais desempregados, na maioria migrante, e sem noções elementares da vida em sociedade” (PASSETTI, 2000, p.357).

O referido autor explica que, no período inicial da República, a vida das crianças no internato se caracterizava pelo sufocamento da individualidade devido ao convívio no grande grupo. Outro ponto apresentado pelo autor sobre a educação oferecida à criança e ao adolescente interno, nesse período, é que “[...] não raramente são instruídas para ocupar os escalões inferiores da sociedade. A internação traz o sentimento de revolta no residente porque ali anuncia-se, para ele, a sua exclusão social” (PASSETTI, 2000, p.349).

Diante disso, entende-se que, quando os representantes do Estado diziam que assumiam a educação, não estavam necessariamente pensando na infância, mas no que a sociedade geral lhes cobrava. “[...] Os internatos, em nome da educação para o mundo ou da correção de comportamentos apresentavam-se desempenhando um papel singular” (PASSETTI, 2000, p.355). Segundo o autor,

Ao escolher políticas de internação para crianças abandonadas e infratoras [...] absolutiza a autoridade de seus funcionários, vigia comportamentos a partir de uma idealização das atitudes, cria a impessoalidade para a criança e o jovem vestindo-os uniformemente e estabelece rígidas rotinas de atividades [...] (PASSETTI, 2000, p.356).

Pretendia-se responder às expectativas com relação ao início do período republicano, pois, de acordo com Passetti, (2000, p.355), “Fechavam-se os trinta primeiros anos da República com um investimento na criança pobre vista como criança potencialmente abandonada e perigosa, a ser atendida pelo estado”.

Para o autor, a mudança que ocorreu quanto à questão de internamentos, havendo o deslocamento “[...] dos orfanatos e internatos privados para a tutela do Estado, e depois retornando a particulares [...]”, não apresentou soluções para as questões de ‘abandono’ e ‘infração’. No contexto apresentado por Passetti (2000, p.350), tomamos conhecimento acerca das prioridades assumidas pelo Estado a partir da década de 1920:

[...] a caridade misericordiosa e privada praticada prioritariamente por instituições religiosas tanto nas capitais como nas pequenas cidades cede lugar às ações governamentais como políticas sociais. A sua expansão ocorrera entre as duas ditaduras (Estado Novo, de 1937 a 1945 e a Ditadura

Militar, de 1964 a 1984), quando aparecem os dois primeiros códigos de menores: o de 1927 e o de 1979.

Esse contexto apresentado por Passeti (2000) deixa clara a ideia disciplinar da sociedade pela qual “[...] os supostos desajustados deverão ser enquadrados”, estando presente em diversas formas de instituições, conforme Foucault também discute ao abordar a temática sobre as instituições austeras.

Neste capítulo que se encerra, procuramos contextualizar as práticas sociais à assistência no Brasil, trazendo o entendimento apresentado por Foucault sobre as instituições austeras. Diante dessa abordagem apresentamos no próximo capítulo, a história do Orfanato de Lages contada em relatos da vivência de um grupo de ex-internas. O capítulo utiliza também dados documentais que se referem à instituição e aos sujeitos da pesquisa, que trazem suas contribuições com base no que trazem na memória sobre o período de infância na entidade.

3 ENSAIO DE HISTÓRIA DO ORFANATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS A PARTIR DE MEMÓRIA DE EGRESSAS

Neste capítulo temos como propósito desenvolver um ensaio de história do ONSG através de referências com dados primários, ou seja, depoimentos de onze egressas. Também contamos com participação de três trabalhadoras que tiveram contato com as internas, por realizarem uma função na instituição. As informações de egressas e trabalhadoras foram intercaladas nesta análise, possibilitando-nos conhecer uma parte da história, conforme suas percepções sobre aquele momento. Utilizamos como dados secundários documentos, atas de reuniões e notícias de jornais. Para aprimorar a análise de dados, fundamentamo-nos teoricamente em: Foucault (2001, 2004, 2012), Donzelot (1986), Rodrigues (2004), Peixer (2002), Diez e Horn (2011), Licurgo Costa (1982), Araújo (2000), Santos (2010), Rennó (2009), Ecléia Costa (1997), Chaves (1988), Diez, (1993), Gubert (1999) e Brasil (2005).

A intenção para o desenvolvimento deste ensaio não consiste em retratar especificamente o mencionado Orfanato, mas em desenvolver uma reflexão no que se refere à alma e ao sentimento da criança que viveu interna, pois algumas, mesmo não sendo órfãs, eram chamadas de órfãs – designação que tem uma carga forte para a formação da subjetividade da criança. A inspiração para esta incursão está em *Vigiar e Punir*, onde Foucault propõe com sua pesquisa fazer “[...] uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade” (p.23). No caso das meninas do Orfanato aqui em foco, o distanciamento da família desenvolveu sentimento de abandono, desamparo, solidão. Outras situações também se tornaram marcantes, como o conjunto de experiências do dia a dia na instituição que serviam para facilitar a convivência das internas no grupo.

A seguir, apresentamos dois quadros: O primeiro com o perfil de T1, T2 e T3, que desenvolveram um trabalho no Orfanato, e o segundo, com o perfil das egressas que participaram da pesquisa.

QUADRO 1: PERFIL DE PESSOAS ENTREVISTADAS QUE REALIZARAM UM TRABALHO NO ORFANATO

TRABALHADORA	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	PERÍODO
T1	52	Doutora em Ciências sociais	Empresária	1987-1990
T2	59	Ensino Superior	Professora	1980 – 1983
T3	51	Pós-graduação em Psicomotricidade	Professora/ Empresária	1979 – 1984

FONTE: Dados coletados pela pesquisadora durante as entrevistas realizadas nos anos 2012 e 2013 em Lages-SC.

QUADRO 2: PERFIL DE EGRESSAS ENTREVISTADAS

EGRESSA	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	PERÍODO/ INTERNA
E1	29	Pedagogia	Professora	1984-1999
E2	32	Ensino Fundamental	Serviços gerais	1985 – 1997
E3	Não informado	Ensino Médio	Serviços gerais	1984 – 1991
E4	41	Pedagogia	Professora	1980 – 1987
E5	40	Ensino Fundamental	Do lar	1980 – 1986

E6	35	Ensino Fundamental	Serviços Gerais	Interna por 6 anos
E7	38	Ensino Médio	Serviços Gerais	1982 – 1983
E8	41	Pedagogia	Comerciante	1972 – 1974
E9	55	Pós-graduação	Assistente social	1965 -1974
E10	40	Ensino Fundamental	Serviços Gerais	1972 – 1986
E11	53	Ensino Fundamental	Serviços Gerais	1964 – 1975
E12	45	Ensino Médio	Cabeleireira Segurança	1973 – 1989

FONTE: Dados coletados pela pesquisadora durante as entrevistas realizadas com egressas nos anos 2012 e 2013 em Lages-SC.

Das doze egressas que contaram seus relatos, a quinta participante não autorizou que utilizássemos suas informações. Entendemos ser esta escolha o retrato das marcas que ficaram de uma infância triste, não havendo, portanto, interesse de sua parte em registrar sua história. Não significa que os familiares ou a instituição tenham diretamente provocado tal situação em sua vida, mas que é fruto de um sistema que imperava na época e que contribuiu com a desestruturação familiar em muitos lares, devido à difícil situação socioeconômica de muitas famílias. Seu silêncio ecoou fortemente no momento das entrevistas, motivando-nos a compreender ainda mais o contexto da infância empobrecida da época de existência do Orfanato. Nesse sentido, buscamos em dissertações, mais informações sobre a história local, buscando através de fatos e dados históricos compreender o contexto em que surgiu a instituição.

Na dissertação de Rodrigues (2004), encontramos aspectos históricos da cidade de Lages de meados de 1940, período em que a economia local estava em desenvolvimento. De acordo com Peixer (2002) *in* Rodrigues (2004, p.45), “[...] até o ano de 1940 a economia em Lages concentrava-se nas grandes fazendas, com produção extensiva na pecuária, e em menor escala na agricultura para consumo interno”. Mas, a partir do ano de 1940, a economia concentrou-se na indústria da madeira, tendo como matéria-prima o pinheiro araucária.

Segundo Rodrigues (2004, p.47), “O número cada vez mais expressivo de serrarias e do conseqüente comércio da madeira foi modificando o rosto e o destino da cidade. Aumentou a circulação de dinheiro, e também a população”. Devido à extração e comercialização da madeira, a cidade crescia, de modo que “[...] o discurso predominante nos jornais foi de progresso, desenvolvimento, urbanização e crescimento da cidade [...]”. Conforme os dados do IBGE apresentados pela autora em seu trabalho, naquele momento histórico a economia se expandia na cidade: “Em 1960 a população urbana era de 34.647 pessoas, em 1970 era de 82.006 e em 1980, 108.727 pessoas” (RODRIGUES, 2004, p.47).

Contudo esse momento de glória vivenciado pela economia na cidade não durou, pois a economia fugiu do controle devido à intensa extração da madeira e, de acordo com Rodrigues (2004, p.50),

Em meados da década de 60, o setor madeireiro entrou em declínio. A extração intensiva levou ao esgotamento das reservas florestais naturais e Lages entrou num novo período econômico, em que predominou a crise, o adensamento da população urbana, o aumento da periferia e dos problemas sociais [...].

Problemas sociais surgiram devido ao fechamento das empresas voltadas para o setor madeireiro, gerando assim desemprego e desestrutura financeira na vida dos lageanos.

A maior parte das serrarias encerraram suas atividades, por falta de matéria-prima, as grandes indústrias madeireiras estavam em declínio de produção, os trabalhadores, liberados das serrarias, aportavam na cidade, em busca de outros lugares de trabalho. Desta forma, a periferia de Lages foi crescendo consideravelmente (RODRIGUES, 2004, p.50).

Foi nesse período, de crescimento da população na cidade de Lages e de problemas sociais, que se originou a história do Orfanato, com a organização da primeira diretoria da INSG no ano de 1948 e

Em 1949, um grupo de casais da comunidade lageana, juntamente com Dom Daniel – Bispo Diocesano, sensíveis e solidários com a causa das meninas órfãs e empobrecidas da região, fundam a INSG (Orfanato) [...] Em 1990 a Irmandade Nossa senhora das Graças fecha o internato de meninas entendendo que toda criança e adolescente tem direito a uma família, seja ela natural ou substituta (CORREIO LAGEANO, 1994, p.6).

Após a formação da diretoria que auxiliaria no trabalho de criação e manutenção do ONSG, vieram de Videira SC para Lages, no dia 12 de maio de 1955, três irmãs religiosas

para darem início às atividades com meninas desamparadas, que seriam atendidas nesse ambiente, cujo relato mostra a descrição sobre o espaço.

O Orfanato é uma casa de material com dois andares, e ao lado fica a igreja que também serve para nós, pois mais tarde será aqui uma paróquia; pertencem ao Orfanato um grande pedaço de terra, que bem cultivado será uma boa renda para o sustento do mesmo. O provedor mostrou-nos a casa. Ó que surpresa! Tudo ainda estavam como os operários deixaram nada estava limpo, esperava mesmo a nossa chegada para limpar e pôr em ordem; mas gostamos muito. [...] Na entrada acham-se duas salas: uma para visitas e a mesma para as reuniões dos sócios, a outra é o escritório, também há um quarto para o capelão quando tiver, liga o Orfanato a capela por meio de um corredor, desta maneira não precisamos sair de casa para ir à capela. Na parte superior da casa acham-se dois dormitórios; um destinado às meninas maiores e o outro às menores, lavatório, guarda-roupa, e em baixo a cozinha, copa, dispensa, refeitório, e três salas e banheiro. A clausura fica bem separada das crianças contendo: refeitório, sala de trabalhos e dois dormitórios. Ao lado ainda fica a lavanderia, sala para passar roupa e depósito (ONSG, 1955-1964, p.4-5).

FIGURA 1: Foto antiga do Orfanato

Fonte: Fotos encontradas em pesquisa realizada no Site da INSG. Disponível em: <<http://www.irmandadensg.org.br/eventos.php>>. Não foi encontrado no site e nos documentos do Orfanato registro do ano de origem dessas fotos que estão nesta dissertação.

A inauguração ocorreu no dia 22 de maio de 1955, com objetivo de “[...] amparar, educar e orientar meninas órfãs e/ou abandonadas, na faixa etária de 02 a 18 anos. [...]” (IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, 2006, p.203). No Livro das Crônicas do Orfanato consta que no dia 23 de maio de 1955: “[...] às 2 horas da tarde chegou a primeira órfã. É uma menina de 8 anos”. (ONSG, 1955-1964). Conforme os dias foram passando outras meninas foram sendo trazidas para a instituição.

Quando iniciamos a pesquisa em documentos históricos, constava que a casa tinha capacidade para atender 50 meninas e, no site da instituição⁸, a informação é de que era esse o número de atendimento em 1955. Porém, conforme mais dados foram surgindo, percebemos que não há registro da quantidade exata de internas, pois ao mesmo tempo em que umas chegavam outras eram desligadas.

No quadro a seguir, podemos observamos o único registro encontrado com dados referentes à rotatividade e quantidade de internas, do período e 1955 – 1964, no Livro das Crônicas - material manuscrito com relatos diários da rotina dos primeiros nove anos do Orfanato.

⁸ Disponível em: <www.irmandadensg.org.br/histórico.php>. Acesso em 20/09/2012.

QUADRO 3: MOVIMENTO DE ENTRADA E SAÍDA DE INTERNAS – ANO DE 1955-1964

ANO	Entraram no Orfanato	Saíram do Orfanato
1955	18	03
1956	04	02
1960	04	04
1961	03	0
1962	09	03
1964	05	0

FONTE: LIVRO DAS CRÔNICAS – ONSG, 1955-1964.

Ao pesquisarmos esse material, encontramos informações de quantidades diferentes de internas. Relata-se na data de cinco de setembro de 1955 o seguinte: “Até hoje conta 17 meninas órfãs em nossa casa” (p.15). Em outubro de 1961, percebe-se haver trinta e três órfãs, por estar escrito que: “Dia 10 à tarde partiram em ônibus especial as 33 orfãzinhas [...]” (p.62). No mês de julho de 1963 está registrado haver 42 órfãs (p.84) e em fevereiro de 1964 a situação do Orfanato é relatada da seguinte maneira: “O nosso Orfanato está superlotado de órfãs, e assim mesmo não param de vir crianças órfãs” (p.95).

O historiador lageano Licurgo Costa (1982) também menciona em sua obra a quantidade de meninas atendidas e a forma como a comunidade percebia o trabalho desenvolvido: “Desde o início do seu funcionamento o lar das Meninas Órfãs vem mantendo entre vinte e quarenta meninas internas, cujas idades variam de 2 a 18 anos”. O autor completa retratando com suas palavras como a instituição era vista: “Trata-se de Benemérita obra de assistência sempre amparada pela simpatia e auxílio da população lageana” (COSTA, 1982, p.1406).

Nos 35 anos de funcionamento da entidade, prestando atendimento às meninas empobrecidas em regime de internato, encaminhadas pelo Juizado de Menores ou por solicitação das famílias, foram muitos os casos de abandono em que, mesmo no convívio do grande grupo, a solidão certamente fazia-se presente em suas vidas.

Os dados apresentados no Quadro 3 com relação ao desligamento de meninas do Orfanato mostram que a quantidade mudava constantemente. Isso ocorria quando alguma menina mais nova entrava, ou outra mais antiga no grupo saía devido ao mau comportamento, não obstante houvesse muitas vagas a serem preenchidas, conforme o relato apresenta: “Pela manhã de hoje chegou mais uma menina de quatro anos. A tarde deste dia também despedimos uma menina devido o seu mau comportamento, sentimos muito, mas foi preciso, pois pelo seu comportamento corrompia as demais. É uma pretinha de 12 anos” (ONSG, 1955-1964, p.18).

No mês seguinte outra menina teve que ser encaminhada para a família pelo mesmo motivo neste caso explicitado, ou seja, no dia 11 de dezembro 1955, “[...] mais uma das nossas meninas foi preciso mandá-la embora, pois o seu comportamento era lamentável” (p.19). Em relação às meninas que foram desligadas em 1960, uma foi porque a mãe iria se mudar para outra cidade e três foram desligadas devido ao mau comportamento, de acordo como livro das crônicas. “Outra foi entregue a seus avós por não ter pais, por ser muito mal comportada, fugindo do Orfanato pela terceira vez (p.44).” No mesmo ano “[...] foram despachadas duas moças órfãs, pelo seu mau comportamento” (ONSG, 1955-1964, p.50).

Percebe-se que havia uma preocupação de que as desobedientes precisavam ser afastadas para não atrapalharem o processo educativo do grupo. Foucault (2004, p.119), ao analisar a relação de docilidade-utilidade existente no século XVII e XVIII, nos faz entender que

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa [...] a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 2004, p.119).

Nesse sentido entendia-se que as internas que não se adaptavam às normas que visavam a docilidade, mencionada por Foucault, interferiam na formação dos demais membros do grupo. Ao ser desligada da instituição, a vaga da egressa era ocupada imediatamente por outra que se encontrava em situação de abandono e desamparada.

[...] chegaram mais duas meninas órfãs, são duas pretinhas; chegaram sujas, rasgadas, com um pacotinho debaixo do braço. Engraçado como se comportaram, logo foram atrás do fogão e sentaram-se no chão, porque a casa das nossas pretinhas é bem diferente do Orfanato. De manhã ao levantar

uma disse: que cama boa, nunca dormi tão bem’, mais uns dias e já estavam acostumadas (ONSG,1955-1964, p.9).

Encontramos, nesta parte da história relatada, as primeiras impressões de uma interna, ao dizer: “[...] que cama boa, nunca dormi tão bem [...]”. Devido ao contexto social, econômico e familiar vivenciado pelas meninas que foram consideradas órfãs, suas marcas negativas da infância e adolescência parecem anular-se, dando lugar ao sentimento de gratidão, pela oportunidade de serem acolhidas na instituição.

Percebe-se o mesmo sentimento na fala de E11 quando ao encerrar seu depoimento, diz: “[...] eu sou o que sou, devo isso ao Orfanato.” Esta fala da egressa, pode estar repleta de significados que fazem parte da bagagem de experiência, pois entendemos que somente quem passa por uma situação de abandono na infância sabe o que prevalece em sua memória: sentimentos negativos ou positivos, traduzindo o que a egressa quer dizer com a expressão “sou o que sou”.

No momento desta entrevista, percebeu-se que as respostas não fluíam, eram respostas breves, parecendo ser uma forma de se proteger para não prejudicar seu porto seguro, ou seja, a instituição que lhe acolheu. Mas houve um momento, de silêncio prolongado, seguido de lágrimas e palavras que foram difíceis de serem pronunciadas por estarem carregadas de sentimentos. E a egressa disse: “[...] não gosto muito de falar, acho que nenhuma gosta”. Sua última frase pronunciada na entrevista faz-nos entender que o conjunto de vivências e a necessidade de viver no Orfanato⁹ tornaram-na uma pessoa humildemente agradecida por toda sua vida, sufocando sentimentos e palavras que fazem parte de sua história. De acordo com Foucault (2004, p.119), através da “[...] mecânica do poder [...] a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis”. O autor ainda acrescenta que os indivíduos tornam-se agradecidos por todas as práticas que possibilitam sua vida dócil.

Outras egressas também manifestaram como sendo marcante em suas vidas o sentimento de gratidão, pelo espaço onde foram acolhidas na infância. E10 relata:

[...] Eu gostei de ficar lá, para mim marcou muito, pois se não fosse lá hoje não sei o que seria de mim. [...] Para mim lá foi bom, pois na verdade a família da mãe eu nem conheço, sou sozinha no mundo o Orfanato para mim foi meu lar. [...] era um pouco alegre, um pouco bom, um pouco triste, um

⁹ Pelo fato de sua avó ver o Orfanato como única opção para seu destino e de sua irmã, que também foi interna, conforme informação no depoimento.

pouco de tudo, [...] tinha o bom e o ruim, mas se fosse para eu voltar para lá na época eu até voltaria porque foi lá que aprendi, me formei, sou educada por causa de lá. Se eu não fosse para lá, eu poderia ter sido uma menina de rua. Lá foi meu lar e as irmãs na verdade foram minhas mães.

Esta egressa, que tinha sua mãe, diz: “Ela foi morar numa casa e a família que ela foi trabalhar a levou no Orfanato. Minha mãe me levou lá, ela não tinha condições [...]”. Entende-se que os patrões tinham o emprego para a mãe, mas não o abrigo para filha, de modo que foram juntos ao Orfanato para internar E10. Tal situação produziu outra forma de sofrimento na vida daquela menina.

[...] Naquela época eu sofri sem minha mãe eu sofri, eu era muito agarrada nela, para mim o mundo tinha acabado, sentia falta dela, você viver com aquelas gurias diferentes, todo mundo diferente sem o cheiro da minha mãe, é muito complicado, eu sofri bastante, depois fui me acostumando fui me apegando com as irmãs, mas foi sofrido [...]

A ausência da família foi abordada nas entrevistas por outras participantes, destacando o aspecto negativo da infância. Segundo E4, “No Orfanato tinha conforto, carinho e proteção, mas eu sentia saudade de meus três irmãos. Porém o Orfanato não substituía meu lar.” A falta que as egressas sentiam da família era constante, mas se intensificava nas festividades de datas comemorativas, conforme o depoimento de E9.

Quando ia chegando perto das festas eu me sentia muito sozinha, apesar de ter bastante gente, mas era falta da família mesmo. O primeiro dia das mães, achei que ia morrer lá, porque daí só sabia pensar na mãe. Eu não tinha mãe, não via ninguém, então essa questão da ausência da família é o que mais me entristecia pelo menos na época era o que mais me incomodava era a ausência da família. Era aquele medo de perder o vínculo, na época eu não tinha uma explicação para isso, mas hoje é assim que eu entendo o medo de perder o vínculo, de sair de lá e não ter ninguém, eu iria para onde?

A convivência familiar das internas foi substituída pelo convívio com as irmãs e pelo grupo das meninas. Elas, com sua história de vida, acostumaram-se a se adaptar às regras relacionadas à organização de tempo, de espaço e de disciplina, situação propícia para o desenvolvimento do indivíduo dócil.

Controlando o corpo do indivíduo é possível controlar suas atitudes, exercer sobre ele um poder capaz de discipliná-lo, torná-lo dócil, útil e produtivo. Attingir o corpo é attingir também a propriedade do indivíduo. O controle de seu tempo, de seus gestos e de suas atitudes é também buscar normatizá-las, normalizá-las e padronizá-las. Em uma sociedade de controle, o corpo e as

atitudes dos indivíduos são capitalizados. O tempo é controlado, medido, regulado (SANTOS, 2010, p.42).

A educação caracterizada pela disciplina e o controle do tempo, através do hábito de uma rotina, era vista como sendo a mais apropriada, devido à quantidade de meninas no mesmo espaço físico. Há uma interna que reconhece como ponto positivo de sua educação o fato de ter existido tempo determinado para o desenvolvimento das atividades e a forma como era organizada a rotina:

[...] Um grupo fazia o café da manhã e trabalhava na cozinha, aí cada uma depois do café tinha suas atividades definidas, o trabalho era separado por grupos assim. Um grupo fazia o café da manhã e trabalhava na cozinha, outro grupo limpava o refeitório, outro grupo limpava o dormitório, outro trabalhava na lavanderia. Depois de um determinado tempo elas faziam rodízio, então quem estava na lavanderia ia para cozinha e assim sucessivamente, então a gente passava por todos os trabalhos, não tinha como a gente não aprender fazer alguma coisa [...] (E9).

As atividades que eram desenvolvidas são lembradas como sendo fases importantes para a vida, ou seja, oportunidades de aprender. Naquela época, a preocupação quanto à formação transmitida no Orfanato e na sociedade consistia em preparar a menina/moça para ser uma boa dona de casa e empregada doméstica, conforme o entendimento que E9 tem sobre o período das décadas de 1960 e 1970, quando foi interna.

[...] elas preparavam a gente para casar, mas não é culpa delas também, nessa época, no meu tempo, as mães também preparavam as filhas para casar. Elas não preparavam as filhas para ter independência financeira, para tentar fazer uma faculdade.

O entendimento que E9 tem sobre a educação recebida se assemelha à concepção de educação familiar do século XIX, por que, de acordo com Donzelot (2001, p.41), “A lógica da preparação para a vida familiar deve, portanto, suceder à da preservação para o casamento: desenvolver o ensino doméstico, [...]”. Já as egressas da década de 1980 apresentam em seus relatos que a preocupação estava voltada para o incentivo ao estudo, de modo que algumas chegam a dizer que só não estudaram mais porque não quiseram, já que havia tempo e espaço disponível. A preocupação delas era de casar e constituir família.

A maioria das egressas traz o reconhecimento do que aprenderam no Orfanato, dizendo “[...] o que sou hoje devo ao Orfanato”, conforme explica E8: “[...] aprendi muito lá,

acho que a maioria das coisas que eu sou agora foi devido ao que eu trouxe de quando era pequena. Dois anos que fizeram muita diferença na minha vida eu tenho certeza. Eu tinha dois anos e fiquei até os quatro anos”. A egressa considera que sua vida é resultado do que vivenciou dos dois aos quatro anos. Esse reconhecimento, que outras também têm, com relação à educação recebida, Foucault denomina de indivíduo que se torna dócil e agradecido. Através de uma rede de micropoderes, a sociedade disciplinar fabrica o indivíduo útil, dócil e produtivo.

[...] O controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe melhor a relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto (FOUCAULT, 2004, p.129- 130).

De acordo com Diez e Horn (2011, p.36), a genealogia “Não busca na profundidade, mas nos *bas-fonds*, para permitir que as visibilidades se projetem.” Os dados coletados sendo analisados na perspectiva genealógica permitem localizar “Técnicas sempre minuciosas, [...] muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova ‘microfísica’ do poder” (FOUCAULT, 2004, p.120).

3.1 AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE LEVARAM AS MENINAS AO ORFANATO

A maneira como Foucault descreveu as práticas e vivências numa instituição, foi a base teórica para nosso roteiro de entrevistas, cujas informações estão distribuídas em sete questões, que trazem o contexto vivenciado por meninas em situação de desamparo familiar em Lages. Analisamos as respostas desde as circunstâncias que as levaram a viver no Orfanato, como era a rotina, o que marcou e o que prevaleceu bem como as escolhas realizadas a partir da educação recebida. As informações são finalizadas com suas respostas quanto às expectativas que tinham para o futuro e com quem foram morar ao saírem do Orfanato. Realizamos a análise considerando que em Foucault não se sacramenta uma

verdade, mas que através da genealogia torna-se possível conhecer outra forma de interpretar os fatos e a história.

Após fornecerem os dados de identificação, as egressas relataram as circunstâncias que as levaram a viver no Orfanato de Lages. Queremos ressaltar que, quando iniciamos este trabalho de pesquisa, imaginávamos que nos relatos as informações seriam de que todas foram órfãs. No desenrolar das entrevistas, porém, percebemos que houve casos distintos, devido à situação socioeconômica da região, de empobrecimento que favoreceu a miséria e desemprego em muitos lares. Assim, famílias se formaram sem que houvesse uma estrutura para sua subsistência, ocasionando sua desestruturação e a institucionalização de crianças e adolescentes. Encontramos casos de meninas que foram internas devido à morte de algum de seus responsáveis ou pela falta de condições financeiras dos pais, de modo que seus familiares entendiam que sua infância deveria ser vivenciada no Orfanato. Tal situação não era fato isolado nesta cidade, pois as ações eram decorrência da concepção existente na sociedade da época.

E há o caso da avó de E1 e de E2, que preferiu que as netas ficassem somente durante o dia no Orfanato, mantendo dessa forma o vínculo familiar, apesar das poucas condições financeiras para cuidar de seus nove netos órfãos de mãe.

[...] O que me levou a viver na Irmandade foi a morte de minha mãe. Minha mãe morreu eu tinha um ano e meio e a minha avó ficou com os nove netos sendo que já na mesma casa já morava outros netos e os filhos da minha avó então nós morávamos numa casa em mais de vinte pessoas. Então para poder nos alimentar ela conseguiu a vaga lá no Orfanato então nós ficávamos durante o dia e a noite nós íamos para casa ficávamos com ela e final de semana também [...] (E1).

Por serem irmãs, E1 e E2 foram semi-internas praticamente no mesmo período, de modo que suas informações coincidem. Mesmo assim, E2, que ficou órfã aos cinco anos, destaca algo que fez a diferença na vida dela e de seus irmãos, que foi o fato de não terem sido internas, pois, antes de morrer, sua mãe pediu que os nove irmãos, que ficariam órfãos, não fossem “doados”, nem fossem separados: “Antes de morrer [...] ela falou para minha avó que não era para nos doar, pois havia a alternativa de ela nos colocar no Orfanato porque éramos nove irmãos. Então minha avó foi lá, [...] e conseguiu vaga para todos nós e estudamos lá [...]” (E2).

Esta questão também foi respondida por E3, ao contar que, quando ficou órfã de mãe, tinha seis irmãos – sendo duas meninas e cinco meninos. Por não ter condições de permanecer junto com a família, devido alcoolismo de seu pai, sua avó fez a opção de colocá-la no Orfanato juntamente com sua irmã. A chegada de E4 também ocorreu devida à morte de sua mãe. A egressa relata o seguinte: “[...] meus pais faleceram e fiquei com três irmãos, [...] eles precisariam trabalhar eu não tinha com quem ficar [...]”. Sendo ela a menor dos irmãos, e eles entendendo que não teriam condição de mantê-la, pois precisavam trabalhar, decidiram deixá-la no Orfanato, e sua irmã mais velha, que trabalhava próximo à instituição, supria suas necessidades fornecendo roupas e materiais de higiene. Esta informante ingressou quando tinha nove anos de idade e permaneceu lá por nove anos, saindo de lá com dezessete anos. É um dos casos em que, na ausência dos pais, havia outros membros da família, mas sem disponibilidade de atendê-la.

Semelhantemente ao relato da E1 e de E2, a egressa E7 viveu na instituição no tempo de internato, no entanto não era interna. Havia exceções, os casos específicos de meninas que precisavam ficar para que a mãe pudesse trabalhar, não havendo outro lugar para ficar durante o dia, conforme podemos acompanhar no relato a seguir:

[...] Eu e minha irmã não morávamos no Orfanato, mas éramos semi-internas. No final do dia nossa mãe passava para nos pegar. Ela era pai e mãe, e precisava trabalhar para poder nos criar, então como não tinha quem cuidasse de nós, ela falou com a irmã responsável pelo Orfanato e ela nos aceitou [...].

Já no relato de E8 há outra situação, pois ela não foi destinada à instituição para ser adotada nem para lá viver até completar 18 anos, mas, conforme sua informação, isso ocorreu por determinação judicial, sendo que deveria ficar apenas por um período até que sua mãe se estabilizasse:

[...] Minha mãe não tinha condições financeira nem psicológica, ela era mãe solteira, naquela época era muito complicado, meu avô a colocou para fora de casa, aí foi a solução que ela achou. [...] Eu não sei se foi um mandato do juiz alguma coisa na época me colocaram lá. Porque minha tia, a irmã da minha mãe queria que minha mãe me desse para adoção. A minha mãe trabalhava de empregada doméstica e daí essa mulher onde minha mãe trabalhava de empregada doméstica disse: - ‘não, nós vamos cuidar dela! Nós vamos ficar com ela’. Então foi aí que minha mãe me criou até os dois anos. Só que minha mãe era mãe solteira era uma menina desmiolada, era bem isso o termo e não deu conta daí ali depois minha madrinha que é essa senhora que ela trabalhava de empregada doméstica foi embora e foi aí que me colocaram no Orfanato. A minha tia queria me dar para uma família, mas

ela não deixou. Então tem um período que a mãe me deixou lá para ver se conseguia se aprumar na vida, vamos dizer assim. Nos trancos e barrancos dela, ela conseguiu. Então conseguiu uma ordem, eu até nunca perguntei se foi uma ordem do juiz alguma coisa que fez com que eu ficasse lá, mas era temporário não era para adoção isso eu sei [...].

Na busca de informação sobre os motivos dos internamentos, ainda encontramos registrado na Ata de nº 173 da reunião realizada com a diretoria no Orfanato, no dia oito de novembro de 1976, que a irmã diretora na época, o seguinte:

[...] comunicou alguns casos de mães que pedem internamento de menores, analisando-se mais o caso de uma que parece estar realmente em necessidade, visto ter-lhe falecido o marido, deixando-a com três filhos menores de seis anos e esperando o quarto. Decidiu-se investigar o caso, mediante visita à família e, possivelmente encaminhar uma ou mais dessas crianças para o Orfanato, pedindo à mãe autorização de doá-las ocasionalmente alguma família interessada e em condições de adotá-las (ONSG, 1976, p.43).

No depoimento de E7, que viveu interna na década de 1980, acompanhamos como ela percebia a situação em que sua mãe vivia, justificando assim o motivo de ser semi-interna no Orfanato.

Apesar de eu ser criança eu lembro que tudo naquele tempo era muito difícil [...]. Minha mãe pagava aluguel, pois não tínhamos casa própria. [...] Como minha mãe trabalhava em uma fábrica muitas vezes tinha que fazer horas extras, então ela vinha toda de branco nos buscar. Mas algumas vezes quando era inverno e que nós já estávamos dormindo e com o corpo quente a irmã dizia para minha mãe que podia nos deixar dormindo porque estávamos com o corpo quente e era perigoso nos tirar no frio. Porque geralmente as horas extras eram feitas até 01h30min horas da manhã era tanto que ela vinha vestida até coma roupa do serviço.

Uma das entrevistadas que trabalhou na instituição no tempo do internato, que denominamos de T3, complementa esse contexto relacionado à infância empobrecida, falando sobre o trabalho que desenvolveu no período de 1979 a 1984. Suas informações possibilitam maior compreensão sobre a realidade das crianças que eram atendidas na creche do Orfanato.

Naquela época tínhamos 60 crianças atendidas pela creche do Orfanato, sendo que 20 vagas, aproximadamente eram preenchidas pelas internas e as restantes por crianças extremamente pobres do bairro e proximidades. Nossas atividades variavam desde o acolhimento não só assistencial como a alimentação diária (quatro refeições por dia), como o cuidado com a higiene, que era muito precária (verminose, piolhos, desnutrição, etc.), mas também

com o acolhimento emocional, a carência afetiva era tão profunda quanto à carência material.

Entendemos que, paralelamente à realidade das meninas que ficaram internas, muitas outras crianças enfrentavam situação de extrema pobreza, mas permaneciam com suas famílias, mesmo existindo casos que encontravam na creche o único porto seguro, conforme afirma T3.

Os dados das entrevistas nos mostram que a maioria das meninas, na ausência dos pais, tinha algum familiar próximo. Havia parentes que, após internar, realizavam contribuição financeira ou com alimentos, roupas e calçados, como podemos ver no depoimento de E9.

[...] minha tia ajudou muito no Orfanato. Eu lembro que na época ela estava muito bem de vida, até foi ela que colocou a gente lá para nossa proteção na verdade, então ela ajudou muito na construção daquela parte nova do Orfanato que fica encostado na igreja, [...]. Porque para visitar a gente mais seguida as freiras acabavam cobrando dela, era assim, mas tem aquela outra forma de fazer as coisas, eu me lembro de que chegava caminhão de areia de tijolo, tudo isso, então para ela poder participar mais da nossa vida, ela acabava cedendo. Eu lembro que no início do ano, por exemplo, se ela queria levar um sapato para eu e minha irmã ir para escola, elas não deixavam levar dois pares de sapatos, um para mim e minha irmã, ela tinha que levar muitos sapatos, então para ela fazer por nós o que ela tinha vontade ela acabava fazendo também pelas outras. Ela sempre tinha que fazer além da capacidade dela. [...].

Tal relato nos leva a entender que, se tinha como enviar ajuda para manter a interna e suas colegas, o familiar também tinha condições financeiras para atendê-la em sua residência, estreitando o vínculo familiar. Que objetivo havia em deixar, nesse caso, a menina interna? Estaria pensando na educação que era oferecida às meninas internas? Talvez diante da visão de educação que tinham, com relação à instituição, almejava que a menina desamparada ou empobrecida recebesse aquela forma de educação. No caso de E9, o internamento foi devido à morte de sua mãe:

[...] quando perdi a mãe, nós éramos seis irmãos e a mãe faleceu bem nova até ela tinha quarenta e três anos e nosso pai bebia muito. Então as tias decidiram que as mais novas iriam para o Orfanato para evitar que ficássemos com o pai. Tinha uma irmã mais velha que já tinha dezoito anos e dois irmãos que tinham em média de quinze e dezesseis, aí tinha eu com oito anos, outra com quatro anos e a mais nova com um ano e meio. Essa mais nova ficou com avo, eu e de quatro anos fomos para o Orfanato [...].

Observando as informações vemos que o destino de E9 poderia ter sido pensado de outra forma, pois havia condições financeiras e pessoas da família para atender ela e sua irmã de quatro anos. Diante dessa escolha, ficou em sua vida como marca, o sentimento de desprezo e de abandono. Na sua concepção, ficar interna não deveria ter sido a primeira solução, visto que havia outra possibilidade.

Essa situação, que fez parte da vida de outras egressas, originou sentimento de revolta. Para uma criança entender os motivos que levaram o adulto a tomar determinada atitude, requer-se diálogo. Esse não foi o caso das internas, pois suas dúvidas não eram sanadas, uma vez que sequer conversavam a respeito dos motivos de sua internação, ou seja, sentiam-se abandonadas e sem perspectivas para o futuro. Muitas nem visitas recebiam, conforme diz E9: “Tinha meninas que nunca recebiam visitas, tinha outras que os parentes vinham mais seguidos, às vezes vinha gente de fora também [...]”.

De acordo com Donzelot (2001, p.50), “A não pertinência a uma família, a ausência, portanto, de um responsável sócio-político coloca um problema de ordem pública. É o nível das pessoas sem fé, sem eira, nem beira [...]”. Na concepção de E10, ter entrado no Orfanato, impediu que fosse viver na rua. Esta era a situação de sua mãe e corria o risco de ser o seu destino também, conforme apresenta em seu relato:

[...] Eu fui parar no Orfanato porque minha mãe era de rua na verdade. Encontraram minha mãe na rua, ela não tinha para onde ir, tinha um problema de esquecimento e sem lugar para morar. Ela foi morar numa casa e a família que ela foi trabalhar a levou no Orfanato e minha mãe me levou lá, ela não tinha condições. Nos três anos fui para lá e sai com 14[...].

O motivo para que E11 fosse viver no Orfanato é relatado pela egressa, que não tinha mãe nem pai presentes:

Fui morar no Orfanato por que eu não tinha mãe nem pai e minha avó me levou para lá. [...] Meu pai e minha mãe morreram, aí não tinha quem me criasse. Tinha o Orfanato, aí minha avó colocou eu e minha irmã lá. A minha mãe acho que morreu com uma dor de cabeça muito forte nela e meu pai acho que morreu em Curitiba acho que bebeu, não sei o que aconteceu, sei que ele bebia.

Outro fator que surgiu com relação aos internamentos refere-se ao problema de alcoolismo do pai de algumas, como se observa nas histórias de vida de E9, E10 e E11. Tal situação não foi diferente para E12.

Fui para o Orfanato porque não tinha mãe, não tinha irmão, só tinha pai e o pai que me arrumou lá, pelo que eu sei, foi isso que aconteceu porque eu morava só com o pai e ele não tinha condições de me cuidar porque era alcoólatra, daí ele me colocou lá. Minha mãe faleceu eu tinha oito meses, não cheguei a conhecê-la, faleceu bem cedo. Eu tinha um irmão, mas também faleceu, não sei do que, mas faleceu. Pelo que eu sei foi meu pai que me pôs lá (E12).

Os depoimentos de egressas possibilitaram-nos perceber uma característica social que desencadeava o internamento de meninas, evidenciando-se que, diante da situação emergencial de desamparo, a primeira atitude de seus responsáveis era colocar no Orfanato.

3.2 A ROTINA NO ORFANATO

Nas ações simples desenvolvidas no cotidiano de instituições como escolas, prisões, fábricas, quartéis e hospitais, se estabelecem as “Técnicas punitivas, mecanismos e dispositivos reguladores e controladores [...]” (ARAÚJO, 2000, p.70), responsáveis por produzir a sociedade disciplinar com a docilização dos corpos.

Não se trata de fazer aqui a história das diversas instituições disciplinares, no que podem ter cada uma de singular. Mas de localizar apenas numa série de exemplos algumas das técnicas essenciais que, de uma a outra, se generalizaram mais facilmente. (FOUCAULT, 2004, p.120).

Fazemos parte desta sociedade disciplinar, pois sempre pertencemos a alguma instituição, que constitui poder e saber. Se nesta pesquisa focalizamos depoimentos de internas e de as pessoas responsáveis por sua educação e formação, também elas eram produtos desta sociedade, tornando-se dóceis e agradecidas à comunidade que ajudava com doações e reconhecia seu trabalho. Com relação ao tempo que desenvolveu um trabalho em benefício das internas e ao Orfanato, T2 diz:

Foram momentos que nos deixaram muitos felizes, pois doamos o nosso tempo em prol de uma causa justa. [...] Foi uma experiência que nos fez pessoas melhores, pois conseguimos fazer um trabalho com resultados positivos. No decorrer do tempo que lá estávamos muitas crianças foram encaminhadas para as famílias que as adotaram e com certeza tiveram um lar e muitas hoje falam e agradecem a oportunidade de passar pelo Orfanato.

Estes relatos sobre a rotina mostram pessoas dóceis e agradecidas pela aprendizagem que tiveram ao serem questionadas sobre aspectos referentes a horários, escala de tarefas, organização e controle do tempo para que se evitasse a ociosidade.

O controle do tempo através dos horários, segundo Foucault (2004), é uma velha herança deixada pelo vivenciado nas comunidades monásticas, pois “Durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares”. O modelo consistia em “[...] estabelecer as cesuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição” (FOUCAULT, 2004, p.128). A partir de então, outras instituições foram assumindo essa postura como forma de organizar o tempo.

Pontuando as ações desenvolvidas diariamente pelas egressas, observamos que o relato de E1 e E2 apresenta-se semelhante ao das internas na década de 1980, sendo que elas tinham o horário de chegada e de saída da instituição, não permanecendo à noite e nos fins de semana.

[...] A gente chegava às oito horas da manhã tinha o café da manhã após o café era feito escovação. Depois a gente ia para as oficinas, tinha oficina de artesanato onde agente aprendia tricô, crochê, pintura, várias coisa, também tinha oficina de dança, aula de música, aulas de balé. Depois do café a gente ia para essas atividades e ali pelas onze e trinta era o almoço. No período da creche à tarde a gente tinha o período do sono e depois também continuava mais um pouco as brincadeiras e às cinco horas a gente jantava e às cinco e meia nossa avó vinha buscar a gente na creche [...] (E1).

Esta egressa viveu na instituição dos três anos de idade até os dezoito, sendo semi-interna. Na sequência de seu relato, fala das atividades desenvolvidas quando já era uma adolescente.

[...] Tudo que a gente utilizava na Irmandade nós alunos tínhamos que organizar, por exemplo, tomávamos o café da manhã, antes do café da manhã era feito uma escala da turma aonde iam quatro adolescentes, quatro crianças ajudar na louça, um iria lavar, outro enxaguar e dois para secar

porque lavava a louça de todos os alunos ao meio dia era a mesma coisa fazia outra escala. Ao meio dia era a mesma coisa, a gente almoçava e outro grupo de quatro crianças ajudava na louça do almoço. Os adolescentes iam ajudar na cozinha ou ficavam observando as cozinheiras para aprender também a cozinhar, fazer bolo. [...] Assim nós aprendemos muitas coisas ali nas atividades que foi muito útil e hoje está sendo utilizado por nós (E1).

As atividades de rotina narradas evidenciam uma prática voltada para a ocupação do tempo, sendo uma maneira de disciplinar o corpo. Segundo Foucault, durante a época clássica, descobriu-se que o corpo poderia ser objeto e alvo de poder. Dessa forma, entendeu-se o “[...] corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil [...]” (FOUCAULT, 2004, p.117). A partir de então, se passou a investir politicamente no corpo dos indivíduos, conforme o autor explicita.

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil [...] (FOUCAULT, 2004, p.25-26).

As disciplinas através de espaços funcionais, segundo Foucault (2004, p.126), “[...] garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos”. Podemos interpretar essa economia de gestos como sendo a disciplina do corpo, de modo que o indivíduo não atrapalha o desenrolar das atividades, aproveitando ao máximo o tempo. Conforme relata E2, “[...] eram muitas atividades lá no Orfanato, artesanato, capoeira, pintura, bordado, balé, aula de canto, teatro. A gente fazia várias coisas”.

Nos questionamentos de Foucault com relação às instituições de modo geral, um dos pontos que se aproximam da prática nelas exercida refere-se à rotina, uma forma de disciplinamento. “Trabalho obrigatório em oficinas, ocupação constante [...] A vida é então repartida de acordo com um horário absolutamente estrito, sob uma vigilância ininterrupta: cada instante do dia é destinado a alguma coisa, prescreve-se um tipo de atividade [...]” (FOUCAULT, 2004, p.102). Tal explicação do autor ocorreu ao descrever as práticas desenvolvidas na prisão de *Walnut Street*, aberta no ano de 1790. Mesmo havendo um

distanciamento histórico, os relatos nos mostram informações que se aproximam cujo objetivo está no exercício do poder, sendo que ele “[...] intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder” (FOUCAULT, 2012, p.14).

Na figura a seguir há uma ilustração do que as egressas relataram como rotineiro. De acordo com o entendimento de Foucault, a ocupação nas atividades é para evitar a ociosidade, pois envolvidas em alguma função, estão sendo disciplinadas, tornadas dóceis e úteis.

FIGURA 2: FOTO DE INTERNAS DESENVOLVENDO TRABALHOS MANUAIS



Fonte: Disponível em: <<http://www.irmandadensg.org.br/eventos.php>>

Ao buscar na memória como era o dia a dia no Orfanato, E3 explica que iam para escola num período e no outro realizavam as atividades de acordo com a escala. Nos finais de semana, como não havia cozinheira, as Irmãs é que faziam a comida e as internas ajudavam com as tarefas destinadas a cada uma, sendo neste período em torno de 40 meninas. As atividades de rotina eram sempre as mesmas: a janta era servida às dezoito horas e logo após

assistiam algum filme. Em alguns finais de semana faziam passeios, mas isso era raro, só em datas comemorativas.

E3 conta que passava o natal com sua avó que morava em outra cidade, quando a Irmã a levava de carro, mas recebiam poucas visitas. Nos momentos de recreação todos se envolviam, sendo que nas lembranças desta interna havia cinco irmãs para atender o grupo. A organização realizada através de escala de atividade, com horários marcados e funções sistematizadas, que surgem nas respostas de egressas, era também uma preocupação típica do período da revolução industrial,

Antes da industrialização, o homem determina o seu ritmo de trabalho com a natureza. Com o processo de industrialização, há necessidade de disciplinar e normalizar os corpos no sentido de reformá-los, tornando-os retos, rígidos, e resistentes à jornada de trabalho intensa, preparados para suportar a exigência da produção prevista e almejada pela estrutura do poder econômico, tornando-se útil à sociedade que se afirmava como burguesa (RENNÓ, 2009, p.14).

Sobre este assunto, Foucault (2001) explica que, devido à formação da sociedade moderna no início do século XIX, diversas instituições tinham como finalidade fixar os indivíduos e empregavam-se técnicas para extrair o máximo de seu tempo. Por exemplo, com relação às instituições industriais, medidas eram adotadas “[...] visando suprimir as festas e diminuir o tempo de descanso; uma técnica muito sutil se elabora ao longo do século para controlar a economia dos operários. [...] A extração da totalidade do tempo é a primeira função destas instituições de sequestro” (p.117-118). Para os funcionários das fábricas-prisões, por isso ser instituição de sequestro, o tempo era extraído “[...] fazendo com que o tempo dos homens, o tempo de sua vida, se transformasse em tempo de trabalho” (FOUCAULT, 2001, p.119).

Mas, se analisarmos de perto as razões pelas quais toda a existência dos indivíduos se encontra controlada por estas instituições, vemos que se trata, no fundo, não somente de apropriação, de extração da quantidade máxima de tempo, mas, também, de controlar, de formar, de valorizar, segundo um determinado sistema, o corpo do indivíduo (FOUCAULT, 2001, p.119).

Icléia Costa (1997) em sua tese também enfatiza a questão do controle do tempo na sociedade industrial:

A sociedade industrial traz consigo uma nova racionalidade, novas regras do jogo, novas disciplinas. Era preciso organizar a sociedade para o trabalho

industrial nascente. O relógio é apenas uma das formas de controle do tempo e da organização do espaço para a produção do novo trabalhador, que deve ser disciplinado e produtivo. Surgem novos instrumentos de trabalho, medição do tempo e toda uma arquitetura industrial que deveria dar conta da disciplinarização do corpo social (COSTA,1997 p.20).

Quando Foucault menciona instituições escolas, hospitais, fábricas e prisões como instituições austeras, entendemos que a relação está em algumas práticas exercidas que seguem um modelo de aparelho disciplinar e condicionam o indivíduo a um ser dócil e disciplinado, ou útil e produtivo, no caso de fábricas, escolas. Com relação às instituições que apresentam práticas pautadas em horários marcados, funções e escala de serviço, Santos (2010, p.16) apresenta a seguinte explicação:

[...] o poder da norma está em toda parte, aliado a um poder discreto, porém eficiente: o poder disciplinar, que, por meio da norma, regulamenta, normatiza, normaliza e padroniza os sujeitos a fim de torná-los úteis, produtivos e obedientes, eficientes soldados do capitalismo, cujas ações são o tempo todo medidas, vigiadas, controladas e padronizadas.

Para a criação desse indivíduo mencionado acima, precisou-se de um espaço disciplinar onde ocorresse a disciplinarização dos corpos, conforme podemos acompanhar na explicação de Foucault.

A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço. Para isso, utiliza diversas técnicas. [...] Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. [...] Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT, 2004, p.121-123).

No depoimento de E4 vemos mais um exemplo da rotina, que se tornou automática na vida das egressas de modo que, depois de muito tempo, elas ainda se lembram dos horários e das funções que exerciam naquela época. Há egressa que relata ter adquirido o hábito de levantar cedo devido o costume na infância:

[...] Eu levantava as 06h30min da manhã, arrumava a cama e fazia a higiene pessoal. Às 07h00min horas tomava café. 08h00min ia pra escola. Estudei no Zulmira Alta da Silva. Às 12h00min almoçava, depois ajudava na louça. Às 14h até 15h30min era o horário de estudo, fazer as tarefas de aula, 15h30min o lanche. 16h00min fazia uma atividade, pinturas, crochê, aula de

violão e música. Às 17h30min jantava e assistia TV. Às 20h00min ia dormir. [...] No domingo recebia visitas de conhecidos e minha família. A cada 15 dias ia passar o final de semana com meus irmãos. Quando passava na entidade, assistia TV, era livre.

Encontramos em Araújo uma explicação sobre o controle do tempo, principalmente numa instituição.

[...] o controle do tempo, o tempo programado em fases, permite manobrar as atividades, evitando desperdício. O corpo disciplinado é muito mais produtivo, pois dele se extrai o máximo de eficácia e rapidez. Os exercícios precisam ser contínuos, repetidos e administrados em doses de complexidade crescente (ARAÚJO, 2000, p.77).

Os exercícios contínuos e repetidos, mencionados por Araújo, encontramos em cada relato sobre a rotina. E6 informa que ia para escola de manhã e no contraturno realizava várias atividades – curso de violão, flauta, brincadeiras – mas que havia a hora também de estudar. A questão dos horários é o que E7 lembra primeiramente ao mencionar sobre a rotina. Mesmo ela sendo semi-interna, cumpria os horários que eram determinados para cada função, “[...] umas meninas faziam crochê, outras bordavam, outras faziam tapetes de retalhos enfim eram várias atividades, [...] à tarde tomávamos o lanche e íamos para a salinha das tarefas, fazer as tarefas do colégio [...]” (E7), ou seja, o tempo era totalmente preenchido.

FIGURA 3: GRUPO DE INTERNAS COSTURANDO.



Fonte: Disponível em:<<http://www.irmandadensg.org.br/eventos.php>>

Esta figura ilustra uma das atividades realizada por um grupo de internas, atividade que era realizada desde o início do trabalho do Orfanato, pois a rotina consistia na ocupação do tempo envolvendo as internas nos serviços da casa. No Livro das Crônicas encontramos o relato com data de julho de 1963, referente aos trabalhos desenvolvidos naquela época pelas internas:

Iniciamos o mês de julho em tanta alegria por ser ele um mês de descanso espiritual e corporal. Por meio de nossas crianças escutamos muitas vezes esta frase. Que bom que é férias hoje! Até parece que a nossa criançada fazem o seus trabalhos com mais amor. E correm de cá para lá a fazerem suas limpezas, na casa. As meninas maiores meteram pé nas máquinas para costurar (ONSG, 1955-1964, p.83).

É retomada por E8 a questão da disciplina e do cumprimento dos horários, como acompanhamos em seu relato:

[...] Do Orfanato, lembro-me da disciplina, [...], lembro contando história, fazendo oração, é muito engraçado eu era muito pequena, mas dessas coisas assim eu lembro, da rotina mesmo de levantar, de ter horário para dormir, para acordar, e isso eu adquiri na minha vida, hoje eu não preciso que ninguém me chame, falou tal horário, é aquele horário que vou levantar, não preciso de despertador.

FIGURA 4: INTERNAS NO DORMITÓRIO.



Fonte: Disponível em:< <http://www.irmandadensg.org.br/eventos.php>>

O depoimento de E8 também nos faz perceber que se tornou uma referência em sua vida o hábito adquirido do tempo de infância, e suas palavras transparecem um sentimento de orgulho por ter aprendido. Da mesma forma como pequenas ações do cotidiano se estabeleceram na vida enquanto aprendizados, muitas outras situações que fizeram parte de suas vivências talvez tenham conduzido sua maneira de ser: “Morar lá não foi ruim, mas fica uma coisinha assim, ‘me abandonaram!’. Fica uma coisa lá dentro de você quando você é pequena. Eu me sentia bem lá” (E8). Esta egressa, que ficou distante de sua mãe por dois anos, sentiu-se abandonada tanto quanto as meninas órfãs.

[...] Eu me lembro de que eu tinha muita saudade de poder sair. Lembro que vinham gente pegar as crianças, as mães vinham pegar e eu ninguém vinha pegar. Eu tinha saudade, era uma coisa de ruim que seria uma parte ruim vamos dizer assim. [...] A gente tinha atividade muita coisa para fazer. Eu era muito agarrada com a irmã diretora ela ia para um lado e eu ia também ela era sempre muito querida comigo (E8).

Mesmo sendo bem tratada, pois era apegada à Irmã, a situação de abandono se destaca em sua fala. A egressa quer explicar que não deveria naquele tempo ter motivo para o sentimento de abandono, visto que tinha muitas coisas para fazer, como forma de se distrair para não sentir saudade da mãe. Mas, como fazia parte da rotina do fim de semana receber visitas dos familiares, era nesses momentos que os sentimentos se intensificavam, misturando-se a gratidão pelo atendimento que recebia com as saudades que sentia de sua mãe.

A mais antiga das egressas entrevistadas, E9, viveu na instituição na década de 60 do século XX e suas informações proporcionaram importantes conhecimentos sobre a vida no Orfanato. Uma desses dados está relacionada à escola que naquela época funcionava no mesmo pátio.

[...] A gente ia à escola normalmente de manhã na escolinha que tinha dentro lá que era o Colégio Zulmira com três salas uma escolinha de madeira então vinha alunos de fora também, mas a maioria dos alunos éramos nós mesmos. A gente só atravessava o pátio e estava na escola. Não dava de aprontar nada também porque as freiras já escutavam de lá e já pegavam a gente de jeito lá na escola mesmo.

Em pesquisa documental, vimos que o Colégio mencionado pela egressa naquela época tinha o mesmo nome do Orfanato. É um registro de setembro de 1962 que diz: “Pela 1ª vez a Escola Nossa Senhora das Graças desfilou pelas ruas da cidade [...]. Nossa escola desfilou com 170 alunos. Mais de 6.000 alunos e alunas desfilaram neste dia em que comemoramos a Independência de Nossa Pátria” (ONSG, 1955-1964, p.75).

Quanto aos trabalhos desenvolvidos naquele período, E9 relata que era um processo muito bem organizado e definido de maneira que todas através do rodízio aprendiam a fazer todos os serviços, sendo naquela época um privilégio toda essa aprendizagem.

Tinha alguns dias da semana que a gente ia à missa cedinho. A gente levantava tipo 05h50min, 06h00min da manhã, todo mundo se arrumava e ia à missa depois é que a gente vinha tomar café, mas no geral todo mundo levantava no mesmo horário. Um grupo fazia o café da manhã e trabalhava

na cozinha, aí cada uma depois do café tinha suas atividades definidas, o trabalho era separado por grupos assim. [...] outro grupo limpava o refeitório, outro grupo limpava o dormitório, outro trabalhava na lavanderia. Depois de um determinado tempo elas faziam rodízio dos serviços, [...] então a gente passava por todos os trabalhos, não tinha como a gente não aprender fazer alguma coisa. [...] a gente fazia todos os trabalhos, aprendia a cozinhar, aprendia a lavar. [...] Na padaria a gente era duas, mas tinha que fazer vinte pães. Então para o nosso tamanho era muito pão. Tinha que sovar tudo de manhã, o forno era gigante, então até na hora de ir para aula o pão tinha que estar no forno. Então na padaria não era fácil de trabalhar, mas a gente aprendeu tudo assim (E9).

Na rotina, segundo E9, havia horário e local definido para realização das atividades: “Então quem tinha dificuldade sempre tinha uma por ali ajudando a gente, mas a gente era obrigada a fazer todas as tarefas e eram conferidas, horário de estudos era horário de estudos, então fora disso aí a gente tinha o período do recreio [...]”. Quanto à recreação, essa egressa relata sobre os momentos de passeios sendo o que ela mais gostava, pois aprendia coisas diferentes.

[...] Era o momento de estar fora de lá, porque até uma idade principalmente quando tinha o Zulmira dentro do pátio o nosso mundinho era aquele ali então quando tinha algum passeio a gente aproveitava. Lembro de uma vez que fomos para Rio do Sul conhecer uma fábrica de bala. Eu lembro que a irmã diretora conseguiu um ônibus. Ela sempre dava um jeito de arranjar um passeio para a gente, perto ou mais longe, mas tinha (E9).

Observando os depoimentos, há práticas existentes no recorte temporal de nossa pesquisa, situações encontradas na rotina contada pelas egressas, que Foucault cita já terem existido no século XIX, como a ocupações determinadas e os ciclos de repetições. Quanto à rotina vivenciada, E10 faz o seguinte relato:

[...] A gente ia para o colégio, tinha nosso dever, limpar tudo direitinho, não ficava só brincando. Dormia cedo, às oito horas, pois não podia assistir as coisas na TV. Fazíamos bagunça no quarto, não havia sono. Era obrigado a levantar e dormir cedo [...]. O relacionamento era bom, era normal, todo mundo briga de vez em quando, mas qualquer coisinha, as irmãs iam e se tivesse briga, já separava. Lá a gente tinha uma norma, tinha que dormir naquele horário, comer naquele horário [...].

Retomando a questão dos horários, T1 informa que no Orfanato, “[...] todo mundo tinha que dormir no mesmo horário, coisa que na família não acontece, às vezes você tá sem sono tá rolando dentro de casa, [...] lá todo mundo tinha que seguir isso [...]”. Quanto à rotina

nos fins de semana, segundo T1, consistia em ver TV quando chovia ou brincadeiras no pátio quando o tempo estava bom:

[...] passavam o domingo inteiro naqueles programas lá que tinha na época, o dia inteiro, pois aí as irmãs, era o domingo que queriam descansar. Agora se tivesse sol elas iam para o pátio andavam de bicicleta não tinha uma política para atendê-las, aquele basicozão, banho, comida, dormir cedo para ficar quieta a casa [...].

A egressa E10, que participou da entrevista juntamente com T1, complementa sua fala dizendo que a autorização para brincar de bicicleta dependia do comportamento, portanto não era permanente. Já o relato de E9 se diferencia pela forma como as brincadeiras de fim de semana ocorriam, sendo que na concepção desta egressa as irmãs sempre souberam articular brincadeira e passeios:

Nos finais de semana elas sempre davam um jeito de arrumar atividades para gente tipo assim recreação, jogar vôlei, jogar bola, andar de bicicleta, sempre tinha jogos educativos quebra cabeça, tinha uma sala de estudos, a gente podia fazer leitura, brincar com outros jogos, então raramente a gente ficava com o tempo ocioso, [...] Uma coisa que eu achava legal nos fins de semana ou mesmo nas férias elas sempre davam um jeito principalmente no tempo da irmã Sofônia eu lembro muito bem dela. Ela tinha uma articulação muito boa, ela sempre conseguia algum passeio para gente nem que a gente fosse dormindo em cima de um caminhão, mas ela levava a gente para conhecer muitas coisas uma vez a gente ia ao seminário, uma vez nós fomos conhecer a fábrica de papel, fazia viagem curta assim porque na verdade não era um ônibus para a gente viajar era um caminhão, hoje jamais seria permitida uma coisa dessas, mas a gente ia de caminhão, a gente ia fazer piquenique, então sempre que dava ela programava alguma coisa assim, a gente não ficava muito tempo ocioso. Claro que tinha um preço, se você foi bem à escola, se você se comportou naquela semana, naquele mês, quem tinha comportamento melhor é que passeava e as outras ficavam de castigo.

O relato de E9 deixa claro que havia várias formas de ocupar o tempo. O objetivo era manter o grupo ocupado para evitar o ócio – “[...] elas não permitiam muito tempo ocioso. Imagina aquela turma junta, parada, assim sem nada para fazer. A gente tendo atividade já fazia muita arte, imagina se a gente não tivesse atividade [...]” (E9).

Segundo Foucault (2004, p.117), a época clássica foi marcante, pois “[...] houve uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder”. Dessa forma, viu-se que o corpo do indivíduo poderia ser manipulado, modelado, treinado, domesticado. Tal concepção objetivava a formação de pessoas dóceis e úteis para o trabalho com o surgimento das fábricas no início do capitalismo. Outras instituições também se apropriaram do poder que poderiam

ter sobre o corpo disciplinado, pois o encarceramento tinha como finalidade a “[...] transformação da alma e do comportamento” (FOUCAULT, 2004, p.101).

Sendo esta uma pesquisa histórica para refletir sobre disciplina, buscamos entender através de Foucault (2004, p.181), como as práticas disciplinares ocorriam nas instituições nos séculos XVII e XVIII,

[...] as disciplinas são o conjunto das minúsculas invenções técnicas que permitiram fazer crescer a extensão útil das multiplicidades fazendo diminuir os inconvenientes do poder que, justamente para torná-las úteis, deve regê-las. Uma multiplicidade seja uma oficina ou uma nação, um exército ou uma escola, atinge o limiar da disciplina quando a relação de uma para com a outra torna-se favorável.

Entendemos que, mesmo com o passar do tempo, algumas práticas que existiram a partir do século XVII no que se refere à formação do indivíduo útil e dócil permanecem na contemporaneidade, conforme podemos acompanhar nos depoimentos.

Na figura a seguir, aparecem algumas meninas trabalhando na horta, sendo uma atividade de rotina, que visa também o auto sustento do grupo de internas.

FIGURA 5: INTERNAS TRABALHANDO NA HORTA.



Fonte: Disponível em:<<http://www.irmandadensg.org.br/eventos.php>>

Conforme a percepção que as Irmãs tiveram logo que chegaram para dar início ao trabalho com as meninas, em relato do dia 12 de maio de 1955: “[...] pertencem ao Orfanato um grande pedaço de terra, que bem cultivado será uma boa renda para o sustento do mesmo” (ONSG, 1955-1964, p.04). A visão que as irmãs tiveram ao visualizarem o referido pedaço de terra tornou um meio de sustento devido trabalho realizado com crianças e adolescentes no cultivo de hortaliças.

A Irmandade busca também a auto-sustentação com verduras e legumes, cultiva bem as hortas e pequenas lavouras junto com as crianças e adolescentes. Com a venda de verduras e trabalhos de artesanato, a importância adquirida é colocada em caixa comum e depositada em caderneta de poupança (IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, 2006, p.204).

No relato de E11, “A rotina era normal, cada um fazia seu trabalho. Era bem pobre, não tinha nada de coisa diferente. [...] Ficava só ali dentro, não saía para nada. Nos fins de semana nós brincávamos de bicicleta”.

No Orfanato era horário para almoçar, horário para o café, para dormir, para banho, para escovar os dentes era horário para tudo. E numa casa de família tu não tens essa coisa, tu tens é claro um horário de almoçar, mas não é aquela coisa rígida, tem que ser aquele horário tudo certinho, é diferente. De atividades a gente jogava vôlei a gente jogava bastante, pintura, desenho, essas coisas, bordado, fazia tapete, artesanatos, trabalhos manuais. Eu estudava no colégio Zulmira, às vezes de manhã, às vezes à tarde, pois todos os anos mudavam as séries e os horários (E12).

Percebe-se através das obras e das respostas das entrevistas que os termos foucaultianos “útil” e “agradecido” fazem parte de uma rede microfísica de poder que perpassa todos os lugares. E, de acordo com Araújo (2000, p.76),

[...] a sociedade disciplinar exerce um domínio e constrangimento sobre o corpo tomado individualmente para dele extrair o máximo de utilidade e docilidade. A prisão o faz e também o exército, a escola, as fábricas, os hospitais, que funcionam como máquinas poderosas para esquadrihar, desarticular e compor as forças corporais.

Segundo Foucault (2001, p.115-116), em suas análises sobre as instituições do século XIX, as

[...] instituições-pedagógicas, médicas, penais ou industriais – tem a propriedade muito curiosa de implicarem o controle, a responsabilidade

sobre a totalidade, ou a quase totalidade do tempo dos indivíduos; são, portanto, instituições que, de certa forma, se encarregam de toda a dimensão temporal da vida dos indivíduos.

Nesse sentido, muitos depoimentos refletem práticas que eram relevantes nas instituições nos séculos passados, como o controle do tempo evitando o ócio, atividades estabelecidas de rotina, a domesticação do corpo tornando-o útil, produtivo e dócil.

3.3 O QUE MAIS MARCOU AS VIDAS DAS INTERNAS

Nesta questão, buscamos obter informações sobre o que foi marcante para as egressas do tempo em que foram internas. Surgiram respostas bem diversificadas e importantes para a pesquisa. Para E1 e E2, o destaque foi para a aprendizagem: “[...] nós aprendíamos as coisas para uma formação, para a gente aprender a se virar na vida”. Estas egressas, que são irmãs, frequentaram a instituição na condição de semi-internas. Elas relatam que os trabalhos manuais que aprendiam no Orfanato faziam em casa e sua avó vendia. E2 diz que naquele tempo, “[...] muita gente até tirava onda da cara da gente porque estudávamos no Orfanato, achavam que era só para crianças delinquentes, mas isso não é verdade, porque a gente tinha ocupação lá”.

O que foi marcante para E3 esteve relacionado à sua saúde¹⁰, sendo que permaneceram as sequelas. De sua infância ficou como marca para sua vida complicações de pulmão, baixa imunidade, falta de ar e dificuldades na fala. O destaque mencionado por E4 é o sofrimento por ficar separada da família, ou seja, de suas irmãs. De suas recordações foram positivas as amizades, o grupo de dança, o canto, entre outras atividades que eram realizadas.

A egressa relatou como sendo marcante o fato mencionado e vivenciado por E3, segundo E4: “Outro fato foi quando entrou uma menina no internato, ela tomava medicamentos antidepressivos e não entregou para a irmã responsável, aí de noite, as garotas tomaram o medicamento. Uma delas ficou mais de um mês na UTI [...]”.

¹⁰ A egressa conta que, após ter passado dois anos na instituição, veio uma colega que tinha 18 anos e que propôs o seguinte: que se ingerissem certo remédio (faixa preta), ficariam internadas no hospital, onde seus pais iriam visita-las. Com o sonho de sair daquele local e como a visita de seus pais seria importante, fizeram. Tomando este medicamento, foram dormir. Outras cinco crianças também fizeram uso desse medicamento. No dia seguinte, E3 sendo a mais jovem de todas, entrou em convulsão. Levaram-na para o hospital e retiraram dela 54 comprimidos que não haviam ainda sido diluídos pelo organismo, fora o que já havia absorvido. Ela permaneceu em estado de coma por mais de um mês, na UTI, e relata que, depois de sua alta do hospital, teve várias complicações realizando tratamento fora da cidade de Lages, custeados pelo Orfanato.

A realização de um sonho de criança foi algo que marcou a infância de E6, quando diz: “[...] marcou minha vida, o natal em que fui escolhida por uma família sendo presenteada com uma bicicleta que era meu sonho [...]”. Já E7 não especifica o que foi relevante, apenas diz: “Só tenho lembranças boas por ter passado pelo Orfanato, tenho orgulho por ter frequentado, falo isso com muito orgulho, foi muito bom para mim [...]”.

Parece ser algo simples quando E6 conta sobre o presente de natal que ganhou. Mas, observando outros dados, podemos entender que o relevante está no fato de ter sido escolhida e vista por alguém de fora. Estas escolhas envolviam questões preconceituosas, pois, conforme relatos, muitas das meninas que eram negras eram excluídas nos momento de escolha, ficando uma forte marca negativa em suas vidas.

É marcante a questão da discriminação e, segundo T1, os momentos em que as egressas recebiam convites da comunidade para passarem fim de semana na casa de alguma família, as meninas eram escolhidas pela cor e pela aparência. De acordo com dados de depoimentos a preferência era para as “branquinhas” e “bonitas”. Segundo E10, quando as famílias iam buscar alguma menina para passear em sua residência, ao fazerem a escolha “[...] as negrinhas não iam, eles escolhiam as pessoas bonitas [...]”. De acordo com T1, quando eram escolhidas as que eram negras para levarem para passear na casa de alguma família, às vezes a interna nem chegavam a ficar todo o fim de semana com tal família, pois, no caso de esses irem à alguma festa, primeiro devolviam a criança à instituição para depois irem à festa.

Sobre esse assunto, E12 diz que as mais castigadas eram as meninas negras, segundo ela, “[...] na época tinha muita diferença de cor, sobrava muito para elas. Tinha muito diferença de tratamento, tipo para padrinhos, para sair, tanto que para cantar no coral as mais bonitinhas ficavam na frente”. Ao fazer a leitura no livro das crônicas, os relatos apresentam dados sobre a rotatividade do grupo de meninas, sendo denominadas as internas em vários momentos por negrinhas e nunca pelo nome. Por exemplo, no dia 2 de setembro de 1955, o relato diz: “Chegou hoje duas meninas ao nosso Orfanato. São duas irmãs, uma de quatro anos e a outra de sete anos de idade. Duas meninas pretinhas muito engraçadas, principalmente a menor é uma pretinha robusta e muito bonitinha” (ONSG, 1955-1964, p.14).

Ao serem perguntadas sobre visitas que recebiam, algumas relataram situações de adoção, termo este que não havia sido colocado nas questões, mas que emergiram nas respostas das que abordaram esse assunto. E3 diz “[...] que a interna era levada para conhecer

a família, recebia mimos, passeios e tudo aquilo que não era vivenciado dentro do Orfanato, conquistavam a simpatia da criança, e posteriormente eram adotadas [...]”. É possível imaginar a situação da criança cujas características não estavam de acordo com o padrão de beleza das visitantes. Receber visita e poder ir passear com certeza gerava grande expectativa para as internas. Dessas visitas recebidas, havia algumas que eram específicas, quando as pessoas vinham com intenção de adotar alguma menina. Segundo E10

[...] Essas famílias ricas que nos buscavam deviam fazer assim, adotar uma e dar um estudo para a gente. Elas não pensavam nisso, só iam lá escolher as meninas bonitinhas. [...] às vezes vinham uma famílias adotar pessoas, umas ficavam, as outras iam. A gente ficava nervosa porque umas iam outras ficavam elas escolhiam como eu disse elas iam lá escolher [...].

Quando E10 fala sobre adoção tem a ver também com os momentos em que as famílias as levavam para passar final de semana em suas casas, sendo para elas motivo de nervosismo, pois sempre tinha as que não eram escolhidas. Nisso, podemos compreender a sugestão de E10, ao dizer que poderiam patrocinar os estudos ao invés de escolher alguma por um momento apenas, situação que não mudava suas realidades, apenas causava sofrimento devido à discriminação no momento das escolhas. Esta egressa continua seu relato contando da experiência de ter sido adotada:

[...] minha mãe faleceu, eu tinha um dinheirinho, a mulher que me adotou colocou aparelho nos meus dentes, e gastou meu dinheiro. Devia pensar ‘esse é dela então não pode mexer’. Ela arrumou meus dentes com meu dinheiro. Depois que eu cresci eu entendi, pois ela foi me falar. Se a família é rica então ela tem que dar, pega a gente dali, tem que dar as coisas para gente. No começo eu era filha adotiva depois era tratada como empregada. Ninguém ligava para saber como eu estava. Eu acho que eles têm que ver como a pessoa está, se preocupar então me deram e me esqueceram, eu pensava assim.[...]

A egressa faz alguns questionamentos: segundo ela, no período em que estava interna sua mãe foi atropelada e teve direito a receber um seguro, cujo dinheiro deveria ficar guardado para quando a egressa realmente precisasse usar. Para a egressa, o fato de ter sido adotada e a família ter decidido usar o dinheiro do seguro para arrumar seus dentes foi marcante, pois se sentiu injustiçada. Com relação à convivência, E10 apresenta ter havido duas etapas na forma de tratamento, sendo inicialmente considerada como membro da família e depois de algum tempo sendo tratada como empregada.

Em seu depoimento, E10 lembrou-se de outra forma de discriminação que sofriam na escola: “[...] na época a gente tinha uns piolhinhos (risos) íamos todas de lencinho para o colégio, [...] e nós tínhamos que ir assim (faz gesto de cabeça baixa, envergonhada) a gente ficava com vergonha”. Esta questão é levantada por T1, que explica direcionando seu olhar para a realidade vivenciada pelas internas, pois descreve a prática que era desenvolvida no dia a dia, quando limpavam as cabeças das internas. No entanto isso não amenizava a discriminação por parte de quem estava de fora do contexto das internas: “Todos tinham piolhos, mas as piolhentas eram as do Orfanato, onde é que elas pegavam era na escola”.

Esse comentário de T1 refere-se à situação de que as mães das outras crianças na escola diziam a respeito das internas que lá estudavam: “[...] as piolhentas passam piolhos para meus filhos [...]”. Com relação aos lenços na cabeça, T1 responde à questão levantada por E10 e diz: “[...] até nós fazíamos isso para evitar que elas pegassem, a gente limpava, tinha todo um cuidado e limpava [...]”. Por isso iam de lenço para a escola, para evitar que pegassem, mas isso, conforme o depoimento era entendido pelas outras mães como se as internas vivessem com piolhos e transmitindo o parasita para outros alunos.

Segundo T1, “As meninas eram muito legais, o problema é que a sociedade as discriminava. Elas não eram bem aceitas na escola, até professores, as tratavam muitos como ‘as do Orfanato’. Tudo que acontecia na escola era as do Orfanato [...]”. Em sua concepção, ficou como marca para as egressas um espírito de determinação em lutar para dar outras condições para seus filhos, proporcionando, na medida do possível, tudo o que elas não tiveram na infância.

[...] As meninas que passaram lá, uma marca do que elas levaram realmente é isso, ‘eu quero outra condição para meu filho’ isso é muito bom. As meninas são lutadoras para dar outras condições e isso elas conseguem com muita garra mesmo e reflete nisso a história que elas tiveram e isso é muito positivo (T1).

As egressas apresentam em seus depoimentos que as situações de desafios do passado possibilitaram aprendizagens. Assim diz E8: “Eu, aprendi que também minha mãe mesmo tendo a dificuldade dela, foi a chance, foi a única alternativa também que ela achou para não me dar”. Essa egressa entende que ter passado pelo Orfanato teve como significado o seguinte:

[...] Eu acho que a instituição influencia muito no desenvolvimento pessoal porque assim, lá além de disciplina, regras de ter que se socializar com os outros, elas tinham muito carinho, não me lembro de ninguém assim que não queria ficar lá, eu me lembro de gente que queria ir embora, mas não que não queria ficar lá, não porque era ruim ali é diferente o negócio, e uma coisa estranha, mas e assim, pela falta que a família faz [...] (E8).

A questão da educação através do desenvolvimento pessoal, da formação do caráter bem como os valores que foram assimilados através da convivência em grupo foi mencionada também por E9 como relevante para sua vida.

[...] O que mais marcou a minha vida, elas da maneira delas tentaram moldar nosso caráter para vida, passar bons valores, além de todo aprendizado prático assim da vida acho que a gente aprendeu muito, em termos de valores, religião tudo isso a gente aprendeu lá. Eu estive nove anos lá, fui com oito anos, é bem nesse tempo que a gente tem que vai formando, que vai moldado nosso caráter, que você aprende muita coisa, aquilo que você vai levar para vida a fora foi nesse tempo isso me marcou muito, porque se eu não estivesse lá não sei que educação eu teria, se eu não tivesse ido para lá.

Quando a egressa fala que na instituição tentava-se moldar o caráter para a vida, podemos associar ao que Foucault cita sobre o poder. “Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção” (FOUCAULT, 2004, p.161). Sendo assim, podemos entender que muitas concepções e valores que foram transmitidos como “rituais de verdade” estão presente na vida de egressas sendo fruto da educação recebida.

O destaque de E9 à formação do caráter possibilita uma reflexão de que existem práticas que passavam uma mensagem distorcida do que poderia ser caráter. Podemos ver isso na fala de E12: “Uma coisa que me marcou, uma freira que matou um cachorro pastor alemão à coice na nossa frente. Isso foi uma coisa que me marcou muito, o cachorro simplesmente havia escapado da corrente. Uma coisa assim para criança ver aquilo ali.”

Segundo Foucault (2004), mesmo com o desaparecimento no início do século XIX da prática do suplício sendo um grande espetáculo de punição física, ainda nos relatos se vê que permanece um fundo “supliciante”. A punição passou a ser dirigida à alma, da seguinte maneira: “À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 2004, p.18).

Nesse sentido, Chaves (1988, p.78) também nos faz entender a forma como se estabelece a violência através dos mecanismos de disciplinarização. Para o autor, ela “[...] não está na eliminação ou na destruição dos homens, mas na construção de um determinado tipo de ‘corpo’, o ‘corpo dócil’, cuja sujeição às estratégias de dominação garante a continuidade e a permanência destas”.

Encontramos no relato de E12, há um exemplo de castigo exemplar cujo objetivo era apresentar o que Foucault (2004) chama de “espetáculo punitivo”, que é quando ocorre punição diante do público, passando a ideia de que poderia acontecer o mesmo com quem não cumprisse as normas estabelecidas.

Houve situação de castigo que as internas vivenciaram ficando como marcas negativas daquele tempo.

[...] o que eu menos gostei lá na verdade eram os castigos físicos, porque os outros castigos a gente acabava driblando, ficar de joelho, ficar sem andar de bicicleta, tirava a recreação, tirava passeio à maioria dos castigos era assim, agora quando era castigo físico aí o bicho pegava, aí era o que eu menos gostava, porque era surra, mesmo, ou era vara, ou era eu me lembro dos ferros elétrico, saia o cordão na época, a gente apanhava com aquele cordão do ferro elétrico mesmo, não tinha moleza. Quando tinha que apanhar, então era o que eu menos gostava assim (E9).

Na entrevista realizada com E12, ela diz ter presenciado castigos como “[...] ficar embaixo do chuveiro água gelada, por uma hora, dormir no chão, passar a noite dentro do banheiro bem sozinha. Eu fiquei com o lençol na mão no meio do pátio, eu me lembro disso, tem coisa que a gente vai deletando, pois tem coisa que te marcam para o resto da vida”.

O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve, portanto ser essencialmente corretivo. [...] A punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de correção (FOUCAULT, 2004, p.149).

O destaque de E11 em seu relato refere-se ao período natalino que vivenciou na instituição, pois era um momento em que pessoas da comunidade voltavam seu olhar para a instituição realizando assim doações e fazendo caridade.

No natal a gente ficava lá, em outubro já a gente começava a limpar a casa. [...] No natal era uma alegria. A gente ganhava doce. A irmã certamente pedia para as outras pessoas darem doces para as crianças e tal. Eu lembro que uma vez ganhamos um par de chinelos de dedo, a gente usava, lavava e

guardava debaixo do travesseiro de tão faceira que ficamos com o chinelo de dedo. [...] Então no natal era muito bom. No natal vinham mais doações, a gente ganhava bastante coisa (E11).

FIGURA 6: IRMÃ E INTERNAS NO JARDIM



Fonte: Disponível em:<<http://www.irmandadensg.org.br/eventos.php>>

3.4 EXPECTATIVAS PARA O FUTURO

Ao ser abordada a questão de qual expectativa tinha para o futuro, E1 responde: “[...] Lá na Irmandade era um espaço muito bom. Nós aprendemos muitas coisas ali nas atividades que foi muito útil e hoje está sendo utilizado por nós. [...]”. A expectativa de E4 era segundo ela “[...] completar a maior idade e voltar a morar com meus irmãos [...]”. Nessa expressão da egressa, vemos refletido o valor que atribuía ao convívio familiar. E6 almejava terminar os estudos, mas, pelo fato de constituir uma família antes, houve mudanças em seus planos. Mas diz que queria “Sair do Orfanato e terminar meus estudos e ter um bom emprego, mas não pensei com a cabeça por isso fiz algumas coisas erradas. [...] Casei muito cedo não tive como terminar meus estudos e tive que ir trabalhar cedo [...]”.

O sonho de E7 era que sua mãe conseguisse uma casa para elas morarem. E8 apresenta em seu depoimento o sentido que foi para sua vida ter sido interna e refere-se à instituição da seguinte maneira:

[...] Acho que a expectativa que eu tinha era que eu não queria ficar lá [...] Era saudade, é difícil de explicar, você gosta de um lugar, naquele lugar está faltando alguma coisa para você. [...] Era gostoso ficar lá, mas estava faltando alguma coisa [...].

A egressa E8 demonstra em suas palavras ter gostado de ficar no Orfanato. Ela relata ter sido bem atendida e bem cuidada na instituição, cuja vivência lhe proporcionou muita aprendizagem tanto com relação à vida quanto ao reconhecimento e valorização da família, mas também considera errado o fato de estar lá, longe de sua mãe, sabia que faltava algo, o convívio familiar.

Durante o depoimento, E9 diz que com 18 anos elas teriam que sair do Orfanato, e que com isso ela diz que “[...] a expectativa era bem grande em relação à saída nossa, para o mundo, se a gente ia conseguir trabalhar, ou se a gente ia casar logo ou voltar para família [...]”. A egressa entende que todas tinham esse pensamento sobre o que poderiam encontrar quando saíssem do internato. Ela relata que algumas tinham mãe, outras tinham somente o pai e ela tinha os irmãos, e que mesmo assim sentiam insegurança com relação à família, seus questionamentos eram: “Será que quando eu sair daqui minha família ainda está lá? Onde é que eles estão? Quem que eu vou encontrar? Essa questão assim era o que mais me incomodava era a ausência da família [...]”.

Nesta seção não foram incluídos depoimentos de algumas egressas que não mencionaram suas expectativas, porque, enquanto internas, não faziam planos para o futuro, como é o caso de E10: “Quando eu estava lá eu não fazia planos para o futuro, na verdade não pensava em nada só em ter liberdade”.

Tinha um prazo para sair, era com 18 anos e eu fiquei até 14 anos. Nesse período minha mãe morreu, eu disse que queria um lar eu vi que eu estava sozinha no mundo, daí eu precisava de um lar. Deram-me para uma família errada, eles devia ir lá me visitar, ver como eu estava. Eu apanhei dois anos naquela família [...].

Percebe-se que E11 não tinha expectativa simplesmente porque queria permanecer no Orfanato: “Eu não gostaria de ter saído de lá, eu gostaria de ter continuado lá, mas também era só até dezoito anos”. E12 também pensava que iria ficar interna para sempre, pois segundo ela, “[...] não fomos preparadas para viver fora daqueles portões, não se sabia como era a vida lá fora. [...] quando já estava maior e estava perto de sair é que diziam que a gente uma hora tinha que enfrentar a vida”.

3.4.1 EXPECTATIVA PARA O FUTURO DO ORFANATO

De acordo com informação presente em ata de reunião da diretoria, ocorrida no dia 8 de novembro de 1976 no ONSG, a creche NSG foi “[...] aberta no dia 1 de novembro e desde o dia 4 em pleno funcionamento”. Já em outro documento histórico consta que na data de: “[...] 20 de junho de 1976 a necessidade de uma atividade mista se fez sentir e foi criado então um curso pré-escolar (Creche Nossa Senhora das Graças) onde uma experiência de trabalho bastante valiosa se desenvolve com auxílio da Legião Brasileira de Assistência (LBA) atendendo menores de 2 a 6 anos em regime de externato misto” (ONSG, 1983, p.2).

A LBA foi criada no ano de 1942 na intenção de

[...] prestar serviço de assistência social diretamente ou através de cooperação entre Estado e entidades privadas, priorizando inicialmente os familiares de combatentes. [...] Em 1969 teve seus estatutos aprovados, centrados numa política de proteção á família que se configura como essência de uma metodologia de disciplinarização e higienização da família (DIEZ, 1993, p.237).

Em pesquisa realizada em documentos (INSG, 1983), consta que uma nova política de trabalho no Orfanato foi se ampliando e se aperfeiçoando, pois após a criação da pré-escola, passando-se a atender crianças em regime de semi-internato no ano de 1983, realizando uma integração envolvendo o internato, o semi-internato e a comunidade. Dessa forma, o número de internas começou a diminuir. Para Gubert (1999), esta integração propiciava uma convivência entre as meninas internas em idade de pré-escola com outras crianças da comunidade com a mesma faixa etária.

Conforme a explicação de T3 podemos entender como ocorria essa integração com as famílias das crianças atendidas na Creche.

Enquanto as crianças fizessem parte do nosso trabalho, também as famílias eram visitadas e incentivadas a participar das reuniões, da horta comunitária que tínhamos e principalmente motivá-las a atender afetiva e emocionalmente seus filhos, para que não faltassem às aulas e que assim pudessem usufruir dos benefícios da alimentação, banho, da limpeza dos cabelos com piolhos, de atendimento no postinho para curar infecções de ouvido, feridas, vacinas, etc. a creche tinha o objetivo assistencial e não propriamente o pedagógico, mesmo assim nosso esforço era no sentido de desenvolver o máximo possível a coordenação motora, a percepção visual de formas, cores, tamanhos, etc. A iniciação da escrita, a expressão artística, contação de histórias, teatro (inclusive com as famílias como personagens), passeios pela comunidade, socialização, linguagem, etc. Em muitos casos, na maioria deles a creche era o único ‘porto seguro’ para aquelas crianças tão carente de tudo. Nosso trabalho foi tão importante que houve em 1983 uma grande procura por vagas, que tivemos que selecionar os mais carentes dos carentes.

A partir dessa experiência de integração, das internas com crianças externas e a comunidade, bem como a criação do semi-internato, a prática foi tendo um novo significado, pois aos poucos, segundo Gubert, (1999), foi sendo traçada outra forma de política educacional e pedagógica para a entidade, diferenciando-se ao que a autora chama de “[...] princípios de atendimento vigente na área da criança e do adolescente”. Entendemos que se refere ao direcionamento dos trabalhos que desencadearam o fechamento do internato.

A partir de 1983, diante das necessidades das mães do bairro Popular, foi iniciado o semi-internato. Inicialmente só para meninas, depois trabalharam com meninos e meninas de 03 a 18 anos, num total de 240 crianças e adolescentes, no atendimento às necessidades básicas e educação. No ano de 1989 foi fechado o internato das meninas [...] (IRMÃS DO DIVINO SALVADOR, 2006, p.203).

O trabalho da instituição em regime de semi-internato consistiu no atendimento a crianças e adolescentes durante um período do dia, sendo que frequentavam a escola no outro, e no final do dia retornavam para suas famílias, diferenciando assim do regime de internato. “[...] inicialmente apenas para meninas acima de sete anos e em 1989, passou a receber meninos, transformando-se em semi-internato misto [...]” (CORREIO LAGEANO, 1997, p.4).

Com o sistema de semi-internato misto, em 1989, o trabalho de internato deixou de existir, estendendo-se esse processo de fechamento efetivo até o ano de 1990, até que todas as famílias fossem localizadas e as internas dessa forma encaminhadas para suas respectivas famílias.

Em ata de reunião¹¹ realizada com os membros da diretoria no dia vinte e seis de maio de 1986, consta que naquela data o quadro de atendimento no Orfanato era de 16 meninas internas e de 22 meninas atendidas em regime de semi-internato.

[...] Esse regime de atendimento teve início em oitenta e três, devido responder os fatores: mães que necessitavam trabalhar, dissolução de famílias, mães solteiras, ausência do pai no seio da família, alcoolismo, etc. A creche com sessenta menores de três a seis anos, teve início em suas atividades no ano de mil novecentos e setenta e seis com o objetivo de atender as famílias mais carentes, possibilitar as mães trabalharem para sustento da família (ONSG, 1986, p.87).

Na referida reunião foram levantados alguns pontos positivos e negativos referentes à existência do Orfanato que merecem destaque, pois tais reflexões iriam repercutir nas futuras mudanças com relação ao atendimento.

[...] O regime de internato tem de positivo: o acolhimento da menor; a busca de uma educação humana, cristã e integral; é uma solução momentânea diante da família desajustada ou de uma mãe sem condições de assumir a filha. E tem como negativo: isolar a menor da realidade (institucionaliza); contribui para que a sociedade continue produzindo menores; não liberta socialmente a menor [...] (ONSG, 1986, p.87-88).

Na ata há informação de que foi realizado também levantamento de pontos positivos e negativos a respeito do sistema semi-internato:

[...] temos como ponto positivo: é ajuda à família carente; não isola a menor da família; compromete a mãe na educação da filha; dá um abrigo tirando a menor da rua. Pontos falhos: acomodação dos mais necessitados; a semi-interna vive duas realidades: obra-casa, que poderá ser positivo como negativo, pode acomodar a família (ONSG, 1986, p.88).

Para Gubert, (1999) a criação do semi-internato foi o início do processo de um trabalho que foi sendo realizado gradativamente, no intuito de encaminhar as meninas órfãs

¹¹ As atas pesquisadas são de assembleias gerais e reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria da Irmandade Nossa Senhora das Graças, que administra o Orfanato Nossa Senhora das Graças conforme termo de abertura e de encerramento de ata na data de 18 de abril de 1964.

para suas respectivas famílias. Essas mudanças perpassavam os questionamentos acerca do que era viável para a criança, conforme pudemos observar nos dados em ata de reunião mencionada. No depoimento a seguir, sobre um fato ocorrido no ano de 1986, podemos constatar dados relevantes sobre a necessidade de a criança viver em seu ambiente familiar, reforçando o que foi levantado na reunião citada anteriormente.

No dia 17 de julho de 1986 uma mãe procurou o internato para colocar suas filhas, (uma de quatro e outra de três anos), por falta de moradia, trabalho e de condições financeiras, e, além disso, por estar sozinha para manter e cuidar das filhas. Assim que as meninas ficaram e perceberam a ausência da mãe, mostraram medo e ansiedade. Como a Entidade estava em processo de reordenamento, nos fins de semana as internas conviviam com suas famílias. Neste caso as duas meninas voltavam para o internato no final da tarde de domingo. Geralmente na segunda ou terça-feira a que tinha três anos apresentava fortes febres. E muitas vezes foi levada ao pronto-socorro, não apresentando nenhum problema aparente de saúde. Considerando essa questão existencial da criança, foi proposto à mãe a desinternação das meninas. Elas continuariam frequentando o Centro de Educação Infantil (Creche) durante o dia, e à noite estariam com a mãe. E assim se procedeu no dia 15 de agosto de 1987. No início, em várias manhãs, chegavam felizes e contavam para suas educadoras que estavam morando com a mãe. Verificando a questão das febres, não se precisou mais de pronto-socorro, e as febres não mais a incomodaram todas as semanas. Destaquei apenas este caso, como forma de ilustração dentro do processo e fatos como este nos deram o incentivo de que a convivência familiar além de ser um direito é de fundamental importância para o desenvolvimento e o crescimento das crianças. Por mais difícil que possa parecer mesmo com a pobreza e a falta de recursos financeiros, o desfrutar da convivência e do afeto da mãe e da família não pode ser negado. É preciso ter claro também que a convivência familiar deve ser em ambiente de proteção, onde é possível viver o afeto, o respeito, o carinho, o conflito, tendo também a preocupação com o desenvolvimento e o crescimento da criança no âmbito da educação, saúde, do físico, moral e social, prevenindo maus tratos e abusos na própria família (GUBERT, 1999, p.27).

É possível perceber então que o trabalho com crianças e adolescentes, estava sendo pensado de outra forma. Os dados encontrados em atas de reunião realizada com a direção e membros da diretoria apresenta um processo de conscientização, pois tanto diretoria quanto as famílias não entendiam que a responsabilidade das meninas deveria ser da família, conforme os questionamentos apresentados na reunião realizada no dia nove de maio de 1985.

As irmãs presentes explicaram para a diretoria a caminhada que o orfanato vem fazendo, abrindo mais para o semi-internato e diminuindo o internato, devido ser este um trabalho que responde melhor aos apelos da comunidade carente do momento atual, beneficiada pela obra. A irmã diretora esclareceu que o sistema de Internato não é positivo porque isola a criança da família e

da sociedade, ganha tudo gratuito, não se educa para viver a vida depois de adulto, tornando pessoas dependentes. A diretoria toda se posicionou defendendo que o Orfanato é específico para internamento de crianças desamparadas, sendo o único local de Lages, desta especialidade. Constitui um patrimônio e não poderia deixar de ser Orfanato com seu trabalho tradicional de internamentos. Caso o Orfanato diminua mais o número de internas deixa de ser Orfanato e seria necessário trocar seu nome por creche, sendo assim perde sua identidade, e desmereceria o apoio que a sociedade vem dando a longos anos. A diretoria concorda que o sistema de semi-internato e creche continue funcionando, mas que o internato não se extinga e continue atendendo, as necessidades da criança carente de Lages e região, sendo este o trabalho específico do Orfanato (ONSG, 1985, p.81).

De acordo com informações da Ata nº 225, a irmã diretora explicou aos membros da diretoria “[...] que o Orfanato não será extinto em curto prazo e sim em longo prazo, ou mesmo nunca definitivamente [...]” (ONSG, 1985, p.81). As reflexões desencadearam mudança nas ações da instituição, culminando com o fechamento do internato em 1990 (GUBERT, 1999).

Podemos entender também que a preocupação da diretoria em manter o Orfanato funcionando era porque tinham como responsabilidade manter financeiramente a instituição, sendo que para isso, conforme informações de T2, o trabalho consistia na: “[...] arrecadação de fundos para manutenção do Orfanato buscando auxiliar na comunidade serrana; Trabalho de fiscalização nas obras efetuadas e vistorias no espaço físico; Promoção festas, eventos para arrecadar fundos porque o Orfanato era mantido com a ajuda de todos”.

A ajuda que a instituição recebia da comunidade era devido ao olhar em relação ao trabalho desenvolvido de assistência à meninas empobrecidas e abandonadas. Ao ser perguntado sobre como a instituição era vista pela comunidade, T2 responde que “A comunidade respeitava o trabalho realizado pelas irmãs em ajudar as crianças carentes e abandonadas pelas famílias”. A resposta de T3 a esta questão é:

O Orfanato era muito respeitado, embora fossem tempos difíceis, faltava de tudo, havia uma procura pela creche, presença das crianças para as refeições durante as férias, além é claro do trabalho incansável das irmãs e da diretoria para conseguir fundos para a instituição. Além disso, as irmãs também ajudavam na Igreja com o trabalho da catequese, na liturgia, no coral das meninas, etc.

Também perguntamos como a comunidade percebia as internas no Orfanato. Segundo T2, “Percebiam que as crianças precisavam de carinho, atenção, educação, alimentação e um

lar, e por isso sempre ajudavam”. Para T3 que tinham um contato diário tanto com as internas, quanto com crianças semi-internas da Creche, sua resposta foi a seguinte:

Penso que com piedade (com dó), mas financeiramente ajudavam pouco, a comunidade próxima também era carente de recursos. Já as pessoas do centro, trazidas pela diretoria quase que tinham certo ‘receio’ de se aproximar, olhavam de longe, com curiosidade ou até com repulsa diante da pobreza. Mas também, preciso registrar, nas nossas festas (dia das crianças, natal) sempre conseguiam bolos e quitutes para as crianças, embora não participassem conosco dos eventos, ou raras vezes o fizessem.

T1, que também esteve próxima às internas, em seu depoimento fala sobre a existência do Orfanato, que, no seu entender,

[...] era um mal necessário e se fosse feito um trabalho na época que poderia ter sido feito ele deixaria de existir bem antes do que ele deixou. E era um lugar onde que as pessoas com mais poder aquisitivo, os ricos da sociedade iam fazer sua caridade ou quem era provedor: ‘Eu vou ser provedor do Orfanato, como um status, daí já ia sua foto para o quadro, e já saía ele no jornal mostrando ‘eu ajudei o Orfanato’, eu fiz a minha parte, lavei minha consciência. Então no Orfanato servia muito para isso. Então na época de festa era o desfile de quem dava um boi para a festa, quem dava o prêmio maior, e achando que com aquele dinheirinho que dava na festa, ‘agora as irmãs já tinham dinheiro demais para fazer tudo’ As irmãs ouviam muito lá: ‘mas o que vocês fizeram, já gastaram todo aquele dinheiro?’ Imagine 60 internas, comida, roupa, remédio, folha de pagamento, já gastava tudo. [...] A sobrevivência mesmo era a festa anual, era assim, era a festa que mantinha.

Foram 35 anos de trabalho de assistência para manter a instituição, que amparava meninas abandonadas ou empobrecidas, e as informações citadas acima mostram o trabalho visto por olhares diferentes. Os dados apresentados possibilitam um entendimento quanto ao posicionamento que a diretoria da década de 1980 em manter funcionando o Orfanato. A questão do nome “Orfanato” era a garantia que tinham de que as pessoas caridosas continuariam ajudando com doações e contribuições, cujos recursos mantinham a obra.

A Diretoria propôs no mínimo (25) vinte e cinco internas para repercutir bem o nome do Orfanato à sociedade e para que a mesma continue contribuindo com seus donativos habituais, caso isso não for atendido o nome da Obra- Orfanato Nossa Senhora das Graças seria extinguido, mudando o nome para Creche NSG. [...] Todos os membros da Diretoria se posicionaram: - Se não continuar com seu objetivo específico-Internato, se retirarão definitivamente de colaborar com a entidade. Ainda afirmam que o Orfanato não pode trocar de nome nem desfazer-se do trabalho que a longos

anos prestou a comunidade, seria uma perda grande para toda a sociedade da região (ONSG, 1985, p.81).

Ao mesmo tempo em que a questão da assistência à infância foi sendo repensada em Lages, muitas reflexões ocorriam também em nível nacional e internacional, pois o pensamento de fechar o sistema de internato na instituição lageana estava atrelado a outras questões, sendo elas de ordem econômica e assistencialista. Ao acompanharmos o contexto histórico de assistência à infância entendemos que as decisões tomadas naquele momento na referida reunião não seriam permanentes, pois as discussões sobre o sistema de internato se encaminhavam para outra forma de atendimento. No capítulo VII, o artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 abre-se espaço para as mudanças que ocorriam no atendimento à infância.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No Jornal Correio Lageano, na reportagem “Os bairros de Lages”, encontramos a história do Orfanato com informações fornecidas pela diretora da instituição naquele momento, referentes ao seu fechamento.

A partir do princípio de que é direito da criança ser criada e educada em uma família, fomos gradativamente fechando o internato, mas em compensação ampliou-se o trabalho de semi-internato, procurando apoiar as famílias mais empobrecidas e garantindo às crianças, a convivência familiar [...] (CORREIO LAGEANO, 1997, p.4).

Com o fechamento do Orfanato, houve um reordenamento no trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes através do Programa de Apoio Socio-educativo em Meio Aberto em conformidade com o ECA, artigo 90, inciso II:

As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de

proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes em regime de Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto (BRASIL, 2005, p.26).

As mudanças ocorreram nas bases jurídicas, levando a instituição a passar pelo processo de transição com nova atuação e novas práticas de atendimento à infância e adolescência, bem como a atualização dos estatutos, dando respostas às novas exigências (GUBERT, 1999).

Percebe-se que o surgimento do ECA proporcionou às instituições de assistência à infância e adolescência nova forma de atendimento, principalmente no que diz respeito ao regime de internato do Orfanato e conseqüentemente à vida das meninas que viviam na situação de internas.

3.5 RESIDÊNCIA APÓS O ORFANATO

Um dos questionamentos que fazem parte desta pesquisa refere-se ao destino das internas ao completarem dezoito anos ou devido ao fechamento do internato. A resposta de E1 e de E2 foi a mesma, pois elas não eram internas, frequentavam a instituição somente durante o dia, retornando para a casa da avó materna, que foi quem ficou com a guarda das egressas e de seus sete irmãos.

Já o destino de E3 foi bastante diferente, pois, ao completar 15 anos fugiu da instituição, devido ao medo que ela tinha de permanecer interna, pois estava constantemente em tratamento de saúde e sempre ouvia dizer que ela sairia de lá quando o tratamento fosse encerrado. Essas angústias geravam pensamento de fuga. A egressa relata que isso coincidiu com um relacionamento que tinha com o rapaz que entregava leite na instituição, sendo que o único contato com este era através do portão, onde ela sempre ia buscar o leite, propiciando-se o conhecimento de ambos. E3 conta que por não encontrar chance e possibilidade de sair devido ao problema de saúde, combinou com o rapaz de fugirem, indo morar na casa da mãe dele. Deste relacionamento a egressa foi mãe de três filhos, duas meninas e um menino.

O destino de E4 ao sair do Orfanato foi o retorno à vida familiar no convívio com os irmãos, pois já tinha 17 anos e o limite de idade estabelecido para viver interna, era 18 anos.

Assim, quem tinha família retornaria para ela e outras que não a tinham iriam para o mercado de trabalho, sendo que a preparação recebida era para desenvolverem serviços domésticos.

Ao apresentar seu relato, E6 contou que quando saiu do Orfanato foi levada para morar em outra cidade, na casa de uma família, mas não quis ficar, pois não gostou do tratamento recebido da senhora com quem ela estava morando quando esta viu sua nota baixa na escola. Como E7 era semi-interna, continuou com sua mãe e sua irmã. A egressa conta que: “[...] por intermédio da patroa, minha mãe conseguiu a nossa abençoada casinha. Teríamos um lugar nosso [...]. Lembro-me que nós nos mudamos em junho de 1984[...]. Então lembro que saímos do Orfanato em 1984, porque ficaria muito longe para continuarmos lá [...]”.

Havia situações em que a mãe não tinha condições de cuidar da filha, sendo necessário que essa ficasse internada por encaminhamento do juiz, mas que ao sair da instituição o retorno seria para viver com a família, conforme relato de E8. “Quando sai do Orfanato fui morar com minha mãe mesmo, fiquei por um tempo lá, pois ela não tinha condições de me cuidar [...]”. O destino de E9 ao sair do Orfanato foi morar com um dos seus irmãos que estava casado e tinha família constituída.

Sai em 74. Quando saí eu fui morar com um irmão que estava casado, já tinha família e fui morar com ele. [...] Com a família foi nove anos de distância e viver lá dentro era uma rotina, eu lembro que eu fui morar com meu irmão e a rotina era totalmente diferente assim, eu não consegui me adaptar no meu irmão, eu não consegui conviver com minha cunhada e eu fugi e vim para a casa de minha outra irmã a irmã mais velha que morava em Anita. Lá assim que cheguei, ela já me organizou, voltei a estudar, enquanto eu estava no meu irmão não fui para escola então perdi alguns meses do último ano do segundo grau. Quando eu fui para minha irmã a primeira coisa que ela fez foi me colocar de volta na escola, então eu recuperei aqueles meses de atraso e consegui me formar naquele ano. Ela me arrumou pra estudar de voltar e arrumou um trabalho para mim, então o que aconteceu, um não tinha tempo nem para pensar muito na rotina, eu me adaptei porque daí eu estava ocupando todo o meu tempo como eu fazia lá, eu não tinha tempo ocioso, lá em compensação eu não estudava eu vivia a vida da minha cunhada e eu não consegui viver, não deu certo, na minha irmã me adaptei, fiquei dois anos com ela até casar, mas foi bem tranquilo. Ela acabou me ajudando a achar um caminho assim, daí eu já tinha meu dinheirinho, casei, mas esse tempo que vivi com ela, foi importante, foi bem um período de transição de saída para tentar organizar a minha vida fora de lá (E9).

A situação vivenciada por E10 se assemelha ao destino de E6 ao sair do Orfanato devido a questão de adoção conforme podemos observar em seu relato:

[...] Antes de sair do Orfanato a minha mãe faleceu e eu fui adotada, fiquei quatro anos nessa família. Eles me entregaram para pessoas que eles não conheciam isso eu achei errado, eles em vez de ir lá ver como era a pessoa só pegaram aquela pessoa, levaram no Orfanato e a pessoa já me adotou e eu fiquei quatro anos lá, dois anos foi bom e dois anos foram ruins. Eu tinha treze anos. Ela só foi lá, me conheceu um dia e já me levou no outro dia. [...] Com doze anos minha mãe faleceu em um acidente, eu ainda fiquei lá dois anos no Orfanato. Fui adotada por uma família e quando saí fui direto para meu pai, fugi porque na verdade a família me batia bastante nos dois anos. E fugi para meu pai. Fiquei lá com meu pai, mas como ele era alcoólatra, eu fui para o juiz, o juiz liberou para eu ficar com ele, pois eu já tinha quase dezessete anos [...].

No relato de E11, a egressa conta que, ao sair do Orfanato, foi morar na casa de uma tia, sendo que esta a colocava para trabalhar de empregada doméstica nas casas de famílias. Vemos na fala de E12 que seu destino também foi morar com tias. Com quatorze anos essa egressa as conheceu, pois pensava que devido morte de sua mãe existia somente seu pai.

Para mim era só o pai, ele mesmo me disse que era só eu e ele, mas depois vim saber, que quando eu tinha um ano ele foi até as tias me pegou para me levar passear e nunca mais me devolveu à elas. Daí eu fui parar no Orfanato, e as tias também não sabiam de mim, enfim procuraram um pouco, depois daí não procuraram mais, perguntaram para ele, ele também não disse onde que eu estava, ou com quem eu estava. Que era assim, se alguém me achava bonitinha ele me dava e eu ia morar com essa pessoa, depois ia lá e me pegava de volta. Então ele me colocou no Orfanato. Uma tia minha foi visitar o Orfanato e me achou parecida comigo e ela perguntou quem eu era e as freiras disseram meu nome, ela descobriu que eu era a sua sobrinha e fui morar com elas. Fiquei com elas até casar, até 10 ou 12 anos atrás, ainda morava com elas, meio a contragosto delas. Eram solteiras, imagina eu cair de paraquedas na vida delas. Difícil para elas, pois não aceitaram muito no começo, tiveram que aceitar meio na marra, mas não porque elas foram lá e quissem em pegar. Elas trabalhavam o dia inteiro, solteira, saiam o final de semana, daí de repente chega uma adolescente que elas praticamente nem conheciam direito, filha da irmã delas, mas não tiveram contato nenhum. Foi difícil tanto para elas como para mim a adaptação (E12).

Esta questão sobre com quem foram morar ao sair do orfanato era necessário para entendermos que, da mesma forma que tinham para onde ir ao sair, poderiam desde o início ter convivido com os pais ou parentes sem que houvesse o internamento. No caso das internas que perderam a mãe, o sofrimento poderia ter sido amenizado se pudessem ter ficado com os irmãos ou outro familiar mais próximo. Famílias foram desfeitas, irmãos passaram a infância e a adolescência afastados.

3.6 DOS SABERES, O QUE PREVALECEU NAS VIDAS

Ao ser perguntado para as egressas sobre os saberes desenvolvidos, o que prevalece na vida, E1 destaca os trabalhos manuais realizados. A importância de estar neste ambiente foi enfatizada por E3 como sendo um local que marcou sua vida na forma de educação que recebera, pois tudo o que aprendeu lá hoje utiliza em sua vida. Foucault (2004, p.130) analisa a prática das atividades desenvolvidas nas instituições dizendo que “No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil [...]”. Os dados das entrevistas ilustram suas observações. E4 responde “[...] aprendi a respeitar o próximo, ter solidariedade com as pessoas. O que prevalece na minha vida hoje é respeitar as pessoas, honestidade e valorizar o que eu tenho [...]”. A resposta desta egressa se assemelha ao relato de E12:

Aprendi muito a respeitar as pessoas, não diferenciar, procuro tratar todo mundo igual sempre digo isso para o meu filho. Eu aprendi muito a dar valor para as coisas, a ir à luta. A gente acaba se tornando pessoa muito forte, pois leva tanto, mas tem que sobreviver e ficar de pé, então aprende a ser forte. Só que às vezes aprende e fica meio neutro. Torna-se uma pessoa difícil de demonstrar os sentimentos. Demonstra, mas está sempre com um pezinho atrás com relação às pessoas. Aprende a conhecer muito as pessoas assim, com o tempo vai melhorando e vendo que nem todos são assim.

Para E6 o que prevalece em sua vida é o carinho que teve pelas irmãs e amigas que conquistou naquele tempo. Já E7 responde à questão, apontando serem os trabalhos manuais, os horários definidos e o convívio em grupo: “[...] Ter horários, aprendendo a conviver em grupo isso tudo é muito válido, serve de aprendizado para o crescimento da gente [...]”. A questão dos horários que aparecem nos relatos refere-se ao exercício do poder atuando no cotidiano da vida no internato, pois, “O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização” (FOUCAULT, 2004, p.136).

Para E8, o saber que prevalece consiste na formação de sua personalidade. A egressa diz: “A educação é o que prevalece na minha vida hoje sou educada porque aprendi lá, eu só não me formei porque não quis, porque lá eu tive chance [...]”.

A época de infância vivida no Orfanato tem forte influência na profissão de E9, pois enquanto assistente social esta egressa desempenha sua função de modo a promover a

inserção da criança e do adolescente no convívio familiar. Por ter passado em situação de distanciamento da família, seu trabalho consiste em buscar soluções para que a criança tenha a oportunidade da convivência familiar.

Eu acho que os saberes, além daqueles básicos de que a gente tinha que ir para escola o que eu trouxe para vida toda na verdade é tudo que eu aprendi lá, é a formação do caráter, o valor de união, de preservação mesmo, a gente preservava umas às outras, a gente protegia as meninas, [...] às vezes quando uma apanhava as outras protegiam aquela então a gente bem ou mal a gente criava uma preservação uma das outras. O fato de precisar proteger uma menor é uma coisa que marca muito porque também precisávamos ser protegidas. Então com isso a gente aprende a lidar com os outros, a respeitar as diferenças. Na época eu não via isso como aprendizado, não entendia certas coisas, mas hoje tudo isso que eu passei lá, eu vejo como aprendizado que eu trouxe para minha vida e trago para minha profissão. Enquanto assistente social hoje, se eu recebo um elogio, eu trabalho no judiciário, então se algum juiz ou promotor me faz eu elogio sobre meu trabalho, quando eu chego em casa e eu me lembro daquilo eu penso sempre da onde que veio e eu sei que veio de lá, então na verdade todos quase todos os saberes, a base mesmo foi de lá porque tudo tem uma raiz, tem que ter uma base para você ter uma formação, então a minha base veio de lá.

O que ficou na vida de E10 daquele tempo é a educação recebida. Segundo a egressa, ela só não se formou porque não quis, pois teve sua chance. Mas relata que sentia falta de esclarecimentos voltados para uma educação sexual, conversa que na fase da adolescência são compartilhadas em famílias.

Com relação ao assunto à educação, T1 descreve como os ensinamentos se estabeleciam no cotidiano do Orfanato.

[...] eu digo o seguinte que também era muito visível, que o próprio grupo que era o responsável, os educadores eles não estavam preparados à altura, porque muitas vezes aquela irmã que já não dava para ficar lá em tal lugar, pois já não tinha muita força física, estava meio adoentada dizia-se: 'então vamos por lá no orfanato, porque é só ficar junto com as crianças fazendo crochezinho ou aquela irmã lá que não gosta da fazer uma pastoral, de estar muito com o público então vamos colocar lá junto com as meninas claro que as coitadinhas, não vão exigir'. Às vezes ficava em torno da questão da reza, que a freira tinha que rezar, mas nunca se perguntou será que era daquele estilo, aquela oração, aquele canto àquela hora ninguém se perguntou se aquela idade era bom para aquilo, ou se ela queria ter outra crença ou quando ela saísse o que ela professava junto com os familiares, ninguém se perguntou, era só a questão da religião católica e aquilo que as irmãs acreditavam, então nunca se pensou em uma questão mais ecumênica (T1).

Encontramos nos depoimentos, elementos mencionados pelas egressas de modo geral e que merecem destaque para nossa reflexão, como a educação, aprendizagem, escassez de alimento e que com isso aprenderam a dar valor e a cuidar das coisas, conforme explica E12, “[...] a gente teve uma educação, aprendeu ser honesta, todas essas coisas foi ótimo, a dar muito valor às coisas, a gente aprendeu [...]”. O ponto positivo em que E4 diz ter prevalecido em sua vida foi o aproveitamento dos alimentos e material de higiene. Tais vivências foram significativas, prevalecendo em suas vidas, a gratidão pelo que receberam ao viver no Orfanato.

O que aprendi que trouxe para a vida, é que ali a gente vivia num mundo fechado, [...] não sabia nada lá de fora, se tinha violência, qual o preço dos alimentos, recebia tudo na mão. Quando foi para eu sair dali foi bem difícil para minha vida porque comecei a trabalhar, tinha que comprar tudo. Mas o que eu gostei mais de lá, o que eu aprendi lá, acho que ser caprichosa, dar valor e aproveitar as coisas. Não recebia muita doação. Para você ter uma ideia para comprar [silêncio, choro] não gosto muito de falar, acho que nenhuma gosta! Para você ter uma ideia para comer uma mortadela e tomar um café, era somente no domingo, os outros dias era chá. A irmã não tinha muito recurso, ela pegava uma panela cheia de água, colocava tudo lá dentro, com pão, com tudo e a gente comia tão bem e hoje graças a Deus agora eu tenho tudo. [...] Ter vivido lá foi bom, a gente nunca passou fome, alguma coisa a irmã diretora sempre dava para a gente comer, ela nunca deixou a gente passar fome (E11).

De acordo com os relatos o controle e a escassez dos alimentos tornaram-se marcante na infância de egressas. Nesta pesquisa observamos que várias situações vivenciadas ainda prevalecem em suas vidas através práticas que são exercidas, o que significa dizer que são as marcas de um indivíduo objetivado, fabricado. Nesse sentido, Araújo (2000, p.76) diz que Foucault.

[...] não faz a história das instituições ou dos aparelhos do Estado, nem uma história geral dos grandes eventos. Como genealogista, procurará quais transformações no passado nos levaram a ser este indivíduo objetivado que hoje somos por certos procedimentos menores e desprezados. Colégios, fábricas, prisões e casernas têm o poder de ajustar, em seu espaço, cada indivíduo, o que permite conhecê-lo, analisa-lo, organizar seu tempo e seu modo de circular.

As transformações do passado, citadas no texto acima, podemos relacionar à educação que as egressas receberam, fabricando pessoas objetivadas. O autor George Orwell no filme

1984¹², ao abordar a questão do exercício do poder, nos ajuda a compreender isso quando disse: “Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado”, pois as condutas das internas foram ajustadas e estão presente em suas vidas, algumas atitudes e ações realizadas na infância e adolescência, como E12 apresenta:

Eu vivo guardando restinho de comida na geladeira. Tenho mania de estar guardando sempre, acho que coisa que veio junto porque a gente passava fome. Elas davam comida, mas assim: de manhã era um chá e pão com doce, davam aquilo já arrumado. Ao meio dia era almoço dificilmente tinha carne. Era chuchu, arroz e feijão. De tarde era um chazinho com umas quatro bolachinhas e a noite era sopa com o que sobrou do meio dia. Tinha os horários certinhos para comer. Das freiras era uma comida e das meninas era outra. As freiras tinham a sala delas que faziam as refeições e nós tínhamos nosso refeitório. Eu trabalhei bastante tempo na cozinha com a cozinheira, de vez em quando ela estava me dando uma comida escondida das freiras, eu gostava de ir para cozinha por causa disso, todas as meninas gostavam de trabalhar na cozinha, pois comiam um pouco mais, um pouco melhor. A gente assaltava a despensa no bom sentido. A gente encontrava a despensa aberta a gente entrava, eu lembro que tinha tipo de um baú cheio de hóstia cortada, mas nós comíamos hóstia valendo.

A egressa descreve a presença de um controle quanto à quantidade e os horários das refeições, situação também lembrada por E10 conforme podemos observar:

[...] às vezes eu passava até fome porque eles davam aquela comida no horário, aquela comida pouquinho que, eu não conhecia o que era manga na verdade, às vezes eu ia comer casca de banana no lixo. Não havia falta de alimento é que era muito controlado era aquele pouquinho e pronto, não tinha aquelas coisas gostosas, polenta frita, a gente comia coisa gostosa mesmo só no domingo, era sopa, mingau. Só no domingo que tinha coisas gostosas. Então domingo para nós era uma alegria porque vinham coisas gostosas para gente comer [...] (E 10).

Se havia momentos em que o alimento faltava ou era pouco, no natal era diferente, pois sendo uma época em que se pratica a caridade, E10 e T1 apresentam dados negativos sobre a alimentação nesse período, fazendo uma análise de que não havia um equilíbrio, as ações de ajudam ocorriam somente em uma data, como se nos outros meses do ano não houvesse necessidade.

¹² RADFORD, Micahel. **1984**. [Filme-vídeo]. Escrito e dirigido por Michael Radford, baseado na obra de George Orwell. Londres, Inglaterra, 1984.
<http://thoughloversbelostloveshallnot.blogspot.com/2013/03/1984-george-orwell-filme-completo-e.html> acesso em 14.12.2013.

[...] eu não gostava era época de natal era aquele desfile de pessoas levando chocolate, levando bolo, como se as crianças tivessem que ser quase que intoxicadas de tanto comer tudo e depois e os outros 12 meses o que se levava? Ou aquela questão eu faço uma janta em casa, sobrou, o resto eu levo lá para o Orfanato, aquilo, eu sofri muito, eu me indignava. Se eu estava lá eu dava um jeito e ia tudo para o lixo e não servia nada. Sabe-se lá que hora chegou lá, de que hora até que hora ficou fora da geladeira aquilo. Será que não sobrou dos pratos na mesa que sobrou resto mesmo e colocaram tudo lá dentro deram uma arrumadinha. Eu não tinha condições de comer nem de dar para as crianças, eu achava aquilo um absurdo, os restos que levavam lá (T1).

Os saberes que prevalecem na vida de egressas podemos entender também como sendo marcas que ficaram, e muitas vivem à sombra dessas vivências da infância, que se estabeleceram fortemente. A maioria é grata por todo o aprendizado, ou seja, assimilou o entendimento da docilização por intermédio da gratidão. “É assim que se formam perfeitos corpos dóceis, por meio do controle, da disciplina, da produtividade e da padronização das atitudes” (SANTOS, 2010, p.26). Este é o objetivo para a formação do indivíduo institucionalizado ao ser devolvido à sociedade, conforme nosso entendimento acerca dos estudos realizados em Foucault.

3.7 ESCOLHAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO RECEBIDA

Temos percebido que algumas buscaram superar suas vivências procurando decisões contrárias às que foram tomadas com relação às suas vidas tornando-as internas, outras lutam constantemente para garantir o melhor para sua família. Segundo T1, é característica de quem viveu o internato a necessidade de ser aceita e reconhecida. Outra característica é que elas prezam pelo que é correto, são disciplinadas, fruto da educação que recebiam, prezam muito os valores religiosos e lutam muito pelos filhos para garantir que não tenham o mesmo destino que tiveram no internato.

Os dados nos mostram que há quem lamente por não ter aproveitado melhor a educação e oportunidade de estudo naquela época, pois parece que devido à falta que sentiam da família tinham necessidade de ao chegar aos 18 anos para se casar e constituir uma família. Na rapidez com que faziam suas escolhas, houve quem abandonou os estudos, dedicando-se somente à família. Naquela época a preparação era para ser uma boa dona de casa, com isso,

há quem não teve muito perspectiva com relação ao estudo, uma boa profissão. No entanto há quem buscou nos estudos a oportunidade de melhoria de vida.

E1, ao sair da instituição, e tendo em vista o incentivo ao estudo que recebeu, tornou-se pedagoga. Esta questão não foi respondida por E2 e E3. A escolha realizada por E4 foi de casar e construir uma família, tendo dois filhos, a mesma opção de E6, que diz: “Eu casei muito cedo não tive como terminar meus estudos e tive que ir trabalhar cedo”.

Eu tirei proveito de tudo que aprendi lá. Eu mesma não tive infância, até porque tive que tomar conta da casa e da minha irmã muito cedo. Então você fica responsável e amadurece bem mais cedo e aí você acaba tendo horário para fazer isso ou aquilo, tudo isso foi muito válido e enriquecedor. Eu me sentia muito bem no Orfanato, me sentia segura, porque às vezes eu pensava: se eu e minha irmã não ficássemos lá, como seria? Minha mãe precisava trabalhar, e nós estávamos sendo bem cuidadas, e bem tratadas, graças a Deus e ao Orfanato, as irmãs e também aos funcionários (E7).

A egressa não especifica uma escolha, diz apenas que logo que saiu do Orfanato teve que cuidar de sua irmã para que sua mãe fosse trabalhar. Ao dizer que tirou proveito de tudo que aprendeu, entendemos que foi justamente logo que saiu, pois teve que praticamente assumir os serviços da casa. E8 responde sobre suas escolhas já no período da adolescência dizendo que fazia questão de ter gostos diferentes de sua mãe para não realizar os mesmos erros.

As escolhas que fiz foram de ser uma pessoa melhor principalmente assim, é muito engraçado porque daí quando eu fui pegando uma idade de 10 e 12 anos então eu sabia o que minha mãe tinha feito de errado e tudo o que ela fazia de errado eu queria fazer o contrário, até nas coisas que ela gostava não que eu não gostasse dela, imagina, ela estava aqui agora a pouco. Se ela gostava do vermelho, eu gostava do amarelo, se ela gostava da noite, eu gostava do dia, sabe, era o medo que eu tinha assim, claro que depois que você cresce, você estuda, você lê, você sabe que tudo isso tem um significado, era um medo meu quando criança de fazer as coisas que ela fez de errado e daqui a pouco em ter um filho e fazer as mesmas coisas que ela fez (E8).

Para E9 a escolha realizada logo que saiu da instituição foi o casamento, segundo ela, “[...] eu deveria ter feito diferente, mas a gente não volta no tempo, foi casar cedo [...]. Mas não posso reclamar, pois ficaram dois filhos que eu amo de paixão. O restante é escolha que a gente faz baseado na formação e educação que a gente teve”.

Quando saí de lá fui para a casa da tia, ela me colocava para trabalhar nas casas. Depois comecei a trabalhar no hospital, trabalhei cinco anos lá, saí da casa da tia, comecei a viver minha vida independente, e graças a Deus até hoje sou independente, não dependo de ninguém também se eu não trabalhar. E graças a Deus estou quase me aposentando. O que eu sou hoje eu devo ao Orfanato, se eu não estivesse lá, onde que estaria a essa hora sabe Deus onde (E11).

Como se vê no relato de E11, as egressas não tinham muitas escolhas ao sair. Era casar ou trabalhar de empregada doméstica. Elas não recebiam outra preparação para enfrentar a vida fora da instituição, pois a prática que desenvolviam era basicamente aprender a cuidar de uma casa.

Quando sai de lá assim, a gente anda muito de cabeça baixa, diz amém para tudo faz de tudo porque eu sempre digo a gente quer fazer tudo para agradar as pessoas, porque isso veio de lá. Você era obrigado a dizer sim para tudo, então se você não aprender você vai acabar prejudicando aqui fora depois de todos esses anos, você diz sim para não magoar o outro, para gostarem de você, sentindo essa necessidade. Isso a gente traz. Eu sinceramente comecei a aprender que não é assim há pouco tempo, de cinco anos pra cá que comecei a mudar um pouco que as pessoas tem que me aceitar do jeito que eu sou que eu não preciso agradar a todo mundo (E12).

O depoimento de E12 mostra como ela tornou-se dócil enquanto esteve interna levando para sua vida as práticas que vivenciava, mas percebeu que não poderia continuar daquela forma, precisava se posicionar em determinadas situações, mostrar também sua vontade.

Ao esboçarmos neste capítulo sobre a história do Orfanato, tivemos como ponto de partida os dados apresentados em sete questões respondidas por egressas, e outras por pessoas que trabalharam para a instituição. Os depoimentos foram intercalados com os dados históricos documentais e fundamentação teórica, possibilitando alcançar o objetivo a que nos propomos, devido à abrangência encontrada nas respostas. Nosso entendimento, a partir das análises dos dados e do aporte teórico, apresentamo-lo a seguir, sendo que direcionamos nosso olhar para buscar compreender na concepção de Foucault o olhar da egressa para o cenário institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta parte do trabalho é tão especial quanto às demais etapas percorridas, pois sua relevância consiste em recapitularmos as marcas e reflexões que ficaram do percurso ao construirmos esta dissertação. Tais reflexões possibilitam apresentarmos nosso entendimento pautado em autores que foram referências para nossos questionamentos, no intuito de trazer resposta à questão que permeou este estudo, ao nos referirmos ao olhar de egressas para o cenário institucional por elas vivenciado.

Antes da investigação empírica nos abastecemos com os conhecimentos originados a partir das aulas do Mestrado e recebemos orientação individual e grupal, participando do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino de Filosofia (NESEF). Fundamentamo-nos também em referência bibliográfica e documental, e em produções científicas que tratam das categorias que estão presentes neste trabalho, que são “assistência à infância”, “orfanato”, “infância desvalida”, “memória” e “genealogia”.

O conhecimento assimilado e esboçado aqui não visa expressar uma verdade única ou absoluta, mas é a história de infância lageana vista por um ângulo apenas. Os outros ângulos que não fazem parte da abrangência desta análise abrem possibilidades para estudos posteriores, aos interessados em mergulhar nessa história, que produz conhecimento ao mesmo tempo em que emociona ao dar voz aos sujeitos.

A escolha pela temática “Memórias de egressas do Orfanato Nossa Senhora das Graças de Lages (1955 a 1990): um olhar genealógico” começou nos primeiros anos de minha trajetória profissional ao trabalhar na INSG, o antigo Orfanato de Lages. Naquele tempo despertou-me a vontade de conhecer as vivências das meninas internas. O ingresso no mestrado foi a oportunidade de satisfazer este desejo. No entanto, constatamos logo nas primeiras buscas realizadas, a ausência de materiais sobre o tempo do internato naquela instituição, o que nos levou à coleta de depoimentos das egressas que vivenciaram o período.

A partir de 1990 o espaço que antes atendia meninas internas passou desenvolver atividades com crianças e adolescentes com idade entre 3 anos e 18 anos incompletos, em regime de semi-internato, mantendo-os sob a guarda e responsabilidade de seus familiares, diferentemente do sistema até então vigente.

Percebemos que Foucault em seus estudos preferiu explorar os arquivos de documentos que foram esquecidos e abandonados pela história, encontrados na condição de empoeirados, para através da genealogia, trazer em evidência as rupturas e descontinuidades da história. Nesse sentido, as buscas realizadas em arquivos antigos, possibilitou-nos identificar muitas das rupturas da história da infância no Orfanato, que associadas às informações dos relatos de egressas, apresentam uma dimensão do contexto familiar que pode ser conhecida na sensibilidade de suas falas.

Nossa intenção de desenvolver uma investigação na perspectiva genealógica está no entendimento de que a genealogia analisa os porquês dos saberes e possibilita a constituição de um saber histórico, à medida que ativa os saberes locais que são descontínuos porque considerados desqualificados e não legitimados. Sendo este um trabalho histórico, muitos dados apresentados não são lineares, tanto no que se refere à fundamentação teórica quanto aos dados.

Tal ruptura é característica da perspectiva genealógica em Foucault, pois é justamente rompendo com a lógica linear que se contempla os acasos e os indícios de fatos desconsiderados e desvalorizados. Quando o autor referenciado explica que a genealogia busca a singularidade dos acontecimentos, entendemos que está se reportando ao que não foi registrado na história. Relacionando a nosso objeto de estudo, as singularidades são o que ficou na memória de egressas, tanto no que se refere à família quanto às vivências no Orfanato. Nesse ponto podemos compreender o porquê da subjetividade de que fala Foucault. Os sentimentos, as marcas que ficam no íntimo da alma das que foram internas, são o que há de diferenciado na história que apresentamos.

Foucault nos ensina que é preciso demorar-se diante dos documentos que apresentam situações do cotidiano, pois são nos detalhes simples e corriqueiros que se tornam evidentes os processos de constituição do sujeito, ou seja, a fabricação de um indivíduo dócil e útil que se sujeite às práticas desenvolvidas. Para o autor, “A genealogia é cinza; meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (FOUCAULT, 2012 p.55).

Em pesquisa documental, mais especificamente realizadas nas atas de reuniões com membros da diretoria e direção do Orfanato, constatou-se que há pouco registro sobre as meninas. Das poucas vezes em que são mencionadas nas reuniões, realizadas na década de 1980, o foco da diretoria está registrado como “o trabalho em prol das orfãzinhas”. Nas atas mais antigas, o que chamou a atenção é que se fala muito no trabalho da diretoria para ajudar

o Orfanato, mas pouco se refere às órfãs, como se o importante fosse o trabalho para o Orfanato e não para as meninas internas.

É importante refletir sobre os saberes ativados, que estavam guardados nas memórias, saberes estes que precisam ser mostrados para que possamos compreender que o ser humano vive em sociedade sendo constantemente alvo de sujeição. Nosso estudo possibilita o entendimento de que nos tornamos sujeitos de discursos e de verdades que são transmitidas que para nós, tornam-se tão óbvias que muitas vezes deixamos de questionar.

Percebe-se nos relatos sobre o cotidiano no internato que o discurso de verdades que foram apresentadas para as internas transformaram-se em verdades para suas vidas sem que houvesse um olhar diferenciado. As regras, os horários determinados, as atividades escaladas, os saberes apreendidos, até mesmo o fato de passarem internas desde a primeira infância até adolescência. Nesse sentido, entendemos que muitas vezes precisamos, para pensar diferente do que estamos habituados, perceber as coisas ao nosso redor provocando uma descontinuidade no olhar, pois filosofar consiste em pensar sobre o próprio pensamento. As obras de Foucault possibilitam essa análise e, de acordo com Candiotta (2007, p.206), “[...] aquilo qualificado como verdade numa época precisa ser submetido frequentemente à análise crítica [...]”.

Resta saber o que fazer a partir desse entendimento de que somos sujeitos constituídos por práticas. Foucault entendia que toda verdade é circunstancial e que nenhuma é mais verdadeira que outra. Sendo assim, ao analisar os dados, não nos propusemos fazer crítica, pois para Foucault o fato de mostrar já é crítico. Nesse sentido trabalhamos para apenas mostrar dados e informações, ficando à critério do leitor fazer as suas interpretações.

A proposta deste estudo foi de trazer esclarecimentos segundo o olhar de egressas sobre o cenário institucional vivenciado, problemática que guiou nossas reflexões. Para elucidarmos esta questão, objetivamos analisar a trajetória dos 35 anos de assistência à infância, promovida pelo Orfanato de Lages, tendo como fundamento a perspectiva genealógica de Michel Foucault.

Foucault possibilitou-me aceitar o inesperado, pois minha visão com relação às práticas e ao trabalho desenvolvido modificou-se. Entendia ter sido importante ter existido o Orfanato em Lages para atender as meninas. Com os estudos e leituras e com os depoimentos de egressas, entendo que, se ele não existisse, outras práticas sociais – adequadas ou não – teriam atendido as meninas desamparadas.

Conforme pudemos acompanhar no contexto histórico, primeiro criou-se o orfanato e depois é que houve a demanda, ou seja, foi projetado um estereótipo de órfã para meninas em certas condições. Vimos que no dia da fundação veio a primeira interna e somente aos poucos outras foram chegando. Parece ter sido um período no qual o orfanato, por falta de órfãs, tornou-se alternativa de auxílio material – questionável – às crianças de famílias empobrecidas.

Os dados nos mostram que, no caso de crianças ficarem órfãs, as meninas eram encaminhadas ao orfanato enquanto os garotos permaneciam com os parentes. Ora, se tais parentes podiam ficar com os meninos, por que não ficar com todos ao invés de abandoná-las? Situações assim foram marcantes para as egressas. Enviavam-nas ao orfanato porque a instituição as esperava.

Através da revisão de literatura, buscou-se compreender e descrever o percurso histórico das práticas sociais à assistência à infância no Brasil e a situação da criança nesse contexto, tornando possível o entendimento quanto à fundação e fechamento do Orfanato, eventos que se deram também em outros locais (DIEZ, 1993). Para o desenvolvimento deste capítulo também recorreremos a estudos sobre a infância desvalida e empobrecida, que foram significativos para que pudéssemos compreender ações de assistência, porém, como o registro da história neste trabalho não ocorreu de forma linear conforme foi explicado, apenas levantamos alguns dados que consideramos mais relevantes e que propiciassem um entendimento da criação dos orfanatos.

A pesquisa documental possibilitou desenvolver um ensaio de história do ONSG. O ensaio de história presente no terceiro capítulo se fundamentou em dados primários, que foram os depoimentos de doze egressas. Seus dados relatados foram relevantes, pois se tivéssemos nos pautados somente em documentos estaríamos limitados devido à ausência de materiais que pudessem completar o referido ensaio.

Escavar a história do internato, partindo da coleta de depoimentos de um grupo de egressas teve um grande significado, pois não consistiu somente em conhecer a história presente em suas memórias através dos relatos. Muitas das informações que surgiram nas entrevistas estiveram além do que foi previsto nas questões elaboradas. Isso nos possibilitou chegar a dados desconhecidos sobre a infância lageana, o que nos impulsionou a buscar mais informações, visando a compreensão das atitudes dos familiares das egressas e das ações desenvolvidas na instituição, naquele momento histórico.

Dessa forma, para este estudo que busca retratar a memória de egressas, foi fundamental o uso de entrevistas enquanto instrumento de coleta de dados, por ser flexível, sendo um material muito importante para o conhecimento da vida institucionalizada. Foram informações inéditas de situações e acontecimentos nos aspectos institucionais, familiares, sociais, que possibilitaram conhecer também a cultura do povo lageano.

Tal conhecimento se refere tanto às famílias empobrecidas ou desestruturadas, que originaram as meninas na condição de abandonadas, quanto às pessoas da comunidade que contribuíam com a continuação desse sistema de internato. Ou seja, à medida que realizavam suas caridades, com doações ou arrecadando fundos para a instituição, mesmo na melhor das intenções, fortaleciam ainda mais a vida institucionalizada, o que permaneceu por 35 anos. Centenas de meninas tiveram a experiência de viver longe de suas famílias e só o fato de serem abandonadas torna-se marcante. Agregado a outros fatores, aumentaram-se ainda mais as marcas nas suas vidas.

Para a realização da análise, apresentamos os dados coletados nas entrevistas associando com informações de documentos, buscando fundamentar principalmente na obra *Vigiar e Punir*. Vivenciamos uma experiência de muita aprendizagem e de sensibilidade no momento de cada depoimento, pois, sendo adultas, ao lembrar a infância, suas palavras estavam repletas de sentimentos, que, externalizados, refletiam como suas almas foram marcadas pelo abandono, ao mesmo tempo em que se evidencia a busca por superar as vivências do passado. Ficaram as marcas de uma infância que poderia ter sido desfrutada junto dos pais que lhe deram a vida ou de seus familiares. Os dados levantados nas entrevistas apresentam frutos de uma educação que tornou as egressas pessoas dóceis e agradecidas, e as marcas negativas que ficaram são amenizadas com esse sentimento de gratidão.

O contato direto com as egressas, cada uma com sua história de vida, demonstrou o significado de terem sido internas. Os encontros para entrevistas após serem agendados despertavam em mim ansiedade, e certo incômodo, pois eu sabia que iria tocar num assunto que possivelmente não seria agradável, o fato de terem sido internas no Orfanato. Pois isso remete a um sentimento de abandono, acompanhado de diversos outros sentimentos que poderiam estar bem guardados, em acomodada letargia. O despertar foi necessário, pois é uma história da infância Lageana que não estava registrada. É preciso conhecer o destino da infância empobrecida e abandonada no período de 1955, como os familiares administravam as crianças quando enfrentavam situação de pobreza ou a ausência dos pais.

As entrevistas duravam aproximadamente duas horas. Algumas ficavam com receio de conversar, pois sabiam que nossa conversa seria gravada. Nessas situações começávamos conversando sem o uso do gravador, somente quando a participante mostrava-se segura para conversar, retomávamos para a entrevista gravada. Outras se sentiram bem à vontade desde o início da conversa. Cada momento foi repleto de aprendizagem e de significados, desde os silêncios, choros, recusas de gravar. Sentimentos de vergonha, tristeza pelo abandono vivenciado. Essas manifestações das egressas emergiram como marcas de uma infância longe da família, uma vida diferenciada pela exclusão.

Para encontrarmos respostas, nosso roteiro de entrevistas apresentou questões que possibilitaram um conhecimento que até então não havíamos encontrado informações tão pertinentes, visto que não foram localizados no Orfanato registros específicos sobre as internas. Após a realização das entrevistas, percebeu-se haver falta de informações que pudéssemos relacionar com os depoimentos. Notícias de jornais que poderiam completar havia poucas e cuja reportagem não respondia ao foco do estudo. Buscamos então mais informações realizando entrevistas com três pessoas que realizaram uma forma de trabalho em benefício do orfanato e conseqüentemente das internas.

Nesta busca incessante por materiais, algo em especial chamou-nos a atenção, pois era exatamente o que precisávamos para conhecer a história diária do Orfanato, desde sua fundação. Trata-se de um livro de Crônicas em que as irmãs que comandavam o trabalho realizavam os registros dos acontecimentos no Orfanato. Através deste precioso material, foi possível conhecer a realidade das meninas quando chegavam ao Orfanato, pois nas nossas entrevistas perguntamos quais circunstâncias as levaram até a instituição. Situações perversas, de extrema miséria era a da maioria relatada no livro. Como as entrevistas aconteceram antes de obtermos o referido livro, vimos posteriormente que muitas informações coincidiram, possibilitando a conexão dos dados.

Entendemos que as reflexões que trazemos não se limitam a uma instituição específica. À medida que o estudo foi se avançando, tanto no que se refere às informações obtidas quanto aos conhecimentos adquiridos a partir das leituras, aproximamo-nos dos referenciais foucaultianos. Estudar o posicionamento de Foucault sobre as práticas exercidas nas instituições, enquanto um espaço disciplinador (FOUCAULT, 2004) através do controle do tempo das atividades, escala de serviços bem como as respostas das egressas participantes possibilitou perceber como são as práticas nas instituições das quais fazemos parte, e analisar se estamos sendo e/ou fabricando indivíduos dóceis e agradecidos, com base em ações

desenvolvidas sem que haja um questionar e entender o porquê de tal ação. Entendemos também que as pessoas não podem viver repetindo os mesmos gestos somente porque em determinado momento foi considerado absoluta verdade.

Foucault (2004) explica que, devido os avanços da modernidade, a prática dos castigos e suplícios corporais foi substituída pela internalização da disciplina, ou seja, o corpo não sendo mais esgotado no castigo, mas mantendo-se produtivo porque fora docilizado pela disciplina, que suprime ou domestica os comportamentos divergentes. Neste ponto o que é mais instigante é que as instituições não controlavam só os corpos, mas influenciavam no campo de preparo do futuro indivíduo.

Trazemos uma reflexão quanto à questão da disciplinarização ocorrida nas instituições e que o fato de não existir mais o Orfanato em Lages não significa que os conteúdos aqui tratados tenham relevância menor. Temos muito a aprender, pois muitos dos dados que apresentamos estavam bem guardados, somente as egressas tinham acesso ao que ficou registrado em suas memórias. Este trabalho aponta um novo caminho, uma nova possibilidade para que possamos refletir sobre a história da infância lageana institucionalizada, o que corroborou com as asserções de Foucault sobre as instituições austeras.

As respostas quanto à rotina mostram aceitação e compreensão, sendo relatado por algumas que certos hábitos fazem parte de sua rotina ainda na idade adulta. Houve quem aprendeu a ser disciplinada, sendo referência em seu trabalho, tanto que até hoje, ao receber um elogio, atribui ao aprendizado do tempo em que foi interna. “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2004, p.143).

A maioria das egressas demonstra uma concordância com o discurso da prática desenvolvida no tempo de internato. Mas a resposta de E12 coincidiu com o entendimento que tivemos sobre o pensamento de Foucault: o autor possibilita refletir sobre as práticas e suas influências na vida do indivíduo e, nesse sentido, E12 menciona que ao sair da instituição por muito tempo ficava de cabeça baixa aceitando tudo sem questionar. Para a egressa, isso tem a ver com a educação recebida na infância.

Ao encerrar esta dissertação, entendemos que as reflexões continuam, podendo serem mais aprofundadas. Muitas outras histórias não foram contadas por egressas que não foram alcançadas com esta pesquisa, devem existir documentos que não foram localizados, pessoas diversas podem ter algo a contar com base em seu olhar sobre o Orfanato. Portanto podem

existir diversos olhares sobre o Orfanato, isso significa que temos muito a aprender. Diante disso, no início desta produção científica mudamos nosso objeto de estudo que deixou de ser o Orfanato para ser Memórias de Egressas, com os relatos de suas vivências do período em que foram internas no Orfanato de Lages. “Se a história reconhece a fragmentação do tempo e inevitavelmente trata desse presente, a memória pode evitá-los ao apontar o que permanece vivo do passado e ao incorporá-lo ao presente, atualizado” (RIBEIRO, 2001).

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AMIN, Andréa Rodrigues. **Evolução histórica do Direito da Criança e do Adolescente (p. 3-11)**. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Org.). Curso de Direito da criança e do Adolescente: Aspectos teóricos e Práticos. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- _____. Andréa Rodrigues. **Princípios Orientadores do direito da Criança e do Adolescente (p. 19-31)**. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Org.). Curso de Direito da criança e do Adolescente: Aspectos teóricos e Práticos. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil (p.153-202). In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à filosofia**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.
- ARIES, Phillipe, **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- BISPO, Alessandra Barbosa. **A educação da infância pobre em Sergipe: A Cidade de Menores “Getúlio Vargas” (1942-1974)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, Sergipe, 2007.
- BORDALLO, Galdino Augusto Coelho. O poder Judiciário. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Org.). **Curso de Direito da criança e do Adolescente: Aspectos teóricos e práticos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1994.
- BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Secretaria especial dos direitos humanos; Ministério da Educação. Brasília DF: MEC, Assessoria de Comunicação Social, 2005.
- CHAVES, Ernani. **Foucault e psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1988.
- COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens**. Sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 4 v. – (Cultura Catarinense: história), 1982 .

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Tese de doutorado (Ciências da Informação). Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

DEL PRIORE. Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DIEZ, Carmen Lúcia Fornari; HORN Geraldo Balduino. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. 3. ed. Curitiba: Vozes, 2011.

_____. **Práticas Sociais e a reeducação do Menor**: Construção de um arquivo. Curitiba, 1993.

_____. Os Bas-fondas da Educação no Brasil Colonial. Piracicaba, SP: UNIMEP. Tese de doutorado, 2001.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Histoire de la sexualité: Pusage des plaisirs. Paris: Gallimard, 1984.

_____. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Edições Graal, 2012.

_____. *Estratégia, Poder-Saber. Ditos e Escritos (Vol. IV)*. Organizador Manuel Barros da Mota. Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2006.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2001.

GUBERT, Leonila. **Novo Paradigma no Atendimento à Criança e ao Adolescente** – Reordenamento institucional, resignificação cotidiana. Universidade do estado de Santa Catarina. UDESC: Florianópolis, 1999.

IRMÃS DO DIVINO SALVADOR. **Relatos de Vida**. Província Santa Catarina: Lages-SC, 2006.

JORNAL CORREIO LAGEANO. **Os bairros de Lages**, 7, set. 1997.

JORNAL CORREIO LAGEANO. 05 de junho 1994. P.6

JORNAL DO AMENCAR. **A receita de sucesso de uma entidade de Lages**. Edição n° 20, Julho/Agosto, 1997.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão [et al.] Editora da UNICAMP: Campinas São Paulo, 1990.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Isabel Costa. **Discussões e práticas de proteção à infância e adolescência**: abrigo em questão. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726-1950 (p.53-79). In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, Educação e Direitos Sociais “Asilo de Órfãs”** (1870 – 1960). Tese de doutorado. Faculdade de Educação da UNICAMP: Campinas, SP, 2002.

ORFANATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Livro de Crônicas do Orfanato Nossa Senhora das Graças**. 1955-1964. (MANUSCRITO)

ORFANATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Pequeno histórico**. (Mimeo) Lages, 1983.

ORFANATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Ata da reunião realizada no dia 08 de novembro de 1976** n°173, Lages SC, 1976.

ORFANATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Ata da reunião realizada no dia 9 de maio de 1985**. n°225, p 80-82, Lages SC, 1985.

ORFANATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Ata da reunião realizada no dia 26 de maio de 1986**. n° 231 p. 87-89 Lages SC, 1986.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. in DEL PRIORE. Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos – O processo de construção do processo urbano em Lages**. Lages: Uniplac, 2002.

PILOTTI, Francisco. Crise e perspectiva da Assistência à Infância na América Latina (p.9-45). In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto interamericano Del Niño, editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e editora, 1995.

RENNÓ, Cláudia Martins Ribeiro. **Produção de corpos dóceis**: uma análise das práticas de disciplinamento e vigilância na escola / Cláudia Martins Ribeiro Rennó. –Universidade de Sorocaba- Sorocaba, SP, 2009.

RIBEIRO, Maria Solange Pereira. **O romper do silêncio**: História e memória na trajetória escolar e profissional dos docentes afrodescendentes das Universidades Públicas do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, Adriana Poci Palumbo. **“Fazendo Ponto”**: Trajetórias de adolescentes em situação de exploração sexual em Lages-SC. Dissertação (Mestrado em psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2004.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em educação**. Revista Diálogo educacional. Vol.6, num.19, *septiembre-diciembre*, p. 37-50 Pontifícia Universidade católica do Paraná Curitiba, Brasil, 2006.

SANTANA, Josineide Siqueira de. **Entre bordados, cadernos e orações**: a educação de meninas e as práticas educativas no orfanato de São Cristóvão e na escola da Imaculada Conceição (1922-1969). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2011.

SANTOS, Raimunda Delfino dos. **A genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia** - Goiânia, Dissertação de mestrado Universidade Federal de Goiás Faculdade de Letras 2010.

SOARES, Magda B. **Alfabetização no Brasil**: o estado do conhecimento. Brasília: INEP/Santiago: Reduc, 1987.

SCHOLZE, Lia. **Narrativas de si**: O olhar feminino nas histórias de trabalho. Tese de Doutorado. Porto Alegre RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

TEIXEIRA, Célia Regina. **A concepção de avaliação Educacional veiculada na produção acadêmica do Programa de Pós-graduação em Educação**: Currículo 1975-2000. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade católica de São Paulo, 2006.

TOURINHO, Márcia Selvatic. **A Assistência à Infância Desvalida no Espírito Santo – O Orfanato Cristo Rei (1957-1990)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt. **Asilo de Órfãos de Santos: Assistência à Infância Desvalida (1889-1914)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Santos, 2006.

Referências WEB

BIBLIOTECA DIGITAL. Tese e dissertações da UNICAMP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em 11.10.2012

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988 Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> acesso em 21.09.2013.

BRASIL. **Decreto nº 5.083**, de 1º de dezembro de 1926, Brasília, 1926. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5083-1-dezembro-1926-503230-publicacaooriginal-1-pl.html>> acesso em 21.09.2013.

BRASIL, Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, Brasília, 1923. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso dia 26.08.2013

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196/96. In: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, **Manual operacional para Comitês de ética em pesquisa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível <<http://www.uniplac.net/cep/>> acesso em 14/05/2013.

CANDIOTTO, Cesar. **Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault**. KRITERION, Belo Horizonte, nº 115, Jun/2007, p. 203-217. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/kr/v48n115/a1248115.pdf>>. Acesso em 08 de jan. de 2014.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Banco de Tese e Dissertações**. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw>>. Acesso em: 29 set. 2012.

DIOCESE DE LAGES. Disponível em: <www.diocesedelages.org.br/religiosos9.htm>. Acesso em 25 set. de 2012.

FAÉ, Rogério. **A genealogia em Foucault**. Psicologia em Estudo, Maringá. Vol.9 nº3 p. 409-416, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a08> > acesso em 08 de jan. de 2014.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. Título: **As relações de poder em Michel Foucault**: reflexões teóricas. RAP- Revista de Administração Pública — Rio de Janeiro 44(2):367-83, MAR./ABR. 2010 disponível em: <www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf > Acesso dia 12.04.2013

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault revoluciona a pesquisa em educação?** Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 371-389, jul./dez. 2003. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9717/8984> Acesso em 08 de dez. 2014.

HADDAD, Sérgio. Revista e-curriculum, São Paulo v.5 n.1 Dez 2009. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/3240/2158>> Acesso em 08 de jan. 2014.

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Fotos antigas do Orfanato. Lages – SC** Disponível em: <<http://www.irmandadensg.org.br/eventos.php>>. Acesso em 20/09/2012.

IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. Trajetória histórica. Disponível: <www.irmandadensg.org.br/histórico.php>. Acesso em 20/09/2012.

ORIONTE, Ivana. SOUZA, Sônia Margarida Gomes. **O significado do abandono para crianças institucionalizadas**. Psicol. rev. (Belo Horizonte) v.11 n.º17 Belo Horizonte jun. 2005. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S167711682005000100003&script=sci_arttext> acesso 17.04. 2013.

RADFORD, Micahel. **1984**. [Filme-vídeo]. Escrito e dirigido por Michael Radford, baseado na obra de George Orwell. Londres, Inglaterra, 1984. Disponível: <<http://thoughloversbelostloveshallnot.blogspot.com/2013/03/1984-george-orwell-filme-completo-e.html>> acesso em 14.12.2013.

UNICAMP. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Biblioteca Digital UNICAMP**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

USP. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Biblioteca Digital USP**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 11 de out. 2012.

VEIGA Cynthia Greive; GOUVEA, Maria Cristina Soares. **Comemorar a infância, celebrar qual criança?** Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.26, n.1, p.135-160, jan./jun. 2000. Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27837/29609>> Acesso dia 17.05. 2013

APÊNDICE I: Instrumento 1 da pesquisa empírica**UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* –
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

Mestranda: Vera Lúcia Mendes Vieira Furtado

Orientadora: Carmem Lucia Fornari Diez

**ROTEIRO DE QUESTÕES DE ENTREVISTAS COM EGRESSAS DO ORFANATO
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS- LAGES SC**

- Período em que viveu no orfanato de Lages? Em que ano?
- Quais as circunstâncias que a levaram a viver no orfanato?
- Relato da rotina diária no orfanato:
- Atividades diárias, que momento ia para a escola? Onde estudava? Como era o relacionamento no grupo? Recebiam visitas? Eram conhecidos? Familiares? O que faziam nos fins de semana? Nas férias? Como celebravam o natal, tinham momentos de saídas? Passeios? Recreação? O que você mais gostava? O que menos gostava?
- O que marcou sua vida ter passado pelo orfanato?
- Dos saberes o que prevalece na sua vida?
- Que escolhas você fez a partir da formação e educação que recebeu na instituição?
- Que expectativas você tinha para o futuro?
- Ao sair do Orfanato, com quem você foi morar?

APÊNDICE II: Instrumento 2 da pesquisa empírica



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* – MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

Mestranda: Vera Lúcia Mendes Vieira Furtado

Orientadora: Carmem Lucia Fornari Diez

QUESTÕES PARA ENTREVISTA COM PESSOAS QUE TRABALHARAM NO ORFANATO OU PELO ORFANATO

- 1- Dado de identificação (nome, idade, escolaridade, profissão);
- 2 - Em que ano desenvolveu suas atividades no orfanato?
- 3- Que atividade você desenvolvia no orfanato?
- 4- Relato do trabalho desenvolvido pela instituição junto às crianças e comunidade lageana.
- 5- O que significou para você ter participado dos trabalhos do orfanato?
- 6- Como a instituição Orfanato era visto pela comunidade naquela época?
- 7- Como a comunidade lageana percebia as crianças internas no orfanato?
- 8- O que marcou em sua vida essa experiência?

APÊNDICE III: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE



_____ UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* – MESTRADO
ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A PARTICIPAÇÃO NAS ENTREVISTAS

Prezado (a) Senhor (a)

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da Pesquisa “Histórico institucional do Orfanato Nossa Senhora das Graças (De 1955 à 1990): Memórias e Lembranças das Egressas.” Abordamos essa temática na intenção de pesquisarmos o histórico da infância das egressas do Orfanato de Lages, a fim de sistematizarmos o histórico da instituição buscando através de relatos e entrevistas contribuir com um complemento da história da infância Lageana vivenciado por elas e relatado no percurso desta pesquisa. O projeto de Pesquisa é de autoria da aluna do Mestrado em Educação da UNIPLAC: Vera Lúcia Mendes Vieira Furtado sob a orientação da Prof^a Dr^a Carmen Lucia Fornari Diez. Todas as informações resultantes da entrevista e do questionário serão utilizadas com a única finalidade de fornecer elementos para a realização da investigação para a dissertação do Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, ou dos relatórios e artigos que nela resultem.

Garantimos que será mantida a CONFIDENCIALIDADE das informações e o ANONIMATO de todos que participarem das entrevistas. Os riscos são mínimos quanto à sua participação, podendo gerar algum desconforto em dispor de algum tempo para responder a entrevista, e o BENEFÍCIO será o fornecimento de conhecimento e subsídios que permitam gerar reflexões acerca do tema.

Sua colaboração neste estudo é MUITO IMPORTANTE, mas a decisão de participar é VOLUNTÁRIA, o que significa que o (a) senhor (a) terá o direito de decidir se quer ou não participar, bem como de desistir de fazê-lo a qualquer momento.

Qualquer dúvida ou informação a respeito da pesquisa poderá ser esclarecida diretamente com o Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, pelo telefone (49) 3251-1144, com o setor de Apoio a Pós- Graduação e/ou pelo e-mail mestrado@uniplac.net.

Declaro que, de acordo com as informações que me foram dadas consinto que o estudo seja realizado e autorizo a utilização de dados em publicações científicas.

minha identidade pode ser revelada minhas imagens publicadas.

desde que minha identidade seja mantida em sigilo.

Eu, _____, RG _____

Lages, _____ de _____ de 201_.

Entrevistado: _____

Assinatura: _____

Entrevistadora: _____

Assinatura: _____

ANEXO I- Termo de avaliação e Aprovação



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
TERMO DE AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO**

O projeto de pesquisa, intitulado: **"HISTÓRICO INSTITUCIONAL O ORFANATO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS DE LAGES (DE 1955 À 1990): MEMÓRIAS E LEMBRANÇAS DAS EGRESSAS."**, protocolado no CEP-UNIPLAC sob o número **006-13**, de responsabilidade da pesquisadora **CARMEN LÚCIA FORNARI DIEZ**, foi avaliado e **APROVADO** junto ao plenário do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIPLAC, na reunião ordinária realizada em dezessete de julho do corrente ano, estando de acordo com as normas vigentes na Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde, e em suas complementares (Resoluções 240/97, 251/97, 292/99, 303/00 e 304/00 do CNS/MS) que regulamentam a pesquisa envolvendo seres humanos.

A pesquisadora responsável deverá apresentar relatório até 16/03/2014 a este CEP, informando os resultados finais/parciais do projeto, bem como informar a data de conclusão da pesquisa.

Lages, 26 de setembro de 2013.

Odila Maria Waldrich
Coordenadora do CEP-UNIPLAC

